

UNIVERSIDADE FEDERAL MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

PÍTIA MORAES BERREDO

SANKOFA: as religiões de matrizes africanas na produção científica da Ciência da
Informação

São Luís

2025

PÍTIA MORAES BERREDO

SANKOFA: as religiões de matrizes africanas na produção científica da Ciência da
Informação

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Maranhão, como pré-
requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Berredo, Pítia Moraes.

SANKOFA : as religiões de matrizes africanas na
produção científica da Ciência da Informação / Pítia
Moraes Berredo. - 2025.
118 f.

Orientador(a): Marcio Ferreira da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Produção Científica. 2. Ciência da Informação. 3.
Religiões Afro-brasileiras. 4. Comunicação Científica. I.
Silva, Marcio Ferreira da. II. Título.

PÍTIA MORAES BERRÊDO

SANKOFA: as religiões de matrizes africanas na produção científica da Ciência da
Informação

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Maranhão, como pré-
requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva (Orientador)
Doutor em Ciência da Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Silvana Maria de Jesus Vetter (Examinadora Interna)
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Franciéle Carneiro Garcês da Silva (Examinadora Externa)
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal de Rondônia
(Participação via videoconferência)

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho é um alívio, pois representa a finalização de mais um ciclo. Significa também reviver toda a minha trajetória, desde o primeiro dia de aula na universidade até a construção e finalização desta monografia. O apoio de pessoas e seres especiais durante este processo.

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), espaço fundamental da minha jornada até aqui, onde foi possível uma formação acadêmica de qualidade, construir conhecimentos e vivenciar experiências transformadoras. Ingressar na UFMA foi um sonho que se concretizou e possibilitou concluir este curso que eu admirava desde a infância.

Palavras de gratidão também devem ser ditas ao meu orientador, Professor Márcio Ferreira, por ter aceitado me orientar neste trabalho e pelas contribuições na construção da escrita desta pesquisa.

Agradeço também às professoras Silvana Vetter e Franciéle Garcês pelas valiosas contribuições para o enriquecimento desta pesquisa.

Agradeço também ao Programa de Educação Tutorial- PET Biblioteconomia, programa que foi fundamental na minha formação acadêmica e profissional.

À minha mãe, Maria de Jesus, mulher sábia, por todo suporte, cuidado e ensino. Se estou finalizando a minha graduação, é por ela, que acreditou e apoiou. Graças a ela, eu tive estrutura material e emocional para iniciar e finalizar a graduação.

Ao meu pai, Ribamar Berredo, que, mesmo não estando mais no plano físico, sua jornada me inspirou a chegar até aqui e ingressar na mesma universidade de sua formação. Como desejaria partilhar deste momento com você ao meu lado!

Agradeço também ao meu irmão, Pedro Berredo, pelo companheirismo e palavras de incentivo.

Não poderia deixar de agradecer à minha cachorrinha, Luna, pois sua companhia foi um suporte e trouxe leveza enquanto escrevia este trabalho.

À Jully Campelo, pelo apoio, palavras de encorajamento, incentivo e ajuda na busca dos meus objetivos, e pela compreensão em lidar com uma graduanda em fase de monografia. Obrigada por todo o apoio durante todas as etapas da minha graduação (desde ouvir meus desabafos até as congratulações pelas conquistas ao longo da minha formação). Sua presença foi fundamental em cada passo dessa jornada.

Por fim, agradecer a mim, pois cada desafio enfrentado me tornou mais forte e resiliente.

RESUMO

Este estudo apresenta um panorama da produção científica sobre religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação. O objetivo geral é mapear a produção de conhecimento que aborda religiosidades na área. Os objetivos específicos consistem em: a) apresentar um panorama das publicações científicas sobre o tema; b) analisar padrões temáticos emergentes dessa produção científica; c) identificar os pesquisadores, as instituições às quais estão vinculados e os periódicos que publicam essas produções. A revisão de literatura está ancorada em autores como Santos (2023); Fanon (2008) para uma abordagem decolonial; Nogueira (2020) para a compreensão do racismo religioso; Nascimento (2008) para abordar o conceito de *Sankofa* e Saracevic (1996) para abordar a interdisciplinaridade da Ciência da Informação. A metodologia empregada é de natureza bibliográfica e documental, com levantamento realizado na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Base de Dados do Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB), e o Selo Nyota. Os descritores utilizados para a busca foram: Candomblé, Jurema, Umbanda, Terreiro, Religião afro-brasileira e Matriz Africana. Os critérios de inclusão dos trabalhos foram: ano de publicação, título, resumo, palavras-chave e objetivos. A sistematização e análise dos dados foram realizados com apoio do Google Planilhas. Os resultados evidenciam uma produção científica incipiente, com 21 trabalhos identificados na BRAPCI, 17 na BENANCIB e 11 capítulos de livros no Selo Nyota. Observa-se a presença de pesquisadores e pesquisadoras vinculados a instituições públicas de ensino superior. As temáticas versam sobre a relação entre Informação e memória; Organização e representação da informação; Mediação e cultura; Patrimônio cultural; Informação e relações de gênero; Informação, combate ao racismo religioso e desinformação; Cultura Material e documento e por último Universo informacional. Conclui-se que, embora incipiente, há uma produção científica em torno dessa temática, evidenciando esforços de construção de uma Ciência da Informação plural, comprometida com as diversas formas de produção e circulação de saberes de grupos historicamente marginalizados. Espera-se que este estudo sirva de subsídio para futuras investigações. Para produções futuras, recomenda-se mapear produções monográficas, teses e dissertações, bem como a presença (ou ausência) dessas temáticas em acervos e serviços de bibliotecas, iniciativas de mediação da informação afro-religiosa em bibliotecas e instituições de memória.

Palavras-chave: produção científica; Ciência da Informação; religiões afro-brasileiras; comunicação científica.

ABSTRACT

This study presents an overview of scientific production on Afro-Brazilian religions within the field of Information Science. The general objective is to map the knowledge production that discusses religiosity in the area. The specific objectives are: a) to provide an overview of scientific publications about on the theme; b) to analyse emerging thematic patterns within this scientific production; c) to identify the researchers, the institutions to which they are affiliated, and the academic journals in which these works are published. The literature review is anchored in authors such as Santos (2023); Fanon (2008) for a decolonial approach; Nogueira (2020) for understanding religious racism; Nascimento (2008) to address the concept of Sankofa and Saracevic (1996) to address the interdisciplinarity of Information Science. The methodology employed is bibliographic and documental in nature, with a survey conducted using the Information Science Database (BRAPCI), the Database of the National Meeting of Post-Graduation in Information Science (BENANCIB), and Selo Nyota Editorial. The descriptors used in the search were: Candomblé, Jurema, Umbanda, Terreiro, Afro-brazilian Religion and African matrix. The inclusion criteria of the work were: year of publication, title, abstract, keywords and objectives. Data systematization and analysis were conducted with the support of Google Spreadsheets. The results emphasize an incipient scientific production, with 21 works identified in BRAPCI, 17 in BENANCIB and 11 book chapters in Selo Nyota Editorial. There is a notable presence of both male and female researchers affiliated with public higher education institutions. The topics focus on the relations between information and memory; organization and representation of information; Mediation and culture; Cultural heritage; Information and Gender Relations; Information, The fight against religion racism and disinformation; Material Culture and Documents and lastly the informational universe. It is concluded that, although still incipient, there is scientific production on this topic, which highlights efforts of construction to build an Information Science plural engaged with various forms of knowledge production and circulation of historically marginalized groups. It is expected that this study will serve as a basis for future research and publications. For upcoming works, it is recommended to map the production of monographs, thesis and dissertations, as well as the presence (or absence) of these themes in archives and library services, and initiatives for the mediation of afro-religious information in libraries and memory institutions.

Keywords: scientific production; Information Science; afro-brazilian religions; scientific communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 —	Matéria do Jornal Diário de Notícias, 12 de janeiro de 1940 (RJ)	28
Figura 2 —	Matéria do Jornal Diário de Notícias, 1 de abril de 1941	28
Figura 3 —	Exu Ijelú.....	30
Figura 4 —	Adê de Oxum	30
Figura 5 —	Casa das Minas	40
Figura 6 —	Casa de Nagô	40
Figura 7 —	Representação do Sankofa	59
Figura 8 —	Visão da página eletrônica da Base de Dados em Ciência da Informação	65
Figura 9 —	Visão da página eletrônica da Base de Dados do ENANCIB.....	67
Figura 10 —	Missão do Selo Nyota	68
Figura 11 —	Objetivos do Selo Nyota	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Produção científica por ano de publicação sobre Religiões de Matrizes Africanas na Ciência da Informação	71
Gráfico 2 — Identificação dos pesquisadores que mais produzem sobre a temática Religiões Matrizes Africanas	88
Gráfico 3 — Instituição com mais pessoas pesquisadoras que publicam sobre o tema na Ciência da Informação	90
Gráfico 4 — Periódicos que mais publicaram sobre a temática de Religiões De Matrizes Africanas	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Panorama das publicações científicas sobre Religiões de Matrizes Africanas na Ciência da Informação e Biblioteconomia.....	70
Quadro 2 — Temáticas predominantes – Candomblé	73
Quadro 3 — Temáticas predominantes – Jurema	76
Quadro 4 — Temáticas predominantes – Umbanda	78
Quadro 5 — Temáticas predominantes – Terreiro	79
Quadro 6 — Temáticas predominantes – Religiões de Matrizes Africanas	80
Quadro 7 — Temáticas predominantes – Matriz africana	81
Quadro 8 — Relação dos periódicos que mais publicaram artigos relacionados à temática de Religiões de Matrizes Africanas	92
Quadro 9 — Identificação dos pesquisadores, temática estudada e instituição de vínculo ...	97
Quadro 10 — Identificação dos pesquisadores, temática estudada e instituição de vínculo ...	98
Quadro 11 — Identificação dos pesquisadores, temática estudada e instituição de vínculo ...	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BENANCIB	Base de Dados do ENANCIB
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID	Corona vírus
CTTRO	Comunidades Tradicionais de Terreiro
ENBNA	Encontro Nacional de Bibliotecárias/os Negras/os e Antirracistas
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FIC	Faculdade de Informação e Comunicação
GT	Grupo de Trabalho
GTIT	Grupo de Trabalho Interdepartamental para a preservação do patrimônio cultural de terreiros
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
MIR	Ministério da Igualdade Racial
NEPIERE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGCIs	Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RENAFRO	Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde
RERAD	Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades (RERAD)
SQPT	Secretaria para quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS: Origens, características e resistência.....	20
2.1	Religiões de Matrizes Africanas e o racismo religioso	23
2.2	Um breve resgate sobre as Religiões de Matrizes Africanas.....	33
2.3	Especificidades das Religiões de Matrizes Africanas no Maranhão	38
3	TERREIROS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO CULTURAL	42
3.1	A importância dos terreiros na manutenção da identidade negra, resistência cultural e fortalecimento comunitário	43
3.2	Terreiros como patrimônios: entre o silenciamento e a resistência	47
4	PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	53
4.1	Sankofa: retornar para prosseguir.....	58
4.2	Desafios na abordagem das Religiões de Matrizes Africanas na Ciência da Informação.....	61
5	PERCURSO METODOLÓGICO	64
5.1	Coleta e tratamento dos dados	64
6	PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	69
6.1	Publicações científicas sobre Religiões de Matrizes Africanas na Ciência da Informação.....	70
6.2	Padrões temáticos da produção científica em Ciência da Informação	72
6.2.1	Análise das categorias temáticas identificadas	82
6.3	Produção Científica sobre a temática Religiões de Matrizes Africanas por Autor	87
6.4	Produção Científica sobre a temática de Religiões de Matrizes Africanas a partir dos periódicos	92
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás.
(Nascimento, 2009)

A frase que abre este trabalho é oriunda de um provérbio pertencente aos povos Akans que vivem nos territórios entre Gana e Costa do Marfim, na África ocidental. Esse provérbio, denominado Sankofa, é representado por um pássaro em formato circular que voa para frente, mas com a cabeça virada para trás, ou por um coração, e, traduzido ao pé da letra, significa “volte e pegue”. Esses símbolos representam a recuperação e a reconstrução da identidade a partir das referências culturais africanas, transmitindo a ideia de que nunca é tarde para voltar ao passado e às nossas raízes, a fim de construir um futuro significativo, ao resgatar e valorizar o conhecimento ancestral africano.

Tal sabedoria é uma herança ancestral, para que possamos recuperar o que se perdeu. Nesse sentido, essa perspectiva se alinha com a proposta desta pesquisa, pois possibilita a construção de conhecimento a partir do resgate da memória afro-brasileiras, das lutas empreendidas para o reconhecimento, valorização e preservação dos saberes e culturas ancestrais presentes nas religiões de matrizes africanas, atuando como elo entre o passado, o presente e o futuro. Ela simboliza a herança ancestral que transmite o sentimento de pertencimento e identidade. Do ponto de vista da Ciência da Informação, que busca compreender a importância informacional e memorialística dessa tradição, em que a oralidade se apresenta como característica fundamental, a principal forma de produção e disseminação de informação para a construção de conhecimento dos adeptos, *Sankofa* envolve recuperar e valorizar esses saberes historicamente marginalizados. O universo cultural, memorialístico e simbólico presente nas religiões de matrizes africanas (constituído de valores, saberes, ritualística, dança, instrumentos musicais) compreende um arcabouço de informações que pode ser investigado e analisado pela Ciência da Informação.

A participação da população africana e afro-brasileira na formação social do Brasil foi marcada pela sua exploração por parte da população branca, num regime escravocrata, onde atravessaram o Atlântico à força e foram trazidos para uma realidade completamente diferente e desconhecida, destinada ao trabalho forçado, sem domínio sobre seu próprio corpo, e vistos apenas como uma mercadoria, pela naturalização das desigualdades raciais e diferentes formas

de exclusão, momento em que no pós abolição, o país não criou políticas para a inclusão dessa população na sociedade brasileira (Palma; Portugal; Barbosa, 2025).

Como consequência, povos africanos foram forçados a abandonar suas crenças e práticas religiosas, visto que, ao chegarem no Brasil, eram separados de seus grupos étnicos, com o intuito de impedir que conservassem suas identidades, contudo, trouxeram consigo a relação com a vida, morte, natureza, alimentação, a família e a comunidade, dessa forma, seus conhecimentos e tradições religiosas sobreviveram a esse processo opressivo.

A luta por direitos, reconhecimento, visibilidade e respeito à cultura da população negra é um processo histórico. Os Movimentos Afro-religiosos desempenharam um papel fundamental no reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, bem como na luta contra o racismo religioso, na luta por justiça e diversidade religiosa no Brasil e pelo reconhecimento do seu modo de vida.

O culto às divindades africanas, como aponta Prandi (2001), chegou ao Brasil juntamente com mulheres, homens, jovens africanas e africanos escravizados. Do encontro entre as práticas culturais e religiosas dos indígenas, africanos e europeus, surgiram o Candomblé, Umbanda, Jurema, Tambor de Mina, entre outras. As religiões de matrizes africanas, ao preservarem os saberes e práticas espirituais, tornaram-se símbolos de resistência em um país marcado pela colonização, racismo, preconceito contra culturas diferentes e exclusão de grupos sociais não hegemônicos.

Segundo Oliveira (2014), as religiões de matrizes africanas, por serem religiões que partem de um sistema de organização ritualístico, crenças e valores próprios¹, distintos das religiões dominantes. De acordo com Franco (2021), a população africana escravizada encontrou na religião a força para resistir aos ataques resultantes do processo histórico de escravização e dominação colonial. O processo de destruição da memória, identidade e religião começou ainda antes da travessia do Atlântico. Gomes (2018) aponta que como forma de dominação, diversas estratégias foram utilizadas para enfraquecer e apagar as referências africanas, por exemplo, a proibição de falar as suas línguas originais através da mistura entre africanos pertencentes a diversos grupos étnicos com vistas a dificultar a comunicação.

Como apontam Palma e Truzzi (2018), outra estratégia utilizada foi a retirada de seus nomes originais que carregavam significados culturais e espirituais por nomes católicos, o

¹ A esse respeito, Silveira (2016) apresenta o conceito de *afroteologia*. O autor define-a como teologia própria das religiões de matrizes africanas.

batizado forçado e a proibição de cultuar seus deuses foram uma das primeiras formas de violência, dominação e controle.

Diante desse contexto, como aponta Franco (2021), os africanos, ao deixarem seu local de origem e adentrarem na América na condição de escravizados, precisaram encontrar formas de resistência diante das violências físicas, simbólicas e psíquicas que as atravessavam. Foi na religião que encontraram forças para lutar, preservar e ressignificar suas crenças em um novo território cultural e religioso ao qual foram submetidos.

Apesar da perseguição histórica, os praticantes dessa religião vêm se organizando para combater os atos de violência, buscar reconhecimento de suas práticas e defender a liberdade de culto, fortalecendo assim a luta pela preservação e valorização de suas tradições.

As reflexões em torno da temática da religião de matrizes africanas perpassam por diversas áreas do conhecimento, por exemplo, História, Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais. Além disso, a Ciência da Informação também desempenha um papel importante ao investigar o assunto a partir de abordagens próprias. Sendo assim, desprender-se de uma perspectiva hegemônica eurocêntrica, a pesquisa utiliza a filosofia Sankofa como norte de investigação no contexto da Ciência da Informação, com vistas a resgatar e preservar essa herança cultural e oral.

A Ciência da Informação, como aponta Saracevic (1996), tem como característica a interdisciplinaridade por dialogar com as diversas áreas do saber, preocupada com problemas voltados para a informação: gerenciamento, tratamento, disseminação, produção, uso e apropriação da informação. A Ciência da Informação deve se ater às necessidades informacionais dos mais diversos grupos sociais, bem como disseminar informação para os mesmos. Dessa forma, pesquisar a produção científica acerca de determinada temática permite a compreensão das principais tendências, a forma como o assunto vem sendo investigado na área, o grau de produção de conhecimento, bem como as possíveis lacunas. Além do mais, há a necessidade de expor o panorama de publicações sobre a temática para despertar o interesse nos demais profissionais da Ciência da Informação.

Desta forma, a pesquisa soma-se às diretrizes tanto em âmbito nacional quanto internacional que apontam para o acesso à informação enquanto direito humano e valorização da diversidade. No contexto brasileiro, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), por meio do Grupo de Trabalho Relações

Étnico-Raciais e Decolonialidades (RERAD)², foi criada com o objetivo de contribuir com a implementação de leis brasileiras para a inserção nos sistemas educacionais o ensino da história e cultura de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. A saber, a Lei Federal nº 10.639/2003 que estabelece diretrizes para a obrigatoriedade da inserção do ensino da história e cultura afro-brasileira. A lei nº 11.645/2008 que estabelece diretrizes para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Além disso, a pesquisa insere-se nos escopos das pesquisas contemporâneas da Ciência da Informação, voltadas para o âmbito social e cultural. A pesquisa alinha-se ao escopo temático do Grupo de Trabalho (GT-12) - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades³, da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), que passou a integrar o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), pois contribui para os debates promovidos pelo grupo e para o fortalecimento da Ciência da Informação brasileira.

A pesquisa também se relaciona com o compromisso assumido pelo Encontro Nacional e Internacional de Bibliotecários Negros e Antirracistas (ENBNA)⁴ em discutir e debater temas voltados para a luta contra o racismo e as relações étnico-raciais em âmbito nacional e internacional.

No contexto internacional, a pesquisa se relaciona aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁵ estabelecidos na Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que objetiva traçar ações para promover a igualdade e melhoria das condições de vida das pessoas em todo o mundo. Já no Brasil, foi criada a ODS 18: Igualdade étnico-racial⁶ que integra a Agenda 2030, para discutir e traçar ações para o combate ao racismo. Por tanto, ao mapear as produções científicas na Ciência da Informação sobre religiões de matrizes africanas, a pesquisa contribui para a reflexão da construção de currículos que promovam uma educação antirracista o combate às desigualdades epistêmicas e o papel das instituições de ensino e pesquisa ao desenvolver políticas para combater essas desigualdades.

² Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades pode ser encontrado em: <https://www.acoesfebab.com/etnico>.

³ Grupo de Trabalho - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, pode ser localizado em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>

⁴ Para conhecer mais sobre o evento, acesse: <https://encontrodebibliote.wixsite.com/enbnaeibna/hist%C3%B3rico-do-evento>.

⁵ Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ver mais informações em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

⁶ Sobre o ODS 18 - Igualdade étnico-racial, ver mais informações em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>

Destaca-se o compromisso assumido pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) ao lançar um documento⁷ estabelecendo o papel das bibliotecas para a implementação da Agenda 2030 da ONU, a partir do que destaca o papel das bibliotecas em alcançar os objetivos do ODS, principalmente no que tange ao acesso à informação e educação de qualidade.

A motivação para realizar esta pesquisa, surge a partir de inquietações após a publicação de um e-book pelo Selo Nyota (projeto editorial liderado por profissionais da Biblioteconomia e que publica produções científicas de populações historicamente invisibilizadas), intitulado “Repensar o Sagrado: As tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional”. A obra reflete sobre o papel da Biblioteconomia e Ciência da Informação na preservação e disseminação de saberes religiosos diversos, promovendo debate sobre a diversidade e representatividade cultural no ambiente informacional.

A partir dessa iniciativa de publicação, despertou-se o interesse em mapear e analisar as produções científicas voltadas às religiões de matrizes africanas, com o objetivo de contribuir para a valorização, visibilidade e pluralidade desses saberes no campo da Ciência da Informação. Em tempo, optamos por utilizar a nomenclatura “matrizes” em vez de “matriz” por compreender a diversidade do universo cultural africano, como será apresentado no decorrer do trabalho, tendo em vista que o continente africano, historicamente, é compreendido de forma reducionista e preconceituosa. Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa possa servir de subsídio para futuras investigações, colaborando na ampliação da produção de conhecimento na Ciência da Informação a respeito das religiões de matrizes africanas e contribuir para o desenvolvimento de uma área diversa e inclusiva.

Ao trabalhar com religiões de matriz africana, foram explorados conceitos como informação, memória e patrimônio cultural. Tendo em vista a relevância que a temática apresenta tanto no âmbito social quanto para o campo da Ciência da Informação, esta pesquisa pretende contribuir para a reflexão sobre o papel desta na preservação desse patrimônio, identificar as temáticas pesquisadas relativas ao tema e possibilidades de ampliação de debates na Ciência da Informação, desta forma, contribuindo com a produção de conhecimento na área. Portanto, para se conhecer o que vem sendo produzido e como vem sendo discutido na Ciência da Informação a respeito da religião de matrizes africanas, a inquietação que permeia esta

⁷ Documento intitulado: Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas. Pode ser acessado em: <https://repository.ifla.org/items/3f128991-c391-4412-9d46-fcd4808b38cc>

pesquisa diz respeito à seguinte problemática: Qual o panorama de produção científica sobre religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação? Nesse sentido, o objetivo geral se dispõe a mapear a produção de conhecimento na Ciência da Informação que versa sobre religião de matrizes africanas. Para alcançar tal objetivo, delineou-se os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar o panorama de publicações científicas sobre a temática em questão; b) Analisar padrões temáticos na produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação, e por fim, c) Identificar os pesquisadores bem como a instituição de vinculação e os periódicos que publicam acerca da temática em questão.

Para a obtenção dos dados, foi realizado levantamento de artigos indexados nas seguintes bases de dados: Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Base de Dados do Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB) e Selo Editorial Nyota. A escolha dessas fontes de informações justifica-se pelo fato de as duas primeiras bases indexarem artigos da área da Ciência da Informação, enquanto o Selo Nyota, além de ser idealizado e coordenado por profissionais da Biblioteconomia, tem como objetivo constituir-se como um espaço plural de disseminação, visibilidade e reconhecimento de produções científicas, produzidas, por exemplo, por mulheres, pessoas negras e indígenas.

A presente pesquisa se divide em 6 seções, iniciando-se nesta Introdução, seguida pelo Referencial Teórico que se desdobra em “Religião de matrizes africanas: origens, características e resistência”, que permite conhecer as especificidades das religiões de matriz africana, bem como compreender o impacto do racismo religioso direcionado a grupos que são adeptos a essas religiões, ancorada em autores como Santos (2023); Fanon (2008) e Nogueira (2020). “Terreiros como espaços de memória, resistência e preservação cultural”, que expõe os terreiros para além de espaços dedicados a cultos, pois também são espaços de fortalecimento, preservação e disseminação de memórias ancestrais, utilizou-se autores como Bâ (2010) e Oliveira e Aquino (2012). “Produção científica sobre religiões afro-brasileiras na Ciência da Informação”, apresenta a filosofia Sankofa e reflete sobre os impactos da colonialidade na produção científica, discute-se o papel da Ciência da Informação em ampliar seu escopo epistemológico, ancorados em autores como Munanga (1990) Gonzalez (1988); Nascimento (2008) e Saracevic (1996). O Percurso Metodológico apresenta como foi realizada a coleta e análise de dados, além do tipo de pesquisa. Em seguida o “Panorama da Produção Científica sobre Religiões de Matrizes Africanas na Ciência da Informação” apresenta os resultados e discussões resultante dos dados colhidos na pesquisa. Por fim as Considerações finais onde são expostas as conclusões decorrentes da pesquisa.

2 RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS: Origens, características e resistência

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome (Santos, 2023, p. 2).

Na citação que inicia esta seção, o filósofo quilombola e brasileiro Antônio Bispo dos Santos (2023), mais conhecido como Nego Bispo, sintetiza e denuncia um dos aspectos fundamentais do processo de colonização, que desconecta o sujeito de seu território, tradição, cultura, linguagem e identidade ao moldá-lo conforme o modo de vida do colonizador. Essa imposição, como consequência, reflete também no comportamento e pensamento dos povos colonizados, ao internalizarem a visão de mundo euro-cristã, levando-os a rejeitarem suas crenças, práticas religiosas e culturais.

Em “Pele negra, máscaras brancas”, Fanon (2008) analisou os impactos da colonização e racismo sobre a população africana e afrodescendente expôs como esse processo leva pessoas negras a buscarem máscaras brancas como forma de aceitação social. Entre outros aspectos analisados no livro, o autor destaca a relação entre a linguagem e a colonização, apontando que, além de ser um meio de comunicação, a linguagem foi empregada como mecanismo de dominação colonial. A desvalorização das manifestações culturais e religiosas, reduzindo-as à folclorização e ao primitivismo, aliada à imposição do idioma colonizador e ao apagamento das expressões de origem africana, contribuiu para a alienação imposta pela colonização.

A respeito disso, Gonzalez (1988) destaca que a invisibilização e apagamento de manifestações culturais de origem africanas não é neutra, possui raízes históricas, o que ela aponta como ideologia do branqueamento⁸ e como consequência diminui a importância e contribuição histórica, intelectual e cultural de matrizes africanas.

Dessa forma, o apagamento das expressões culturais e religiosas de matrizes africanas não se limita ao passado, mas permanece na contemporaneidade, cristalizado, sobretudo no racismo religioso contra religiões de matrizes africanas. Porém, antes de adentrar nessa discussão, é importante compreender o papel social e cultural da religião, que, para além de um sistema de crenças, é elemento estruturante da identidade de um povo.

⁸ Segundo Carneiro (2005) é um processo histórico e político que objetiva apagar ou minimizar do imaginário social, cultura e identidade nacional marcas de origem africana e afrodescendente. A autora aponta que no Brasil, isso ocorreu, por exemplo, através da miscigenação e elogio a mestiçagem.

A religião, presente em diferentes sociedades, é uma das mais antigas manifestações culturais da humanidade. Não apenas oferece explicações sobre a origem do mundo, mas também influencia a organização social, valores e comportamentos. Ressalta-se que a religião pode atuar tanto como aparato de dominação quanto como instrumento de resistência e preservação cultural. Portanto, compreender esse dualismo contribui para analisar os desafios, as lutas que as religiões de matrizes africanas enfrentam.

Nesse contexto, Figueiredo (2019) explora o conceito de religião e discute a dificuldade em defini-la, uma vez que diversas áreas do conhecimento se debruçam em investigá-la, como História, Antropologia, Sociologia e Teologia, portanto, tem-se muitas abordagens e ausência de consenso a respeito de sua definição. Atualmente, a definição mais comum é associada ao termo *Religare*, ou seja, unir-se com o divino. Porém, o autor destaca que a palavra religião se origina a partir do termo latino *Religio*, que em sua concepção pré-cristã, estava intrinsecamente conectada ao contexto sociocultural ocidental, com o sentido de cumprir rigorosamente, precisamente os ritos, sem necessariamente estar relacionada à ligação com o divino. Além disso, o autor revela outro termo, *Religere*, carregando a mesma conotação de precisão repetitiva dos atos endereçados às divindades. Mas sobre a conotação atual:

Foi somente a partir do autor Lactâncio que *religio* passou por um processo de “decantação” de sua conotação original pré-cristã, atribuindo a origem do termo não à *relegere* como em Cícero, mas a *religare*, num procedimento tanto filológico quanto ideológico, segundo Prandi. O termo agora passava a religar duas realidades que, pelo próprio significado, pressupunham um estado original quando ambas estariam ligadas, o que calhava perfeitamente com a doutrina cristã do pecado original e a consequente queda e separação entre homem e divindade. A partir desse ponto, o termo se impôs como paradigma dessa ideia de reconexão presente na doutrina cristã, sofrendo apenas pequenas modificações por autores como Agostinho e Tomás de Aquino, até ser questionado no período iluminista (Figueiredo, 2019, p. 274).

Ampliando essa discussão, Evangelista (2019) reflete sobre a construção socio-histórica da noção de religião, estabelecendo contraponto entre a visão ocidental e a relação entre o sagrado e as religiões de matrizes africanas. A definição de religião, além de variar no decorrer da história, pode ser utilizada tanto para classificar quanto deslegitimar, práticas não ocidentais. Esse processo ocorre porque a noção de *Religare* não se aplica ao contexto das religiões de matrizes africanas, onde o sagrado, representado pelos ancestrais, os Orixás⁹, Nkisis¹⁰ e

⁹ Orixás são divindades associadas aos povos Iorubás.

¹⁰ Nkisis são divindades associadas aos povos Bantus.

Voduns¹¹, já estão presentes no cotidiano dos indivíduos. Portanto, não há necessidade de um “religamento”, uma vez que esse elo nunca foi perdido.

Além disso, Lázaro Evangelista (2019) destaca que, nas religiões de matrizes africanas, não existe uma figura diabólica que se oponha a uma divindade do bem, nem a noção de pecado. Porém, o autor ressalta que os adeptos utilizam estrategicamente o termo ocidental “religião” como ferramenta de resistência social, política e fortalecimento identitário:

O Afro-religioso, ao utilizar o termo religião, sob a perspectiva ocidental, em alusão às suas relações com o sagrado, integra nesse conceito um mecanismo que atua no campo político e social para o seu fortalecimento identitário e grupal na sociedade. O uso desse termo auxilia na reivindicação aos direitos de celebrar e conviver de forma livre numa sociedade que ainda não percebe as Religiões Afro-brasileiras como instituições legítimas, constituídas por mulheres e homens, e, portanto, cidadãos, que buscam espaços representativos e de reconhecimento (Evangelista, 2019, p. 39).

Nesse mesmo sentido, Larissa Pinheiro (2017) apresenta dois apontamentos sobre religião. O primeiro diz respeito à concepção ocidental, influenciada pelo pensamento cartesiano, que separa o sagrado do profano. Já nas tradições africanas, religião, história e arte se interconectam. O segundo apontamento destaca que, pelas influências do ocidentalismo/eurocentrismo, as festividades presentes nessas tradições acabaram sendo vistas de forma pejorativa e reducionista, o que ao longo do tempo impactou como essas práticas são percebidas.

A respeito disso, Quijano (2009) aponta que com o surgimento do Iluminismo, a partir do Século XVII, começou a consolidar uma visão de mundo denominada Eurocentrismo. Nessa perspectiva, a Europa foi colocada no centro da história como naturalmente mais desenvolvida, portanto, superior ao restante das demais civilizações. Logo, os europeus seriam os protagonistas rumo ao progresso da humanidade, vistos como modernos, civilizados e racionais. Por outro lado, povos colonizados eram vistos como primitivos, inferiores e atrasados. Essa perspectiva influenciou a percepção social a respeito das religiões de matrizes africanas, uma vez que são vistas como inferiores ou práticas supersticiosas e folclóricas, impactando na desvalorização e propagação de estigmas delas.

Como aponta Hampâté Bâ (2010), a cultura africana envolve uma visão em que todos os elementos que compõem os universos estão interligados:

¹¹ Voduns são divindades associadas aos povos Ewe-Fon

Uma vez que se liga ao comportamento cotidiano do homem e da comunidade, a “cultura” africana não é, portanto, algo abstrato que possa ser isolado da vida. Ela envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma presença particular no mundo – um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem (Bâ, 2010, p. 169).

Sendo assim, a garantia de direitos objetiva proteger as práticas religiosas e culturais, visto que essas comunidades estão inseridas em uma sociedade que historicamente marginaliza e invisibiliza suas práticas espirituais, cujas raízes pertencem ao período colonial. Esse período foi marcado por uma estrutura coercitiva e violenta, não apenas física, mas também simbólica, que se empenhou em impor a fé cristã às sociedades africanas. Além da repressão religiosa e demonização das divindades, houve um esforço sistemático para moldar a mentalidade dos colonizados, construindo modelos de crenças pautados no cristianismo.

Conforme Franco (2021), esse processo objetivava consolidar os valores euro-cristãos, ao passo que estigmatizava e desvalorizava as culturas africanas e indígenas. Daibert Jr. (2021) aponta que:

O projeto colonizador vinha acompanhado de uma tentativa de construção de legitimidade pautada na formação de novas estruturas de crença religiosa, amparadas em novas percepções, identificação do universo, modos de entendimento do tempo, do espaço e da história, apresentados como um saber único, superior e válido para todos (Daibert Jr., 2021, p. 10).

Amparados por uma perspectiva etnocêntrica¹², os colonizadores definiam outras civilizações com base em valores, crenças de sua própria cultura, classificando-as como inferiores. O projeto colonizador, para além da conquista territorial, impôs sua cultura e religião, fixando valores euro-cristãos como únicos e verdadeiros. Sousa e Caetano (2024) destacam que essa hierarquia, constituída a partir da visão cristã, abarcava tanto os povos indígenas quanto os africanos, legitimando a suposta superioridade europeia e, consequentemente, a dominação e escravização dessas sociedades.

2.1 Religiões de Matrizes Africanas e o racismo religioso

¹² Esse pensamento consiste em julgar outras culturas e formas de organização social a partir de valores próprios, assim, considerando-se superior às demais sociedades. Esse olhar, ao considerar outras sociedades como inferiores ou atrasadas, desconsidera que outras sociedades possuem sistemas próprios de organização cultural, social e política e leva a crer que a sua cultura é a melhor.

O racismo religioso quer matar existência, eliminar crenças, apagar memórias, silenciar origens (Nogueira, 2020, p.63).

Na citação que inicia esta seção, o autor sintetiza os efeitos do racismo religioso sob as religiões de matrizes africanas. Ao mapear as produções científicas na Ciência da Informação sobre essas religiões, a pesquisa objetiva evidenciar essas religiões como produtoras de conhecimento e discutir os atravessamentos do racismo religioso que impacta no campo científico. Para Nogueira (2020) o preconceito enfrentado por essas religiões vai para além da intolerância religiosa, pois há outro fator: o racismo, visto que as perseguições também atingem a origem étnica das crenças e práticas religiosas. Como aponta Barros (2022), as religiões de matrizes africanas são oriundas de um saber ancestral africano, alicerçados em formas de se relacionar com o sagrado distinta dos padrões ocidentais e da fé cristã. Portanto, nesta pesquisa, opta-se por utilizar o termo racismo religioso, uma das formas em que se opera o racismo, visto que melhor permite evidenciar e compreender as dinâmicas de perseguições e de destruições vivenciadas pelas comunidades de terreiros:

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica (Nogueira, 2020, p. 19).

Conforme apontado por Schneider Neto, Almeida e Santos (2024), as religiões de matrizes africanas ainda enfrentam desafios oriundos do período colonial, um deles, o racismo religioso, termo utilizado para compreender as violências sofridas pelos adeptos das religiões de matrizes africanas. Apesar dos avanços nas conquistas no campo da proteção de direitos dos praticantes dessas religiões, o racismo religioso, ainda presente nas práticas sociais e institucionais, continua a se manifestar, conforme apontado por Araújo (2018), que identifica duas facetas dessa expressão: o racismo institucional, expresso na omissão e exclusão por parte do Estado e o segundo, disseminado nos seguimentos da sociedade, especialmente por setores neopentecostais, que propagam a ideia de que essas religiões são inferiores, primitivas e imbuídas por práticas demoníacas.

O conceito de racismo religioso surgiu para explicar as violências vivenciadas pelas comunidades de terreiros e diferenciá-lo da intolerância religiosa, uma vez que este termo se

tornou limitado para descrever essas agressões. Segundo Nascimento (2022), a intolerância religiosa envolve comportamentos e atitudes ofensivas a todo o sistema de crenças e de práticas religiosas não hegemônicas, como o caso das religiões de matrizes africanas. Essas atitudes, segundo a autora também está associada a falta de respeito, ao pré-conceito a diversidade religiosa. A tolerância, como aponta Nogueira (2020), etimologicamente origina-se do latim *tolerare*, que na prática é utilizada para descrever ações de aceitar ou suportar algo que não se pode evitar. Como aponta o autor, ao se falar de tolerar algo ou alguém, na verdade, o sujeito dominante assume uma postura de que apenas suporta a existência do outro, uma aceitação forçada:

Ouve-se muito que “é preciso tolerar a diversidade”. A expressão, aparentemente, progressista e bem-intencionada, desperta a indignação de alguns tolerados. Não, não é preciso tolerar ninguém. “Tolerar” significa algo como “suportar com indulgência”, ou seja, deixar passar com resignação, ainda que sem consentir expressamente tal conduta. Quem tolera não respeita, não quer compreender, não quer conhecer. É algo feito de olhos vendados e de forma obrigatória (Nogueira, 2020, p. 31).

Logo, alguém que tolera, está suportando algo que não se pode proibir, sendo, portanto, o termo insuficiente quando se trata de religiões de matrizes africanas que historicamente são alvos de violência, preconceitos e demonização. Portanto, ao atentarmos para a realidade política, social e ideológica da sociedade brasileira, como aponta Nogueira (2020, p. 48), o termo intolerância religiosa: “[...] não nos instrumentaliza a perceber o racismo como central na compreensão da perseguição às religiões de matrizes africanas. Além disso, continuamos operando sob o prisma do paradigma cultural europeu”, indicando que a raiz do problema está no racismo e na colonização, os quais moldaram o ideário social a respeito desses grupos e revelam a interseção entre racismo, religião e colonização. O autor ressalta ainda que o racismo religioso atinge todo modo de existir dessas comunidades:

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida (Nogueira, 2020, p. 47).

O termo racismo religioso amplia a compreensão das violências dirigidas a comunidades de terreiros, pois, como reforçado por Franco (2021), trata-se mais uma das manifestações do racismo, pois não atinge apenas a fé, mas também o pertencimento étnico-racial dos adeptos:

[...] quando se usa o termo racismo religioso, ele contempla uma comunidade ou todos os praticantes das religiões de matriz africana dando maior visibilidade a anos de luta encabeçada principalmente pelos movimentos negros que desde sempre lutaram por igualdade e pela garantia dos direitos da população afro-brasileira. É preciso entender que o ataque sofrido pelos praticantes de matriz africana está estritamente relacionado com o pertencimento étnico, o passado histórico e com a base racista que estruturou a nossa sociedade. O racismo assume diversas expressões, logo o racismo religioso é uma delas (Franco, 2021, p. 40).

A história do Brasil revela que as religiões de matrizes africanas têm sido alvo de violência, perseguição e discriminação. Desde o início, o racismo religioso operava por meio de legislações que condenavam qualquer prática espiritual que não estivesse alinhada à religião oficial imposta pelo colonizador. A Igreja Católica, aliada ao Estado brasileiro, controlava e repreendia práticas e crenças religiosas que destoavam do padrão civilizacional e cultural vigente.

Alves (2022) destaca que, a partir da promulgação do Código Penal de 1890, as práticas religiosas de matrizes africanas foram criminalizadas e seus objetos sagrados, confiscados e tratados como prova de crime. Para legitimar tais ações, foram criados dispositivos legais que incentivam a repreensão aos praticantes, incluindo a apreensão de objetos, e a censura de suas práticas de culto. O Código Penal de 1890 enquadrava essas manifestações religiosas como crime contra a saúde pública, tipificando-as como curandeirismo:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: Penas - de prisão cellullar por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000. Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro: Penas - de prisão cellullar por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000. Paragrapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas, deformidade, ou inhabilitação do exercicio de órgão ou aparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade: Penas - de prisão cellullar por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000. Si resultar a morte: Pena - de prisão cellullar por seis a vinte e quatro anno (Brasil, 1890).

Essa legislação afetou diretamente as religiões de matrizes africanas, restringindo suas práticas que contrariavam os valores culturais e religiosos euro-cristãos. Nogueira (2020)

ênfatisa que, devido ao racismo, à violência e à estigmatização, que culminam em ataques contra terreiros, e represálias, muitos adeptos, do Candomblé e da Umbanda, optam por não se declarem publicamente como praticantes de religiões afro-brasileiras.

Barreto Junior (2021), em uma pesquisa sobre a relação entre o direito e religião nos cem primeiros anos da história republicana brasileira, aponta que, apesar de o regime imperial ter promovido certa flexibilização, quanto à liberdade religiosa, e da Constituição Republicana de 1891 ter garantido formalmente esse direito, na prática, a liberdade de culto não se estendia às religiões com sistemas de crenças distintos da religião oficial:

A imposição do regime imperial trouxe certa flexibilização à questão da liberdade religiosa, à forma de expressão religiosa não católica, conquanto que não houvesse desrespeito à religião católica, religião oficial do Estado, não ofendesse a moral pública e se restringisse ao espaço doméstico. Tal “liberdade”, na verdade, era uma concessão ao protestantismo, não alcançando o Candomblé, que não era considerado religião, e, aos olhos do poder, ofendia a moral pública (Barreto Junior, 2021, p. 118).

Durante a Nova República, Barreto Junior (2021) aponta que, apesar da promulgação do novo Código Penal de 1940, as práticas e manifestações religiosas de origem africana seguiram sendo alvos de perseguição e repreensão. Seus objetos continuaram sendo confiscados e apreendidos. Entre as formas de violência herdadas do período colonial, estavam ameaças, depredação de terreiros e criminalização das religiões de matrizes africanas. Como afirmam Alves (2022, p. 232): “A criminalização dos objetos sagrados de matriz africana se deu no contexto de chegada das teorias raciais no Brasil”. As casas de santos eram invadidas sob a acusação de feitiçaria e realização de rituais demoníacos, reforçando o estigma dessas práticas religiosas.

Outro fator que contribuiu para a repreensão foi a utilização da expressão “baixo espiritismo”, conforme Giumbelli (2003, p. 249), essa expressão era utilizada para: “[...] hierarquizar práticas que recorriam a ‘mediunidade’[...]”. Esse termo, funcionou como instrumento de repressão e criminalização, reforçando a ideia de inferioridade. Como explica Nogueira (2020), essa nomenclatura refletia o preconceito contra as religiões de matrizes africanas, julgadas como primitivas e inferiores em relação ao “Alto Espiritismo”, de origem europeia.

Além disso, a terminologia foi amplamente difundida nos discursos jornalísticos da época, funcionando para estigmatizar as práticas religiosas. Esse viés pode ser observado, por exemplo, na Figura 1, retirada de uma matéria do jornal carioca “Diário de Notícias”, de 1940.

Figura 1 — Matéria do Jornal Diário de Notícias, 12 de janeiro de 1940 (RJ).

quantidade no local.
CONTRA O BAIXO ESPIRITISMO
 -- A 1.^a Delegacia da capital, em diligencia hoje effectuada, apprehendeu grande quantidade de apetrechos de macumba e deteve diversos feliceiros, estando empenhada na repressão da pratica do baixo espiritismo.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (2025).

O jornal “Diário de Notícias”, por exemplo, noticiou em 1941 uma campanha repressiva coordenada pela Delegacia Geral de Investigações, Seção de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificações, contra os chamados “macumbeiros” e praticantes de “magia negra”. Além das prisões de pais e mães de santos, a polícia invadia os terreiros, confiscava e apreendia os objetos sagrados. A Figura 2 apresenta um recorte de uma matéria publicada no Jornal Diário de Notícias a respeito das campanhas empreendidas contra os terreiros.

Figura 2 — Matéria do Jornal Diário de Notícias, 1 de abril de 1941.

Trinta e um dos oitenta macumbeiros presos pela polícia e que vão passar seis meses na Ilha Grande, conforme noticiário que abaixo publicamos

ALTADO UM QUARTO HOTEL GUANABARA
 ator do roubo foi preso pela polícia do 5.º distrito

Diário de Notícias
 SEGUNDA SEÇÃO Terça-feira, 1.º de Abril de 1941

VAREJADOS SETENTA "TERREIROS" E PRESOS OITENTA "MACUMBEIROS"
 Enérgica campanha policial contra os adeptos e os exploradores da "magia negra" — Como agiam os "pais de santo" para iludir os incautos — Alarmante o número de casos de alienação mental provocada pela "macumba"

DOIS NAVIOS ATRACARAM, ONTEM, AO CAIS
 O "Biela" chegou de Londres com muita carga e, de Nova York, deu entrada o "Comandante Lira"

DESAFIOU O EX-COMANDANTE PARA UM DESFORÇO PESSOAL

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (2025).

Oliveira (2015) destaca a criação dessa delegacia, fazia parte de um movimento maior com a criação de delegacias especializadas que objetivavam combater a vadiagem, capoeira,

meretrício e outras práticas vistas como incompatíveis com os valores da elite brasileira. A autora aprofunda essa discussão ao apontar que a Seção de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificações foi instaurada para tornar a repressão mais organizada e direcionada. Além do combate ao tráfico, a delegacia perseguia adeptos de religiões de matrizes africanas, incluindo a criminalização de práticas como o curandeirismo e o espiritismo, ambos considerados ilegais à época.

Como aponta Velasco (2019), ao analisar jornais do início do período republicano, a autora constatou que as religiões de matrizes africanas eram constantemente retratadas pejorativamente como macumbas e feitiçarias. Conforme observa Nogueira (2020, p. 15), esse cenário gerava um “[...] espetáculo violento contra tudo que, aparentemente, for identitária, filosófica e liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil”. Outro episódio marcante foi a “Quebra de Xangô”, ocorrida em 2 de fevereiro de 1912, em Maceió, Alagoas, no mesmo dia em que se celebra Iemanjá. Os terreiros foram invadidos e seus objetos sagrados confiscados, resultando na migração de muitos Yalorixás¹³ e Babalorixás¹⁴ da região.

A “Coleção Museu da Magia Negra”¹⁵ composta por mais de 500 objetos, incluindo atabaques¹⁶, acessórios dos orixás, patuás¹⁷ e outros elementos que compõem o universo sagrado das religiões de matrizes africanas, ilustra esse processo de apagamento e silenciamento. Segundo Alves (2022), a coleção atualmente abrigada no Museu da República, formou-se a partir do confisco e apreensão de itens religiosos pela polícia do estado do Rio de Janeiro, no final do século XIX até a primeira metade do século XX, sob alegação de que os pais e mães de santo praticavam de curandeirismo e charlatanismo, os itens foram levados para o Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro:

As práticas sagradas de matriz africana foram, de fato, enquadradas como crimes a partir da promulgação do Código Penal de 1890, e seus objetos foram visualizados em uma perspectiva que privilegiava a ocorrência de um delito ou, melhor dizendo, configuravam provas de um crime. Esta aqui seria a primeira classificação externa, após seus usos enquanto objetos sagrados nos terreiros de cultos de matriz africana (Alves, 2022, p. 230).

¹³ Mãe de Santo, sacerdotisa do terreiro.

¹⁴ Pai de Santo, sacerdote do terreiro.

¹⁵ Nosso Sagrado: a construção de uma herança fraterna:
<https://artsandculture.google.com/story/mwWx9m6ZCuqk5A?hl=pt-BR>

¹⁶ Instrumento de percussão utilizado no Candomblé, Umbanda e outros ritmos musicais, por exemplo, o samba.

¹⁷ Refere-se a um amuleto consagrado utilizado pelos adeptos dessas religiões para proteção.

Posteriormente, a coleção foi tombada no século XX pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e registrada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. As Figuras 3 e 4 apresentam alguns dos objetos que foram confiscados pela polícia presentes em terreiros.

Figura 3 — Exu Ijelú.



Fonte: Google Arts & Culture, 2025.

Figura 4 — Adê de Oxum.



Fonte: Google Arts & Culture, 2025.

Diante desse contexto, diversas reivindicações foram empreendidas pelas lideranças afro-religiosas, comunidades de terreiros, pesquisadores e entre outros agentes, para reivindicar

a retirada desses objetos sagrados do Museu da Polícia, o que culminou na campanha “Liberte Nosso Sagrado”.

Com o objetivo de mapear casos de racismo e violência religiosa vivenciados por praticantes de religiões afro-brasileiras, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO), em colaboração com o Ilê Omolu Oxum, lançou, em 2022, a pesquisa intitulada “Respeite o meu terreiro”, visando identificar e compreender as diversas formas de manifestação do racismo religioso no Brasil. Além disso, o estudo apresentou a diversidade das práticas de culto de religiões de matrizes africanas. Os resultados revelaram as diversas formas de violência a que os praticantes são submetidos, que vão desde agressões físicas até violência psicológica, além dos assédios por partes de fiéis pertencentes a igrejas de denominação evangélica¹⁸.

No Maranhão, assim como em outras regiões do país, a violência contra religiões de matrizes africanas não é diferente. Por exemplo, em abril de 2022, na Casa Fanti Ashanti¹⁹, localizada na cidade de São Luís, integrantes de uma igreja evangélica reuniram-se em frente ao terreiro em atos de evangelização. Outro caso, é o da Valdelina da Costa²⁰, proprietária de uma loja de artigos religiosos na cidade de Santa Inês, que denunciou à Polícia Civil e ao Ministério Público do estado as perseguições que vem sofrendo de um pastor evangélico. No entanto, seu caso foi arquivado sob a alegação de que não configurava crime de intolerância religiosa.

A impunidade de muitos agressores e a negligência estatal reforça a necessidade de criação e implementação de Políticas Públicas eficazes, além da aplicação mais rigorosa da Lei 14.532/2023, que equipara o crime de injúria racial a crime de racismo e passa a ter uma reclusão de 2 a 5 anos, além da multa: “Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas” (Brasil, 2023).

A instituição do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi motivada pela morte da Mãe Gilda, fundadora e Yalorixá do terreiro Ilê Asé Abassá, vítima de violência religiosa. Após ter seu terreiro invadido, foi agredida física e verbalmente e veio a falecer em

¹⁸ <https://revistaafirmativa.com.br/religioes-de-matriz-africana-sofrem-com-assedio-perseguiacao-e-violencia-de-igrejas-evangelicas/>

¹⁹ <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/06/28/justica-condena-pastores-de-sao-luis-por-fazerem-culto-em-frente-a-terreiro-de-candomble.ghtml>

²⁰ <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/04/09/dona-de-loja-de-artigos-religiosos-de-matriz-africana-denuncia-intolerancia-religiosa-no-ma.ghtml>

decorrência de um infarto fulminante. Instituída pela Lei Federal nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, a saber que: “Art. 1 Fica instituído o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 21 de janeiro. Art. 2º A data fica incluída no Calendário Cívico da União para efeitos de comemoração oficial” (Brasil, 2007b). Portanto, é celebrado no dia 21 de janeiro, a data, além de homenagear a sacerdotisa, representa uma oportunidade para a reflexão, debates e promoção de ações que fortaleçam a implementação de Políticas Públicas voltadas para o respeito à diversidade religiosa.

Outro marco importante é a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (Brasil, 2008).

A lei torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e indígena nas escolas. O objetivo é incluir e valorizar a diversidade étnico-racial no Brasil, combater os estereótipos e preconceitos, além do reconhecimento da contribuição dos povos indígenas e africanos na formação social, cultural e religiosa do país.

Já o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, celebrado no dia 21 de março, foi instituído pela Lei nº 14.519, de 05 de janeiro de 2023. A data reforça o reconhecimento e valorização das religiões de matrizes africanas, além de ser mais uma medida de combate ao racismo religioso. A data escolhida coincide com o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966, em memória às 69 vítimas do massacre de Sharpeville, um bairro negro da África do Sul.

No Maranhão, foi instituída a Política Estadual de Proteção aos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afro-Brasileiras, instituída pelo Decreto nº 37.761, de 28 de junho de 2022, e conforme o artigo 2:

I - casas de religiões de matriz africana e afro-brasileiras: espaços sagrados de convivência e preservação das tradições religiosas de matriz africana, nominados conforme as diferentes vertentes da religião (terreiro, ilê, roça, casa de axé, barracão,

egbe, dentre outros); II - cosmogonia: visão de mundo concebida, na relação intrínseca com os elementos da natureza e as entidades espirituais que as regem, respeitando os significados e simbologias presentes nas diferentes formas de manifestação entre os indivíduos, o coletivo e a natureza na perspectiva da ancestralidade; [...] VIII - intolerância religiosa: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência, incluindo-se qualquer manifestação individual, coletiva ou institucional, de conteúdo depreciativo, baseada em religião, concepção religiosa, credo, profissão de fé, culto, práticas ou peculiaridades rituais ou litúrgicas, e que provoque danos morais, materiais ou imateriais, atente contra os símbolos e valores das religiões afro-brasileiras ou seja capaz de fomentar ódio religioso ou menosprezo às religiões e seus adeptos (Maranhão, 2022, p. 1).

Dessa forma, objetiva garantir a igualdade, a integridade e o respeito a esses grupos. Além disso, a Lei nº 11.399, de 28 de dezembro de 2020, criou o Estatuto Estadual da Igualdade Racial, estabelecendo diretrizes para a garantia de direitos da população negra e promoção da equidade racial no Maranhão. A lei considera:

II - povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Maranhão, 2020, p. 1).

Objetivando, portanto, planejar, implementar e monitorar as políticas públicas prioritárias para esses povos e combate ao racismo.

Apesar do reconhecimento das religiões de matrizes africanas como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, as comunidades de terreiro continuam sendo alvos de ataques e intolerância religiosa. Conforme os registros do canal para denúncias de violação de direitos humanos, Disque 100, criado pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2023, o Brasil contabilizou 2.124 violações, representando um aumento de 80% em relação ao ano anterior, sendo as religiões de matrizes africanas as mais afetadas.

Apesar da existência de leis, a intolerância religiosa e os ataques a terreiros ainda perduram, evidenciando a necessidade de Políticas Públicas mais eficazes e leis que garantam a liberdade de culto e respeito à diversidade religiosa, bem como a proteção dessas comunidades.

2.2 Um breve resgate sobre as Religiões de Matrizes Africanas

Para compreender a essência das religiões de matrizes africanas no Brasil, especialmente as praticadas em solo maranhense, é fundamental seguir o percurso *Sankofa* e

retornar às raízes no continente africano. O continente africano é marcado pela diversidade étnico-cultural, geográfica, filosófica e religiosa. Como ressaltam Marim e Pinto (2020), é um erro tratar o continente africano como homogêneo, pois abriga realidades distintas. Os Iorubás, por exemplo, englobam povos como Ketu, Oyó, Ifé e entre outros; os Bantu abrangem grupos como Congo e Angola; os Jejes, oriundos do antigo reino de Daomé, atualmente Benin; e os Akans que incluem os Fanti e Ashanti, possuem sistema linguístico próprio, formas específicas de expressar a fé, cultuar a ancestralidade e as divindades, além da compreensão particular sobre a relação homem e a natureza, os laços comunitários e a organização social.

Durante a travessia forçada do atlântico, mulheres, homens e crianças de diferentes nações do continente africano trouxeram consigo suas crenças, divindades, e práticas religiosas, contribuindo para a formação das tradições religiosas de matrizes africanas, como o Candomblé, a Umbanda e Tambor de Mina. Essas religiões preservam elementos de seus cultos originários, como a relação com a ancestralidade e o culto aos Orixás, Nkisis e Voduns, sendo cada divindade relacionada a diferentes nações africanas, com linguagens, cosmologias e liturgias diferenciadas. De acordo com Marim e Pinto (2020), esses povos eram oriundos da costa oeste da África (Congo, Benin e Nigéria), com destino principal à Bahia. Posteriormente, também passaram a ser trazidos africanos do sul do continente (Angola, Moçambique e entre outros), sendo enviados ao Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas e sudeste do Brasil. As autoras mencionam que os primeiros a aportarem no Brasil, oriundos do grupo Banto, carregavam vasto conhecimento em agricultura e metalurgia, demonstrando a riqueza cultural e tecnológica dessas civilizações antes da escravidão.

O tráfico transatlântico de pessoas africanas e a escravização impactaram profundamente a estrutura dos cultos, exigindo adaptações em um novo contexto, agora em solo brasileiro. Isso se deve ao fato de que as tradições africanas têm como um de seus pilares o culto à ancestralidade, pois compreendem que a família envolve não apenas os vivos, mas também aqueles que já partiram. A ancestralidade, como aponta Martins (2021), é um conceito que estrutura diversas culturas, não se restringindo ao passado, mas permeia o cotidiano e valores da comunidade, orientando os sujeitos em todas as esferas da vida, partindo desde as relações familiares mais íntimas até as coletivas. Como explica Nascimento (2024, p. 314), nas tradições africanas, acredita-se que a ancestralidade é: “[...] uma relação contínua e profunda com aqueles que vieram antes de nós”. Isso significa que os ancestrais, mesmo após a morte, permanecem presentes e continuam a ser reverenciados e honrados por meio de rituais específicos. No entanto, com o tráfico de africanos escravizados e a colonização, fizeram com

que suas famílias e comunidades fossem fragmentadas pelo sistema escravista, levando-os a reconfigurar suas práticas religiosas. Bastide (1967 *apud* Munanga 2019) observa que a ancestralidade constitui um dos fundamentos dos cultos de matrizes africanas e que, devido ao processo de escravização, as linhagens foram dispersas, dificultando a manutenção desse culto no novo contexto em que as populações africanas estavam inseridas. Nessa mesma perspectiva:

O tecido social do negro escravo nada tinha a ver com família, grupos e estratos sociais dos africanos nas suas origens. Assim, a religião negra só parcialmente pôde se reproduzir no Novo Mundo. A parte ritual da religião original mais importante para a vida cotidiana, constituída no culto aos antepassados familiares e da aldeia, pouco se refez, pois, na escravidão, a família se perdeu, a tribo se perdeu (Prandi, 1998, p. 153).

Logo, a continuidade dos cultos não foi integral e precisou ser recriada, pois, na condição em que vieram, trazidos à força, os africanos não puderam trazer consigo todos os símbolos e objetos pertencentes às práticas ritualísticas de seus cultos. No entanto, algumas formas de culto foram parcialmente preservadas e adaptadas ao novo contexto sociocultural no qual estavam inseridos.

Trazidos pela força ao Brasil, nas condições conhecidas, esses escravizados africanos não puderam carregar em suas bagagens (o que certamente não fizeram) todos os objetos necessários as atividades culturais e símbolos dos deuses e espíritos ancestrais. Alguns teriam trazido escondidos (supõe-se) pequenos objetos de culto, amuletos protetores e pequenos utensílios. No entanto, encontraram no Brasil condições ecológicas semelhantes as do ecossistema de suas origens, oferecendo entre outras coisas as mesmas essências vegetais. O que teria facilitado a continuidade de uma religião cuja relação entre o homem, a sociedade e a natureza é primordial (Munanga, 2019, p. 11).

Dessa forma, criar estratégias de resistências, foi uma ação pensada pelos africanos afrodescendentes, uma vez que, todas as medidas repressivas impostas, como leis e ações policiais, objetivavam garantir a conversão ao catolicismo. Para isso, esses povos identificaram, por exemplo, elementos presentes na religião do colonizador que se assemelhavam com características presente nas divindades que compõe o universo religioso de matrizes africanas, tanto em aspectos funcionais quanto temperamentais, como a correspondência entre santos católicos e algumas divindades dos cultos africanos. Como não podiam exercer livremente suas práticas religiosas, essa adaptação tornou-se essencial para a sobrevivência e preservação das religiões de matrizes africanas no Brasil. Tais cultos configuram-se como um dos mais significativos legados da resistência contra as violências impostas pela colonização, essas tradições se adaptaram e se consolidaram em diversas regiões do país.

Prandi (1998) assinala que, desde sua gênese no país, essas religiões incorporaram elementos presentes no catolicismo, como o culto aos santos e certas práticas espirituais existentes nas religiões indígenas. Entretanto, conseguiram preservar aspectos fundamentais da espiritualidade africana. As religiões de matrizes africanas, como aponta Franco (2021), surgiram a partir da fusão das bases teológicas das religiões africanas trazidas pelos povos africanos escravizados e pelo contato de práticas e crenças indígenas. Existem diversas, sendo as mais conhecidas:

- a) Candomblé (Ketu, Jeje e Angola).
- b) Umbanda
- c) Tambor de Mina (Maranhão e Pará).
- d) Batuque (Rio Grande do Sul).
- e) Xangô (Pernambuco e Alagoas).
- f) Omolocô
- g) Jurema
- h) Pajelança

Segundo Ahualli e Abreu (2019), estima-se haver um quantitativo de 20 mil terreiros no Brasil. O Candomblé, termo é originário da língua Kikongo, dos povos Banto *Kandónidé* ou *Kándombedé* que significa venerar, orar e evocar (Machado, 2012), é uma religião iniciática, atualmente dividida em três nações, tornando esse universo complexo, pois apesar de compartilharem elementos comuns, cada nação possui suas particularidades. As principais nações são: Angola, que faz referência ao grupo étnico Bantu; Ketu, associada ao povo Yorubá e Jeje, ligada aos grupos de origens Fon e Ewe. Acreditam na existência de um Deus Supremo, que pode ser chamado de Olodumare, Olorum²¹, Zambi²² ou Mawu²³ e abaixo dessa divindade suprema, há outros seres espirituais, como os Orixás, Nkises e Voduns que desempenham papéis fundamentais.

Apesar de o Candomblé estar relacionado as matrizes africanas, é uma religião brasileira, uma vez que as diferentes nações africanas, ao aportarem no Brasil na condição de escravizadas, carregando consigo cosmologias e costumes próprios, relacionaram entre si e desse contato, surgiu o Candomblé, que conserva as tradições ancestrais africanas, mas que se adaptou a um novo contexto social e geográfico. Como bem assinala Gaia e Vitória (2021,

²¹ Divindade referente aos povos Iorubás.

²² Divindade referente aos povos Bantus.

²³ Divindade referente aos povos Ewe-Fon.

p.46): “O Candomblé é afro pela essência, pelo culto e pela ontologia, mas é brasileiro [...]”. As autoras ainda argumentam que, apesar de diferentes e de terem se desenvolvido em solo brasileiro, existe uma confusão entre o Candomblé e Umbanda e, assim como o Candomblé, ela é estereotipada, o que reforça a propagação de desinformação e violência contra os praticantes.

Outra religião é a Jurema, citada na pesquisa por fazer parte do termo de busca para o levantamento dos dados nas bases de dados. É uma religião de origem indígenas, existente sobretudo na região Nordeste. Refere-se tanto a uma planta considerada sagrada e aos rituais de culto, com destaque para os mestres e caboclos que orientam e protegem os praticantes. Rosas e Oliveira (2015) apontam que o Culto da Jurema está associado ao uso da planta pelos indígenas nas suas práticas ritualísticas. Atualmente, essas práticas podem ser encontradas em Terreiros de Umbanda, porém os autores apontam que houve ressignificação de símbolos atrelados a ela para que pudessem dialogar com a cosmologia da Umbanda.

A Umbanda nasceu no Brasil no início do século XX, a partir das tradições de matrizes africanas, como Bantu, Jeje, Ketu, indígena, com a cura, e europeia, com o catolicismo e o espiritismo. As práticas espirituais são marcadas pelo sincretismo e incorporação de guias espirituais que, conforme Vieira (2016), se manifestam durante os rituais por intermédio dos médiuns para realizar rituais de limpeza espirituais e orientações. É importante ressaltar que a representação dos guias espirituais remete a diversos grupos sociais, o que reflete a relação entre a Umbanda e a história do Brasil, sobretudo no que diz respeito às camadas populares.

Apesar de o Censo de 2010 apontar que cerca de 0,3% da população se declarou adepta de religiões de matrizes africanas, como o Candomblé e Umbanda (IBGE, 2023), é importante destacar a subnotificação desses dados, uma vez que, devido ao racismo religioso, discriminação e violência, muitas pessoas evitam se declarar abertamente como praticantes dessas religiões. Porém, apesar dessas adversidades, as tradições africanas permanecem vivas na sociedade brasileira, mesmo diante das adaptações que sofreram devido ao sincretismo religioso. Prandi (1998) ressalta que a região Nordeste possui outras tradições religiosas que se aproximam das práticas espirituais dos povos indígenas, mas que estas também incorporaram ou foram influenciadas por elementos presentes nas religiões de matrizes africanas. Por exemplo, o Catimbó²⁴, que, dependendo da região, é conhecido como Jurema, Toré, Pajelança, Babaquê, Encantaria ou Cura.

²⁴ Sua presença é marcante no nordeste brasileiro. Combina a defumação com ervas e uso ingestão de bebidas sacramentais além da reverência a espíritos protetores.

2.3 Especificidades das Religiões de Matrizes Africanas no Maranhão

Ao se tratar de religiões de matrizes africanas no estado, é imprescindível citar o Tambor de Mina²⁵, amplamente difundido no Maranhão, com notável participação feminina. O termo “Mina”, existente na religião, está associado ao Forte de São Jorge de Mina, na Costa do Ouro, atualmente Gana. No passado, a região se destacou como um dos principais pontos de comercialização de africanos escravizados pelos portugueses e traficados para diversas regiões do Brasil.

A religião é caracterizada por rituais, dinâmicas de iniciação e preparação dos médiuns distintas ao candomblé e são consideradas sigilosas e repletas de segredos. Uma das características é que são recebidos os voduns, ancestrais da família real do reino de Daomé, Orixás e os encantados, seres espirituais que: “Apresentam-se à comunidade religiosa como alguém que teve vida terrena há muitos anos e que desapareceu misteriosamente ou tornou-se invisível, que ‘encantou-se’. Embora que geralmente se afirme que tiveram matéria, os encantados não são conhecidos como espíritos de mortos” (Ferretti, 2000, p. 24). Além dos encantados, há a presença dos gentis, espíritos que geralmente pertenciam à nobreza europeia, como por exemplo o Rei Sebastião, presente nos cultos e além dos Turcos. Outra entidade importante são os caboclos, que:

No Maranhão, o termo caboclo representa entidades distintas dos voduns africanos e dos gentis, porém, é mais difícil de definir e caracterizar. São eles, os encantados que tiveram vida terrena, mas não são parecidos com espíritos mortos, os eguns. Porém, alguns deles pertencem a categorias não humanas como os botos e surrupiras. São associados às águas salgadas, como os turcos; à mata, como a família de Légua-Boji; a água doce, como Corre Beirada (oriundo da Cura/Pajelança) (Tavares, 2020, p. 45)

Em São Luís do Maranhão, destacam-se dois dos terreiros mais antigos de Tambor de Mina: Casa das Minas de tradição Jeje, e a Casa de Nagô de tradição Iorubá. Ferretti (2001) aponta que o Maranhão é considerado como o ponto principal de preservação da cultura jeje-dahomeana no Brasil, devido ao fato da maioria dos terreiros reproduzir o modelo de Mina Nagô. As casas são reconhecidas por serem lideradas por mulheres e foram tombadas pelo IPHAN devido ao seu valor histórico e cultural e de reconhecimento da diversidade étnico-cultural que está presente na sociedade brasileira.

²⁵ Tambor de Mina é referência ao tambor, instrumento utilizado nas ritualísticas.

A Casa das Minas, fundada no século XIX, segue a tradição daomeana de culto aos voduns, ancestrais da família real do antigo reino de Daomé. Suas filhas-de-santo²⁶, chamadas de vodúnsis, são responsáveis por receber essas divindades espirituais. O terreiro segue uma perspectiva matriarcal de liderança, na qual as mulheres desempenham papéis mais relevantes, e a casa é consagrada ao vodun Zomadonu, a principal divindade da casa e vodun da fundadora da casa.

²⁶ Termo utilizado para se referir as mulheres que se iniciaram na religião e possuem compromisso com algum Orixá, Inkisi ou Vodum.

Figura 5 — Casa das Minas.



Fonte: Afro & Africa (2025).

A Casa de Nagô, é outro terreiro de mina mais antigo de São Luís. Seguindo a tradição iorubá, é consagrada ao orixá Xangô. O terreiro contribuiu na formação e configuração de outros terreiros, pois a partir dela, outras casas surgiram, tanto em São Luís quanto em cidades do interior do Maranhão, e influenciou a criação de outra casa de culto importante: Casa Fanti-Ashanti, que é uma Casa de Tambor de Mina e Candomblé.

Figura 6 — Casa de Nagô.



Fonte: IPatrimônio (2025)

Tavares (2020) ressalta que essas casas atuam na afirmação, fortalecimento, resistência e preservação da cultura e religiosidade africana no Maranhão. Além do mais, elas são referências para pesquisas voltadas à compreensão do patrimônio afro-religioso no estado.

Outra cidade maranhense de destaque é Codó, conhecida como “terra de encantaria”²⁷, onde o Terecô se faz presente ou Tambor da Mata, pelo fato de muitos encantados transitarem pelas matas de Codó. Além disso, é conhecido por outros nomes, como Santa Bárbara e Barba Soeira. Ahlert, Lima e Zalis (2024) explicam que, no Terecô, os médiuns são denominados de terecozeias (os) e as casas de Terecô seguem a trajetória das mães ou pais de santo, podendo se relacionar com elementos do Tambor de Mina, Umbanda ou Candomblé, e associações entre as entidades cultuadas.

O legado africano permanece vivo. Essa vivacidade é fruto de resistência e luta de gerações na preservação contribuição africana na construção da sociedade brasileira. Apesar das adversidades impostas pela escravidão, que os forçou a se readaptarem em um novo contexto sociocultural, desestruturando famílias, levando ao estabelecimento de novas dinâmicas sociais, esses povos resistiram e mantiveram elementos de suas tradições culturais e religiosas.

²⁷ Conforme Ahlert, Lima e Zalis (2024), essa expressão é utilizada para simbolizar lugares sagrados e que concentram força espiritual e ancestralidade.

3 TERREIROS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO CULTURAL

Os terreiros, para além de espaços de culto e espiritualidade, onde indivíduos procuram resgate ancestral e renovação espiritual, possuem atuação política no que se refere a resistência da população africana e seus descendentes no Brasil na luta por reconhecimento e garantia de direitos. Eles desafiam a hegemonia eurocristã ao estabelecer uma visão holística entre o ser humano e a natureza, ao mesmo tempo em que transmitem saberes ancestrais e asseguram a continuidade de práticas culturais. Como apontam Schneider Neto, Almeida e Santos (2024), a perspectiva proporcionada por essas práticas espirituais contrasta com a visão cartesiana, que não apenas dissocia o corpo e o espírito, como também separa o ser humano da natureza.

As comunidades de terreiros, por meio de seu “patrimônio religioso e cognitivo” (Daibert Jr., 2021, p. 10), representado nas práticas espirituais, liturgias, divindades, preservação e transmissão de conhecimentos ancestrais, valorização da natureza e da vida comunitária, apontam Silva, Saldanha e Galdino Filho (2022) configuram-se como símbolos de resistências às hierarquias e hegemonias impostas pela colonialidade, seja ela epistêmica, do poder ou do ser. Para além do aspecto religioso, os terreiros contribuem significativamente na vida dos adeptos ao ressignificar a identidade negra, historicamente inferiorizada e subjugada pelo processo de colonização. Esse processo explorou corpos de pessoas negras, deslegitimando saberes e práticas ancestrais, classificando-os como primitivos e marginalizados. A relação comunitária e a valorização da ancestralidade são marcantes nesses espaços.

A sociedade brasileira, construída a partir da colonização, que não apenas explorou e desumanizou corpos de mulheres, homens e crianças africanas, também invisibilizou práticas e saberes espirituais, rotulando-os como primitivos, supersticiosos ou práticas demoníacas. Para justificar tais violências, sustentou-se no discurso da existência de raças superiores e inferiores. Como destacam Ribeiro e Moreira Junior (2019, p. 89), além de colocarem os povos colonizados em “[...] local de inferioridade dos povos colonizados, os quais oram deslocados de seus referenciais identitários”. Dessa forma, os autores enfatizam trazer para o centro a história e legado do continente africano como mecanismo de reorientação para os africanos e a diáspora africana²⁸. Nesse cenário, como afirma Silva Neto (2019), os terreiros transcendem o aspecto estritamente religioso e constituem-se como espaços de enfrentamento às múltiplas

²⁸ O processo histórico de deslocamento forçado dos povos africanos pelo tráfico transatlântico.

formas de violências, seja ela física, moral ou psicológica. A comunidade se fortalece ao resgatar e reafirmar valores ancestrais que, outrora, foram marginalizados:

O enfrentamento dessas violências – que incluíam a destruição das relações culturais comunitárias e de parentesco e as formas de solidariedade construídas nos territórios de origem – exigiu dessa população escravizada a criação de espaços para as tentativas de recriação e revitalização do universo cultural violentado e fragmentado. E para a retomada do contato mítico e místico com a matriz, com a origem, com a África, origem tanto geográfica quanto simbólica, fonte do existir original, tomada então como espaço existente ao mesmo tempo no campo físico e no imaginário (Silva Neto, 2019, p. 102).

Dessa forma, esses espaços se caracterizam pela resistência e preservação da memória ancestral, através de valores, línguas e músicas sagradas de origem africana. Sendo assim, esses lugares sagrados e de memória constituem-se como patrimônio. Nesse sentido, compreender os terreiros como espaços de resistência, fortalecimento de identidade, patrimônios culturais e fontes de informação, é fundamental para discutir memória, políticas de preservação e o papel da Ciência da Informação nesse contexto.

3.1 A importância dos terreiros na manutenção da identidade negra, resistência cultural e fortalecimento comunitário

Os terreiros, locais sagrados de cultos, são resultados do processo da diáspora forçada africana para as Américas, que trouxeram consigo suas práticas filosóficas, culturais e espirituais. Honaiser (2006) aponta que, no Brasil, os primeiros espaços de culto surgiram em Salvador, no século XIX, e mesmo que inicialmente permanecessem na clandestinidade, o Terreiro da Barroquinha foi o primeiro a se oficializar enquanto espaço de culto. Esses locais, centros de preservação de costumes e tradições de ancestralidade africana, representam uma estratégia de sobrevivência cultural, resultante da adaptação dos cultos às diferentes divindades africanas.

A escravidão, aliada à supremacia religiosa, cultural e política europeia, levou à marginalização e invisibilidade do povo africano e seus descendentes, promoveu o apagamento de identidades e dificultou o acesso às memórias e saberes ancestrais. Nesse sentido, os terreiros possibilitam o resgate dessas memórias. Como aponta Gilroy (2001), pertencer a um determinado terreiro ou nação torna o indivíduo pertencente a um grupo específico. Por serem organizados de forma semelhante a uma estrutura familiar, esses espaços proporcionam o

fortalecimento de laços comunitários e identitários; os saberes são transmitido-se garantindo a continuidade das tradições de matrizes africanas.

O culto às divindades africanas manteve-se vivo por meio da transmissão dos saberes pela oralidade, representada nos itãs²⁹, cânticos e rezas. Segundo o filósofo malinês Bâ (2010), a fala, nas tradições africanas, possui um sentido sagrado, sendo considerada um dom divino. É por meio da oralidade que esses povos se organizam social e politicamente, transmitindo as memórias de sua comunidade para as gerações futuras. Para os povos de matrizes africanas, é por meio da palavra falada que preservam e compartilham a suas histórias e memórias. A respeito dessa questão, Bâ (2010) destaca o papel da oralidade na cultura de povos africanos:

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos (Bâ, 2010, p.167).

Silva Neto (2019) complementa destacando que, na tradição Iorubá, é através da oralidade que se transmite a essência, ou seja, as qualidades que um indivíduo terá em sua vida. Ela desempenha papel central na transmissão de memórias. Para Polak (1989), a memória é uma construção coletiva, fruto dos acontecimentos do passado e que se quer salvaguardar, construção coletiva de várias memórias individuais e, no contexto das tradições de matrizes africanas, Calvo (2019, p. 254) afirma que: “A memória ancestral oferece um enraizamento relacional, favorecendo a construção identitária com base na procura das origens”. Nesse sentido, a oralidade possibilita rememorar a história do povo africano, os mitos e tradições.

Dessa forma, a tradição oral é um instrumento para a preservação e transmissão de conhecimentos oriundos das experiências vividas, manifestando-se, por exemplo, através de danças, música, rezas, histórias e entre outros elementos. Esse fenômeno é intrínseco aos povos e comunidades de matrizes africanas, uma vez que seus ancestrais, através da vinda forçada para o Brasil, trouxeram consigo essa tradição, a qual perdura e se mantém viva até os dias atuais.

Nesse sentido, os terreiros são espaços de produção, disseminação, apropriação e uso de informação, e a Ciência da Informação pode contribuir na compreensão da relação entre informação e terreiros ao reconhecer esses espaços como espaços que organizam, transmitem e

²⁹ Termo de origem nagô que designa um conjunto de narrativas, histórias sagradas e ensinamentos transmitidos de geração para geração.

produzem informação. A respeito disso, Oliveira e Aquino (2012) conceituam a informação étnico-racial como aquela com o objetivo principal de produzir conhecimento, por exemplo, sobre a história, experiências, cosmologias, cultura sobre determinado grupo étnico. Lima *et. al.* (2014) conceituam informação étnico-racial como aquela composta por um conjunto de dados, conhecimentos, memória e outras formas de informação, e no contexto das religiões de matrizes africanas, a informação está nos objetos ritualísticos, nas músicas, nas vestimentas, nos relatos orais, e nos documentos históricos. Quando esses conteúdos são acessados por pessoas ou grupos, eles adquirem significado, transmitem valores, memórias a partir das experiências de quem os acessa, dessa forma, gera conhecimento sobre as práticas, histórias, cultura de povos. Essa informação pode promover o respeito, combater o racismo, além de preservar e valorizar a história e cultura dessas comunidades.

Para além da religião, cada Comunidade Tradicional de Terreiro (CTTro) possui suas particularidades em ritualísticas, organização e hierarquias, mas que buscam recriar e preservar os cultos fundamentados em valores africanos. O artigo 3º, inciso I do decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que estabelece a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os define como:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007a).

Ou seja, as Comunidades Tradicionais de Terreiro são agrupamentos de pessoas que compartilham valores e cosmovisão comuns, oriundos das matrizes africanas. Dessa forma, se destacam pela forma de organização social, fundamentada em valores próprios, promovem uma relação sustentável com a natureza e o território, e nesse contexto, conhecimentos, costumes e memórias são transmitidos pela tradição.

Além de proporcionarem uma vivência comunitária, os terreiros são espaços de fortalecimento, preservação e disseminação de valores ancestrais africanos. Ao investigar a atuação dos terreiros na resistência frente ao racismo, Gomes (2020) aponta que, diante das diversas formas de segregação e violência, tanto material quanto simbólica, os terreiros atuam na proteção e fortalecimento dessa identidade, na conexão afetiva entre os sujeitos e na resistência política frente ao racismo e a hegemonia de valores euro-cristãos.

Os terreiros, para além de espaços destinados ao culto do sagrado, exercem um papel um papel no desenvolvimento local e social, preservando a cultura e costumes das tradições de matrizes africanas. Além disso, Assompção (2013) destaca que, nesses espaços são desenvolvidos diversos projetos sociais, incluindo ações de prevenção e promoção à saúde. Para além desses aspectos, os terreiros também são lugares de preservação da memória e espaços de resistência política. Douraddo e Sousa (2023), ressaltam que esses locais são ambientes de produção, disseminação, preservação e manutenção da memória ancestral, contrastando, portanto, com os valores culturais hegemônicos:

Uma CTTro é um espaço quilombola que mantém saberes ancestrais de origem africana que são parte da identidade nacional. Um espaço de existência, resistência e (re-)existência. Um espaço político. Território de deuses e entidades espirituais pretas, por meio dos quais se busca a prática de uma religiosidade, a um só tempo terapêutica e sócio-histórico-cultural, que se volta para o continente africano, berço do mundo no Novo Mundo (Nogueira, 2020, p. 15).

Diante das violências históricas, os terreiros emergem como forma de enfrentar as violências e a comunidade se fortalece no sentido de resgatar valores ancestrais. Como destaca Silva Neto (2019), recriar esses espaços foi fundamental para a retomada dos laços ancestrais e reconstrução desse universo que foi fragmentado devido a travessia forçada de africanos na condição de escravizados:

O enfrentamento dessas violências – que incluíam a destruição das relações culturais comunitárias e de parentesco e as formas de solidariedade construídas nos territórios de origem – exigiu dessa população escravizada a criação de espaços para as tentativas de recriação e revitalização do universo cultural violentado e fragmentado. E para a retomada do contato mítico e místico com a matriz, com a origem, com a África, origem tanto geográfica quanto simbólica, fonte do existir original, tomada então como espaço existente ao mesmo tempo no campo físico e no imaginário (Silva Neto, 2019, p. 102).

Nessa mesma perspectiva, Ramos (2021) amplia a reflexão ao descrever as Comunidades de Terreiros como nações sem Estado e de fortalecimento de identidade dos indivíduos que nelas se inserem:

Essa nação sem Estado, remanescente da resistência de negros africanos e crioulos gerada durante o período escravagista, tem como característica a prevalência das culturas de matrizes africanas sobre a ocidental, possibilitando a reconstrução da identidade africana e aquisição da subjetividade afrobrasileira ao reviver o estilo de vida de seus ancestrais africanos de forma semelhante a como eles o vivenciaram antes do período diaspórico africano (Ramos, 2021, p. 3).

Sendo assim, os terreiros não apenas preservaram elementos da ancestralidade africana, como também se consolidaram como locais de fortalecimento comunitário, desafiando as estruturas de opressão que historicamente objetivaram silenciá-los. Como ressaltam Jardim e Voss (2021), a valorização da herança africana, expressa, por exemplo, no direito de realizar rituais e cultos afro nos terreiros, representa uma das estratégias desenvolvidas pela população afrodescendente para o combate ao racismo.

3.2 Terreiros como patrimônios: entre o silenciamento e a resistência

Povos de terreiros enfrentam historicamente desafios quanto ao reconhecimento e à liberdade para expressar a fé e dar continuidade a práticas religiosas que são heranças. Apesar do reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro, reconhecimento fruto de lutas, ainda precisam lutar para garantir seus direitos. As ações voltadas para a proteção do patrimônio nem sempre levaram em conta a diversidade, revelando práticas excludentes em prol da construção de uma identidade nacional, baseada em padrões estabelecidos por uma elite.

Nesse sentido, Báez (2006), aponta que o patrimônio proporciona o sentimento de pertencimento e afirmação da identidade, ou seja, transmissão da herança ancestral constituída pelas crenças, cultos e modo de vida de cada geração. No contexto das religiões de matrizes africanas, preservar e transmitir informações, como as práticas de culto e as crenças, significa manter viva a memória ancestral e conectar as pessoas às suas raízes.

A Constituição Federal de 1988 expressa no artigo 216 que “[...]constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (Brasil, 2016a, p. 126). Dessa forma, essa concepção amplia e reconhece a diversidade dos bens materiais e imateriais dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira e valoriza as manifestações culturais e religiosas de grupos sociais historicamente invisibilizados, como o caso das religiões de matrizes africanas.

Embora esse reconhecimento seja recente, as discussões sobre a importância de preservar o patrimônio nacional já ocorriam desde a década de 1920, concretizando-se com o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 e definiu Patrimônio Histórico e Artístico enquanto conjunto de bens móveis e imóveis, seja por sua relevância histórica, arqueológica, etnográfica, bibliográfica ou artística, de interesse público (Brasil, 1937).

Cabe lembrar que, em 1936, Mário de Andrade já havia proposto uma definição mais ampla, incluindo patrimônio material e imaterial. Contudo, sua proposta foi rejeitada pelo governo, pois, como destacam Serra e Lima (2015), a preocupação da época era salvaguardar o patrimônio de herança luso-brasileira. Somente por volta de 1960 o termo foi ampliado para abranger bens materiais mais próximo do cotidiano de diferentes grupos sociais.

Lima (2012, p. 16) conceitua patrimônio cultural de matriz africana como “[...] toda expressão cultural que evoca, como espaço de elaboração, a experiência da escravidão ou, como origem, os significados e simbologias que remetem à ancestralidade africana”. Ou seja, estão fundamentados nas matrizes africanas formadas por diferentes nações de povos africanos. Nessa mesma perspectiva:

As diversidades culturais dos povos de terreiro podem ser compreendidas como um conjunto de valores simbólicos, detentores de pertencas e memórias, que constituem o seu legado ancestral. O legado ancestral aqui é compreendido de maneira equivalente ao significado ocidental atribuído ao termo “patrimônio cultural”, e a palavra pertença receberá o significado atribuído à palavra identidade (Souza, 2019, p. 96).

Ações de preservação do patrimônio pertencente a religiões de matrizes africanas ganhou respaldo legal através da instituição pelo IPHAN em 2015 do Grupo de Trabalho Interdepartamental para preservação do patrimônio cultural de terreiros (GTIT), criado segundo o artigo 1: “para elaborar e propor diretrizes e critérios para a identificação, o reconhecimento e a preservação de bens culturais relacionados aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas (povos de terreiro)” (Brasil, 2015). Para tanto, para a condução dessas ações, envolve a participação social, através do diálogo com as comunidades de terreiros, mapeamento e criação de metodologia para identificação dos bens culturais de matrizes africanas.

Posteriormente, a Portaria nº 188, de 18 de maio de 2016, do IPHAN orienta ações para a preservação de bens culturais de religiões de matrizes africanas. Esse instrumento legal fortalece tanto a legitimidade dos terreiros como patrimônios quanto a defesa da preservação da memória e saberes de origem africana. Dessa forma, as ações de preservação envolvem identificar e reconhecer esses bens culturais materiais e imateriais em articulação com estados e municípios; elaboração de programas de formação e capacitação com vistas a preservação desses bens; apoio e fomento, através do lançamento de editais e premiações para as ações realizadas; valorização, a partir do tombamento e realização de exposições (Brasil, 2016b).

No contexto da Ciência da Informação, ao identificar, organizar, preservar e visibilizar essas práticas religiosas, contribuirá no fortalecimento das políticas de preservação do

patrimônio e combatendo o apagamento dessas práticas, pois esses conjuntos de valores simbólicos são heranças ancestrais que preservam a história e memória. Assim, tratam-se de elementos de uma herança cultural que transmite o sentimento de pertencimento dessa cultura e história. No entanto, ao longo da história do Brasil, as expressões culturais e religiosas de matrizes africanas foram enquadradas em posições hierárquicas e racistas, que atribuíram a corpos africanos o campo da criatividade corporal, enquanto às pessoas brancas o domínio do intelecto, da ciência:

[...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negroafricana. A África é o continente ‘obscuro’, sem uma história própria (Hegel); por isso a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua ‘natureza’ sub-humana, a exploração socio-econômica dos americanos por todo o continente, é considerada natural (Gonzalez, 1988, p. 77).

Complementando, Gilroy (2001, p. 201), descreve que essa marginalização possui raízes profundas em que “O lugar preparado para a expressão cultural negra na hierarquia da criatividade gerada pelo pernicioso dualismo metafísico que identifica os negros com o corpo e os brancos com a mente [...]”. Esse olhar hierárquico contribuiu com a marginalização e folclorização das religiões afro-brasileiras, reforçando a ideia de que pessoas negras não são produtoras de conhecimento.

Segundo Nascimento (2008), boa parte das produções culturais negras, quando analisada sob a ótica da sociedade dominante, são desvalorizadas e tratadas como exóticas, folclóricas ou de estranhamento. Por outro lado, atividades de cunho intelectual, científico e tecnológico são atribuídas exclusivamente à sociedade ocidental. Além do mais, Miranda (2018) aprofunda essa crítica ao indicar que nem sempre as religiões de matrizes africanas foram reconhecidas como religiões legítimas. Apesar do mito da democracia racial, o convívio harmonioso de todas as raças no Brasil, essa ideia que se mantém vigente, mascara o racismo e as profundas desigualdades, pois, segundo essa ideia, a origem étnica ou cor da pele não influencia nas relações sociais, ou no acesso a oportunidades. A respeito disso:

[...] erigiu-se no Brasil o conceito da democracia racial; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens racia¹ ou étnicas (Nascimento, 1978, p. 41).

Carneiro (2005) denuncia que o mito da democracia racial cumpre papel estratégico na sociedade brasileira ao mascarar as desigualdades existentes. Segundo a autora, a partir de uma

perspectiva religiosa, ele contribui para promover a ideia de que todas as religiões são socialmente aceitas, encobrindo as desigualdades e o racismo religioso, ao invés de enfrentá-los. As religiões de matrizes africanas são classificadas como expressões animalistas e folclóricas ou manifestações culturais das camadas populares, desconsiderando sistemas próprios de organização, e como evidencia Franco (2021), como forma de proteção frente ao racismo religioso, muitos adeptos de religiões de matrizes africanas se denominam como católicos afim de evitar perseguições em ambientes de trabalhos ou outros locais de convívio.

Diante desse contexto o movimento negro e adeptos dessas religiões começaram a questionar e denunciar essas desigualdades, promovendo a II Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura, ocorrida em Salvador, em 1983 objetivando afirmar o Candomblé e outras religiões afro-brasileiras como legítimas e autônomas, rompendo com o discurso que seriam religiões primitivas e inferiores.

No Brasil, os primeiros esforços para políticas de preservação relacionadas aos referenciais culturais de matrizes africanas e indígenas, foram marcados por um entendimento equivocado de que esses patrimônios seriam irrelevantes. O foco estava nas construções, objetos e documentos como referência estética europeia, considerados pela elite e especialistas como dignos de preservação. Conforme Lima (2012), as discussões em torno das legislações de preservação do patrimônio e construção de uma identidade nacional inseriam-se em um contexto pós-abolição da escravidão e início da proclamação da república. Nesse sentido, conforme aponta a autora, intelectuais brasileiros desenvolviam estudos para responder o que viria a ser a identidade nacional, tais estudos influenciados pelas teorias raciais europeias, o que influenciou a forma como a presença dos afro-brasileiros eram vistos dentro do projeto de modernização da sociedade brasileira. Dessa forma, buscava-se afastar a herança de origem africana e indígena na “[...] tentativa de aproximação com os padrões civilizacionais europeus” (Lima, 2012, p. 20). Assim, elementos de matrizes africanas e indígenas foram ignorados pelos registros oficiais.

Como sintetiza Munanga (1999), a elite brasileira recorreu às ideias e teorias desenvolvidas pela Europa ocidental, na época considerada o centro da produção científica moderna, tanto para pensar e interpretar a questão racial quanto para a produção de um projeto de nação conforme os padrões europeus.

Conforme Lima (2012) e Paz (2017), a identidade nacional foi moldada a partir de um projeto político, ideológico e excludente que utilizou de instrumentos como os Livros de Tombo para registrar apenas aquilo que se encaixava na imagem da nação que o Estado colonial

desejava, ao estabelecer o que deveria ou não ser lembrado. Isso resultou no apagamento da presença das culturas africanas e indígenas do imaginário social e história oficial do país.

Nesse cenário, de exclusão simbólica e institucional, os terreiros emergem como espaços de resistência de preservação de saberes e valores ancestrais, transmitidos de geração a geração. Jardim e Voss (2021) defendem que os terreiros representam parte do patrimônio afro-brasileiro, pois são locais de manifestação cultural e expressam o modo de ser e estar no mundo dessas comunidades.

Lima (2012) aponta que o primeiro terreiro a ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN) foi o Terreiro da Casa Branca, em 1986, considerado a primeira casa de Candomblé em Salvador, que simbolizou o reconhecimento oficial dessas tradições religiosas e uma tentativa de ruptura com o silenciamento imposto pelo racismo religioso. Nesse cenário, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013 - 2015) surge como um marco na formulação de políticas públicas para a salvaguarda do patrimônio de matrizes africanas. Dentre as metas, está o acompanhamento de tombamento de terreiros e a produção do Inventário Nacional de Referência Cultural, Brasil (2013).

Além disso, no âmbito internacional, Wagner (2020) aponta a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho realizada em 1989, que abordou especificamente dos Povos indígenas e Povos Tribais, levando em consideração as especificidades de suas organizações sociais e modo de vida em 2002, o Brasil aprovou a Convenção nº169 a partir do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, sendo um instrumento que tornou obrigatório o país proteger e reconhecer as práticas religiosas, culturais. Iniciativas como a criação da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT), órgão que integra o do Ministério da Igualdade Racial (MIR), foram criados para desenvolver ações e acompanhar políticas públicas que garantam o direito desses grupos e valorizem seus territórios, memórias e saberes.

A Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana em 2024, através do Decreto nº 12.278, de 29 de novembro de 2024, é um instrumento de luta contra o racismo religioso e de defesa e valorização da cultura, modo de vida e memórias desses grupos. O artigo 4 define como princípios da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana:

I - o direito à autodeterminação, à autoidentificação e ao reconhecimento da sua ancestralidade; II - o respeito aos seus modos de vida tradicional, às suas culturas, às

suas memórias, aos seus conhecimentos e às suas práticas; III - a proteção das suas organizações contra a discriminação e a violência; IV - o reconhecimento de danos à sua dignidade e ao seu patrimônio material e imaterial decorrentes do racismo; e V - a garantia de participação e de controle social para a promoção dos seus direitos (Brasil, 2024).

Por fim, observa-se que a criação de políticas públicas voltadas para o reconhecimento, a proteção e a valorização das religiões de matrizes africanas é uma ação no combate ao racismo religioso. Além do mais, nota-se a configuração política desses espaços de culto, onde povos de terreiros se organizam coletivamente na luta pelo reconhecimento e garantia de direitos, combate às desigualdades e pela luta contra o racismo além da exigência de ações por parte do Estado tendo em vista assegurar seus direitos e valorização.

4 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Esta seção objetiva refletir sobre a produção científica relacionada a religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação. A produção científica é a ação de gerar informações científicas através de pesquisas que são disseminadas por meio de publicações e eventos científicos. Além de fortalecer e possibilitar o avanço científico em diversas áreas do conhecimento, como aponta Dorsa (2018), a produção científica promove inovações e soluções de problemas, desenvolvimento de novas metodologias, questiona paradigmas já estabelecidos, além de possibilitar verificar quais temáticas uma determinada área do conhecimento têm se debruçado a estudar, quais as problemáticas vêm tentando responder e quais lacunas preencher. Targino (2010, p. 33) ao mencionar que a produção científica “[...] configura-se como espelho da ciência e da comunidade de cientistas de um país e de uma disciplina [...]”, afirma que, além de revelar os avanços, também revela as lacunas e desigualdades de uma determinada área, o que nos leva a refletir: quem está produzindo e quais temas estão sendo priorizados no âmbito da produção científica.

No decorrer da história, a produção científica nem sempre cumpriu seu papel de forma ética. A produção e a circulação de informações científicas não são neutras, pois estão permeadas pela visão de mundo de quem a produz, uma vez que as informações oriundas das pesquisas foram utilizadas como justificativa para propagar informações imbuídas de racismo, utilizada para justificar a escravização e propagação de discursos de superioridade racial. Melo (2015, p. 17) aponta que “O ‘fazer científico’ da época estava a serviço do modo de produção capitalista, criando justificativas ao processo de colonização”. Para Ferreira (2024), mesmo após a abolição da escravidão, esses discursos se mantêm, influenciando negativamente a percepção social contra povos indígenas, africanos e seus descendentes e de comunidades de terreiros.

No que tange à Ciência da Informação, historicamente evidenciam-se epistemologias eurocêntricas e norte-americanas. No entanto, observa-se a elaboração de estudos e pesquisas que problematizam e questionam a ausência e invisibilidade dos estudos étnico-raciais na formação acadêmica e unidades de informação, e denunciam o silenciamento e epistemicídio no campo informacional. Para Carneiro (2005), o epistemicídio vai além da morte simbólica do conhecimento, ou seja, o processo de ignorar ou excluir a produção de conhecimento de grupos

historicamente oprimidos, como saberes produzidos por povos indígenas, africanos e afrodescendentes, para a autora é:

[...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva [...]. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (Carneiro, 2005, p. 97).

Conforme Alves, Andrade e Souza (2024), esse apagamento está profundamente relacionado com a colonialidade do saber, fruto do colonialismo³⁰. Tal prática reflete no epistemicídio, que diz respeito à destruição da produção de conhecimento, sobretudo daqueles produzidos fora do eixo ocidental, onde há uma hierarquia de saber em que uns são valorizados em detrimento de outros, como por exemplo, aqueles relacionados às religiões afro-brasileiras, constituídos por um conjunto de saberes filosóficos.

Para Alves, Andrade e Souza (2023), quando a ciência ignora, nega ou exclui esses saberes, ela se torna incompleta por refletir uma parte limitada da realidade. Além do mais, o meio acadêmico, os centros de pesquisas e demais ambientes onde o conhecimento científico é produzido estão inseridos em um contexto social, político, o que significa que a produção científica também será atravessada por esse contexto, incluindo na Ciência da Informação.

Desse modo, preconceitos raciais, sexuais, religiosos, morais e epistemológicos podem se fazer presentes em qualquer campo científico, inclusive na Ciência da Informação. A colonialidade do saber e os epistemicídios são estruturais e estruturantes e impactam diretamente em qualquer produção de conhecimento, para o bem e/ou para o mal (Alves; Andrade; Souza, 2024, p. 18).

Conforme denunciam Alves e Cortês (2023), o racismo e o silenciamento da produção de saberes estão relacionados ao colonialismo e à escravidão, e serviram de subsídio para escravizar, marginalizar e excluir a população negra, bem como disseminar informações racistas na sociedade brasileira. Já Silva e Valério (2022) apontam um movimento importante

³⁰Colonialidade e Colonialismo são conceitos diferentes. Conforme Quijano (2009), Colonialismo diz respeito a um processo de dominação e controle de um país sob o outro país que reflete na apropriação de riquezas, no controle social, político, cultural, além de outras práticas. Já Colonialidade é um fenômeno mais profundo e duradouro, pois mesmo que um país deixe oficialmente de ser colônia, a Colonialidade reflete na forma como os indivíduos se percebem e percebem os outros, um dos reflexos é a colonialidade na produção do conhecimento, onde a partir de uma visão eurocêntrica, classifica-se hierarquicamente conhecimentos e outras formas de espiritualidade como inferiores, por exemplo, as religiões de matrizes africanas.

na Ciência da Informação, que diz respeito ao fato de já haver produções científicas que objetivam mapear pesquisas voltadas para questões étnico-raciais, devido ao histórico de invisibilização de pesquisadores negros e de pesquisas voltadas para essa temática, ou seja, trazer para o centro o que antes foi marginalizando, dando vozes a outras produções de conhecimento.

A informação é elemento central nas atividades humanas, seja para tomadas de decisões, ou para aquelas relacionadas à obtenção e construção de conhecimento científico. No entanto, como destacam Cuevas-Cervero, Marques e Paixão (2014), a informação apenas se torna valiosa se os sujeitos sociais souberem acessá-la, selecioná-la, avaliar criticamente, compreendê-la e aplicá-la em seus contextos. No contexto da produção científica, o acesso à informação científica se dá por meio de publicações organizadas, sejam artigos científicos, livros ou periódicos e, nesse sentido, a informação e comunicação são imprescindíveis para a socialização do conhecimento e o estabelecimento de diálogos com a sociedade, e assim, cumprir seu papel social.

A informação é o principal objeto de estudo da Ciência da Informação e, ao longo de sua história, as pesquisas desenvolvidas giravam em torno do conhecimento registrado. Porém, Campello (2018) apresenta uma visão mais ampla a respeito da informação, pois, segundo a autora, a informação está presente em diversos formatos e depende do significado que as pessoas atribuem a ela, indo desde a objetos até pessoas. Essa perspectiva apontada pela autora se relaciona com as religiões de matrizes africanas, uma vez que, nessas tradições, diversos elementos, por exemplo, os cânticos, as danças, objetos ritualísticos, o terreiro, os rituais e até mesmo os próprios sacerdotes e sacerdotisas bem como os praticantes são considerados fontes de informação, caracterizando-se em “[...] epistemologias vivas [...]” (Schneider Neto, Almeida e Santos, 2024, p. 104). Transmitem valores, saberes e memórias e esses elementos podem ser analisados sob a ótica da Ciência da Informação, pois revelam outras perspectivas epistemológicas que contribuem para a promoção de um debate plural para a área.

Desta forma, para Le Coadic (1996, p. 26), compete à Ciência da Informação “[...] a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação”, para Saracevic (1996), a Ciência da Informação se dedica a investigar a comunicação do conhecimento e seus registros entre os seres humanos em contextos sociais, institucionais ou individuais, bem como o tratamento, o uso e as necessidades da informação. Nesse caso, a Ciência da Informação, no seu papel social, está dedicada à socialização do conhecimento, que está a cada dia em

expansão, independente dos suportes informacionais utilizados, e da produção científica para a sociedade.

A diversidade de fontes de informação oferece maiores horizontes a serem explorados pela Ciência da Informação, entre eles o universo das religiões de matrizes africanas. O mapeamento de produções científicas referentes a essas religiões vai para além de apenas identificar e analisar os documentos, pois dialoga com diferentes disciplinas da Ciência da Informação, revelando que é um tema amplo e complexo. A esse respeito, Santana, Oliveira e Lima (2016), ao refletirem sobre informação étnico-racial no âmbito da Ciência da Informação, com foco na produção científica do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE), enfatizam que, quando a produção científica é orientada à valorização da diversidade cultural, pode, transformar as memórias sociais construídas sobre grupos historicamente marginalizados. Os autores, ao abordarem isso, destacam o papel central da informação na reconstrução de memórias e no desafio às narrativas historicamente excludentes.

Um dos objetivos da Ciência da Informação é resolver os problemas informacionais, compreendendo e levando em consideração o impacto que a informação exerce na vida das pessoas e na sociedade. Costa e Melo (2021) apontam que a informação não é neutra, pois é carregada de sentido de quem informa, sendo ela e a desinformação ferramentas utilizadas para sustentar a manutenção das desigualdades, racismo e das opressões. Como apontam os autores acima mencionados, o racismo está entranhado nas estruturas sociais e de poder. Porém, por outro lado, a produção de informações que rompam com práticas naturalizadas socialmente possui um ato político de resistência e transformação social.

Segundo Brisola e Bezerra (2018), a desinformação pode ser entendida como a informação descontextualizada, manipulada ou tendenciosa e, portanto, gera interpretações distorcidas. Em se tratando de religiões de matrizes africanas, pode reforçar estigmas e preconceitos. Lemos e Santos (2021) ressaltam que as redes sociais amplificam a disseminação da desinformação por determinarem formatos que garantam visibilidade a certos conteúdos. Os autores citam o exemplo do *Facebook* que tende a favorecer certos tipos de publicações em detrimento de outras e ganham visibilidade, mesmo sendo informações falsas, ao mesmo tempo que controla quais informações serão submetidas a checagem de fato, sendo assim, definindo quais informações serão contestadas.

Santos e Pajeú (2019) destacam que a desinformação está frequentemente relacionada aos interesses da classe dominante, que objetiva controlar e manipular as informações que

circulam, silenciando outras, e dessa forma, propagando estigmas e reforçando a marginalização de determinados grupos sociais. Embora a desinformação afete outros segmentos religiosos e até mesmo pessoas que não professam nenhuma fé, no que tange às religiões de matrizes africanas o impacto está intrinsecamente atrelado ao racismo religioso.

Nesse sentido, a informação pode se tornar uma ferramenta importante para o combate ao racismo e à desinformação que circula, especialmente a segmentos religiosos estigmatizados, como as religiões de matrizes africanas. Como ações a serem empreendidas para o combate, Brisola e Bezerra (2018) apontam a Competência Crítica em informação para incentivar o:

[...] desenvolvimento das habilidades de avaliação crítica e uso ético da informação (na sociedade como um todo e não apenas pela ação de agências de fact checking), práticas contempladas pelo conceito de competência crítica em informação (critical information literacy). Entendemos que tal competência prepara as pessoas para analisar criticamente as informações e permite-lhes usá-las para produzir novos conhecimentos de forma criativa e contextualizada (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3318).

No campo da Ciência da Informação, disciplinas como Princípios da Ciência da Informação possibilitam refletir sobre a predominância de epistemologias eurocêtricas e norte-americanas e apontar para a necessidade da valorização de outras epistemologias fora desse eixo. A disciplina Política Editorial possibilita analisar e discutir não somente o impacto da circulação e visibilidade dos saberes tradicionais dessas religiões, mas também se essas políticas favorecem ou dificultam essa visibilidade.

Além disso, na Organização do Conhecimento, é possível observar de que forma as religiões afro-brasileiras são classificadas e indexadas. Nesse sentido, a indexação assume também papel estratégico, visto que a forma como ela é realizada, poderá tanto trazer visibilidade quanto apagamentos e reforçar estereótipos. Como apontam Silva e Almeida (2018), ao se pensar instrumentos de organização e representação do conhecimento produzido por comunidades pertencente às religiões afro-brasileiras, é imprescindível se compreender as dimensões culturais, religiosas, econômicas e políticas que se inserem na vida desses grupos. Além do mais, os autores sugerem que esses grupos participem ativamente nesse processo.

Por fim, do ponto de vista da disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções, é fundamental refletir e discutir de que modo as políticas desenvolvidas podem contribuir com a inserção e valorização nos acervos das bibliotecas.

Nesse sentido, mapear as produções científicas configura-se como instrumento para promover o debate sobre a produção, disseminação e valorização dessas produções, e se relaciona com a responsabilidade social da Ciência da Informação. De antemão, identificamos

uma comunidade de pesquisadores que vem contribuindo com produções científicas sobre religiões de matrizes africanas na área, mas os resultados serão apresentados posteriormente.

4.1 Sankofa: retornar para prosseguir

Segundo Melo (2015), formou-se um imaginário dominante que colocou o conhecimento, história e cultura de origem europeia como universais e em contrapartida, conhecimentos e culturas de origem africana, saberes tradicionais, foram historicamente subalternizados. Mapear as produções científicas pode revelar, além da receptividade da Ciência da Informação para saberes que estão fundamentados na ancestralidade, espiritualidade e oralidade, de que forma ela vem compreendendo essas formas de produção de conhecimento. Com isso, torna-se possível construir novos referenciais para outras formas de compreender a existência, o ser e o estar no mundo, descentralizando o fazer científico hegemônico.

Nesse contexto, Sankofa emerge como um símbolo que representa o olhar para o para construir um futuro, fomentando o resgate de saberes, cultura e memórias em uma sociedade marcada pelo racismo. O símbolo é proveniente de um provérbio africano, baseado em fundamentos filosóficos dos povos Akan, localizados na Costa do Marfim e em Gana, entre os quais se destacam os grupos Fanti e Ashanti. Representado por um pássaro ou coração estilizado, Sankofa integra um conjunto de símbolos denominados adinkra³¹, cada qual com significados e filosofias próprias.

Nascimento (2008) explicita que Sankofa pertence a um conjunto de ideogramas denominados adinkras, nos quais cada símbolo expressam um conceito filosófico. Esses ideogramas, geralmente estampados em tecidos, confrontam a ideia de que no continente africano não se desenvolveu a escrita, o que, segundo a autora, erroneamente é colocado na categoria de pré-histórico. No entanto, os adinkras, consistem em um sistema gráfico que representa conceitos, ensinamentos e filosofias. Oliveira (2016) complementa ao afirmar que tais provérbios utilizam imagens e artifícios para a transmissão de conhecimentos. Dessa forma, constituem fontes informacionais que preservam e transmitem aspectos socioculturais essenciais desse povo.

O símbolo do pássaro que voa para frente, mas com o pescoço voltado para trás, segurando um ovo, representa a recuperação daquilo que foi abandonado.

³¹ Para conhecer os demais adinkras, ver em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/imagens/adinkra/>

Figura 7 — Representação do Sankofa



Fonte: Quebrada Maps (2025).

Em uma sociedade que historicamente apagou os saberes e práticas ancestrais de origem africana devido ao racismo, a filosofia Sankofa, simboliza a busca por suas raízes, história, cultura, espiritualidade e conhecimentos. As religiões de matrizes africanas, nesse sentido, constituem-se como formas de resistência e preservação desse conhecimento ancestral. Como apontam Sá e Francelin (2021), os terreiros, são espaços que preservam a memória e história de um povo e que passaram por um processo de adaptação na medida em que os africanos se estabeleciam em uma nova realidade. As autoras sinalizam, por exemplo que ao observar os elementos litúrgicos, compostos por objetos e rituais, identifica-se aonde os saberes e informações estão registradas e disseminadas, nota-se que os conhecimentos ancestrais continuam vivos.

Além disso, com Sankofa é possível contar outras narrativas, para além da escravidão, uma vez que esta frequentemente posiciona pessoas africanas e afrodescendentes apenas como subalternos, perpetuando estigmas. Ao mesmo tempo, essas narrativas retratam pessoas brancas como civilizadas e detentoras de todo aparato tecnológico e conhecimento mais sofisticado. Destaca-se que romper com essa lógica não significa instigar ódio racial. O que se busca é construir novas narrativas em que apresentem as pessoas negras com dignidade e como protagonistas de suas histórias.

Como aponta Munanga (1990), Sankofa simboliza um caminho para a libertação de padrões e valores culturais impostos pelo colonizador como mecanismo de dominação a partir da retomada para a própria história, cultura e ancestralidade para afirmar a sua dignidade física, intelectual e cultural que historicamente foi apagada ou desvalorizada devido ao racismo. A filosofia Sankofa remete ao resgate de uma identidade viva, que resistiu e sobreviveu às tentativas de aniquilamento e negação com o processo de “caça-de mão-de-obra cativa” (Nascimento, 2008, p. 29), principalmente via tráfico transatlântico que desumanizou os africanos e seus descendentes. Sankofa, por tanto, simboliza resgatar esse passado ancestral, para compreender que a história dos afrodescendentes não se inicia com a escravização de seus ancestrais. Trata-se de regatar e preservar conhecimentos ancestrais, para que se mantenham vivos, ao mesmo tempo em que se reconstrói uma identidade e se resgata saberes apagados pela colonização e escravização de corpos africanos, projetando assim um novo futuro.

Esse futuro é nutrido e fortalecido por saberes ancestrais. Os saberes produzidos em terreiros, nesse contexto, não se restringem à dimensão espiritual; constituem um sistema vivo de conhecimentos e de “[...] conexão com o ancestral[...]

 (Sá; Francelin, 2021, p. 3). Logo, reconhecer, fortalecer e valorizar outras formas de produção de conhecimento é uma forma de combater o epistemicídio historicamente imposto. Através de Sankofa, é possível projetar mudanças no meio acadêmico e científico por meio da recuperação e valorização de referências culturais africanas, além da construção de novos referenciais que viabilizam a compreensão de outras formas de ser e estar no mundo.

Mapear e analisar a produção científica na Ciência da Informação permite identificar os problemas informacionais, tendências em pesquisa e metodologias nas quais a área vem se debruçando. Para Lourenço (1997), a produção científica abrange qualquer tipo de documento que aborde um tema de interesse para a comunidade científica, independentemente do suporte utilizado, com o objetivo de expandir os conhecimentos e estimular novas investigações. Nessa mesma direção, Bastos (2005) destaca o papel da produção e disseminação científica tanto para o avanço da ciência quanto para a socialização do saber, uma vez que permite alcançar um público mais amplo, fomentar debates e estimular novas produções acadêmicas:

Sem produção científica, a disseminação do conhecimento científico se torna limitada, dificultando o avanço da ciência. A disseminação da produção científica permite maior visibilidade aos estudos e pesquisas realizados, impulsionando o desenvolvimento intelectual e a geração do conhecimento (Bastos, 2005, p. 72).

Como afirmam Junqueira *et al.* (2017), a produção do conhecimento baseia-se em métodos sistematizados e, para que as pesquisas obtenham reconhecimento, precisam ser avaliadas e divulgadas em canais apropriados. Nesse sentido, o mapeamento da produção científica sobre religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação, além de contribuir para impulsionar novos debates amplia o acesso a essas produções, promove a disseminação do conhecimento e combate a desinformação propagada sobre as religiões de matrizes africanas. Junqueira *et al.* (2017) ressaltam que o mapeamento possibilita identificar as fontes centrais de informações, como periódicos e instituições, bem como os pesquisadores que desempenham papel central na produção e disseminação de determinado tema.

Rocha e Silva (2014) apontam a hegemonia histórica na produção do conhecimento, ao denunciarem que as academias foram, por muito tempo, vistas como únicas detentoras e validadoras do saber, marginalizando outras formas de produção e transmissão do conhecimento. Porém, apontam que há uma abertura emergente para múltiplas vozes e experiências, promovendo um ambiente diverso e inclusivo.

Nessa perspectiva, Oliveira e Silva (2024), afirmam que a Ciência da Informação vem caminhando para romper com a noção de neutralidade e universalidade do conhecimento, que historicamente ignorou as vivências culturais, sociais e políticas de sujeitos historicamente marginalizados. As autoras reforçam o estímulo à reflexão sobre a produção de conhecimento a partir de outras perspectivas, rompendo com abordagens tradicionais e hegemônicas.

Por fim, o conhecimento produzido em terreiros ocorre coletivamente, não apenas por meio da oralidade, mas também pela vivência comunitária e ancestral, transmitida por cantos litúrgicos, objetos sagrados, danças, rituais e práticas cotidianas.

4.2 Desafios na abordagem das Religiões de Matrizes Africanas na Ciência da Informação

Os saberes tradicionais, como definido por Barbalho *et al.* (2022), emergem dentro das comunidades, a partir das vivências no dia a dia, especialmente relacionado ao saber-fazer, como por exemplo, realizar rituais ou a preparação da alimentação e, ao contrário do conhecimento científico, não seguem técnicas acadêmicas e métodos formais de fazer ciência sendo repassados oralmente e em práticas compartilhadas. Logo, as barreiras que atravessam a inserção de pesquisas sobre essas temáticas no campo científico não são um problema exclusivo da Ciência da Informação; são históricas e estruturais, relacionadas ao modo legitimado nos espaços acadêmicos de fazer ciência.

Segundo Gonzalez (1988), essas barreiras refletem o racismo que estabelece hierarquias a partir de uma perspectiva, valores, critérios eurocêntricos como consequência, diminui ou desvaloriza as contribuições em níveis culturais, intelectuais, filosóficos, científicos e tecnológicos de origem africana. Como apontam Dantas e Ferreira (2013, p. 121) “[...] a problemática dos conhecimentos tradicionais impõe desafios à academia, ao Estado, ao mercado e aos próprios detentores desse saber [...]”. Dessa forma, embora presentes na sociedade brasileira, são invisibilizados nos espaços formais de produção de conhecimento.

Em se tratando da Ciência da Informação, segundo Cardoso (2015), há uma perspectiva hegemônica na área que privilegia a informação científica registrada, e com isso, conhecimentos produzidos oralmente e passados de geração para geração por meio dessa prática, não são considerados como focos de pesquisas, colaborando para o apagamento de memórias e práticas informacionais de grupos que compõe a diversidade cultural brasileira. Essas práticas na Ciência da Informação podem ser visualizadas, por exemplo, nas práticas de formação e desenvolvimento de acervos, nos sistemas de organização e representação da informação, que reforçam práticas exotizantes e folclorizantes sobre o complexo sistema de organização social e de conhecimento desses grupos e reproduzem lógicas coloniais.

Outro fator, é a produção científica estar concentrada em determinados grupos majoritariamente compostos por pessoas brancas, o que significa que a produção científica irá refletir as experiências e interesses desse grupo e, por outro lado, há as agências de financiamento de pesquisas que valorizam determinadas linhas de pesquisa:

Ora ligada aos interesses de um grupo seletivo (na maioria pesquisadores/as brancos/as) produzindo grupos acadêmicos que tendem a investigar temáticas que mais tarde venham a melhorar a vida dos (as) brancos (as). Essa tendência reforça o (a) pesquisador (a) branco (a) a fazer a manutenção da preservação de sua memória na história da humanidade e a aplicar teorias em seu favor e contra grupos minoritários. Ora ligado às regras das agências de fomento – os grupos acadêmicos seguem as regras das agências de fomento que alimentam a hiperespecialização, por meio da produção de informação feita em linhas de estudos determinadas e estanques (Lima *et al.*, 2014, p. 4813-4814).

Nesse sentido, evidencia-se pensar ações para a Ciência da Informação enquanto campo que se preocupa na resolução dos problemas informacionais relacionados à organização, mediação, acesso, circulação e preservação, ampliar seu escopo epistemológico ao inserir em sua agenda outros tipos de saberes. Assim, a área afirma seu papel social e os profissionais da informação estejam preparados para compreender melhor questões relacionadas ao racismo e

às religiões de matrizes africanas, para construir uma postura profissional crítica e reflexiva, questionando essas narrativas racistas e excludentes.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Em toda pesquisa científica, apresenta-se quais métodos serão utilizados para a sua execução. A pesquisa, para Gil (2008), tem como objetivo encontrar respostas para problemas por meio do uso de metodologia científica. Nesse contexto, este estudo propõe mapear a produção científica na Ciência da Informação referente às religiões afro-brasileiras, para identificar o quantitativo de produção de conhecimento sobre a temática e analisar como ela vem sendo discutida, identificando e apresentando os padrões temáticos das pesquisas. Portanto, para a elaboração deste estudo, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, caracteriza-se em bibliográfica a partir do levantamento de livros, artigos, teses e dissertações para a construção do referencial teórico e documental, e para a análise dos documentos resultantes da coleta de dados.

Quanto à abordagem, a pesquisa se configura como descritiva, pois, conforme Triviños (1987), visa descrever o panorama das publicações científicas através de alguns critérios, por exemplo: ano de publicação; título; palavras-chave e entre outros. Além do mais, é exploratória, pois, conforme Gil (2008, p. 27): “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Para o presente estudo, optou-se por não delimitar um recorte temporal, com o intuito de recuperar um número mais amplo de publicações. Por tanto, trata-se de uma investigação com abordagem quali-quantitativa, pois, além de mapear a produção científica, visa analisar como o tema em questão é abordado.

5.1 Coleta e tratamento dos dados

Para a obtenção dos dados, foi realizado levantamento nos seguintes universos: Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Base de Dados do Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB) e Selo Nyota. O processamento e análise dos dados obtidos foram realizados com auxílio do Google Planilhas, para registrar as informações relacionadas a autores, título da pesquisa, ano de publicação, palavras-chave, base de dados, periódico, Qualis³² e instituição de vínculo dos pesquisadores.

³² Referente ao quadriênio 2017-2020, pois conforme anunciado pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o processo de avaliação quadrienal de periódicos no Brasil será reformulado para o ciclo 2025-2028.

Não foi adicionado recorte temporal, com o objetivo de obter maior recuperação da informação. O levantamento dos artigos relacionados à pergunta norteadora da pesquisa foi realizado entre dezembro de 2023 e março de 2025, utilizando os seguintes descritores nas bases de dados BRAPCI e BENANCIB: Candomblé, Jurema, Umbanda, Terreiro, Religião afro-brasileiras e Matriz Africana. Os mesmos critérios de coleta e tratamento da informação foram aplicados em ambos universos analisados. Em seguida, foi construída uma planilha com o emprego do Google Planilhas, com os seguintes metadados a serem preenchidos: autores, título da pesquisa, ano de publicação, palavras-chave, base de dados, periódico, Qualis e instituição de vínculo das pessoas pesquisadoras. Os critérios para a seleção dos trabalhos foram:

- a) Ano de publicação;
- b) Título;
- c) Resumo;
- d) Palavras-chave;
- e) Objetivos.

Para as publicações presentes no Selo Editorial Nyota, considerou-se o eixo temático das obras, o prefácio, título da pesquisa, os autores, o ano de publicação e o vínculo institucional. Os dados foram organizados no Google Planilhas. Após a aplicação dos referidos critérios, foi realizada a leitura dos resumos dos artigos, introduções e conclusões para identificar e selecionar os textos que abordem a temática na Ciência da Informação, identificar a autoria, a instituição de vínculo, periódico, ano com maior publicação e entre outros elementos. Os textos que mencionavam superficialmente ou textos duplicados e fora da área da Ciência da Informação não foram selecionados. Após a leitura dos trabalhos, foram identificadas as seguintes categorias temáticas: Informação e memória; Organização e representação da informação; Mediação e cultura; Patrimônio cultural; Informação e relações de gênero; Informação, combate ao racismo religioso e desinformação; Cultura Material e documento e por último Universo informacional.

O primeiro universo refere-se a BRAPCI, que foi desenvolvida no ano de 1995 como parte integrante do projeto de pós-doutorado da professora Leilah Santiago Bufrem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulado "Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior". Segundo Bufrem *et al.* (2010), o objetivo principal era criar uma coletânea de produção científica em Ciência da Informação que facilitasse a busca e a recuperação de informações em Ciência da Informação. A Figura 8 apresenta a interface da página inicial da BRAPCI.

Figura 8 — Visão da página eletrônica da Base de Dados em Ciência da Informação.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Além de coletar e preservar a produção científica da área, a BRAPCI possibilita a pesquisadores e estudantes o acesso à informação científica produzida não apenas no Brasil, mas também em outros países da América do Sul, contribuindo com o fortalecimento da área.

O segundo universo corresponde ao BENANCIB, que possui como marco histórico o projeto intitulado “Questões em Rede” idealizado pela professora Lídia Silva de Freitas da Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 1999. O objetivo do projeto era realizar uma análise qualitativa e quantitativa da produção científica em Ciência da Informação, com enfoque nos Grupos de Trabalhos dos ENANCIBs, cuja gênese remonta ao ano de 1994.

Esse projeto contou com o apoio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e foi financiado pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), além de receber suporte técnico da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A criação da Base de Dados do Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação desempenha um papel fundamental em preservar a memória e possibilitar o acesso à informação ao sistematizar e disponibilizar os trabalhos produzidos pelos ENANCIBs. A Figura 9 apresenta a interface da página inicial da BENANCIB, com destaque para os recursos utilizados para a busca dos trabalhos que compõe a análise desta pesquisa.

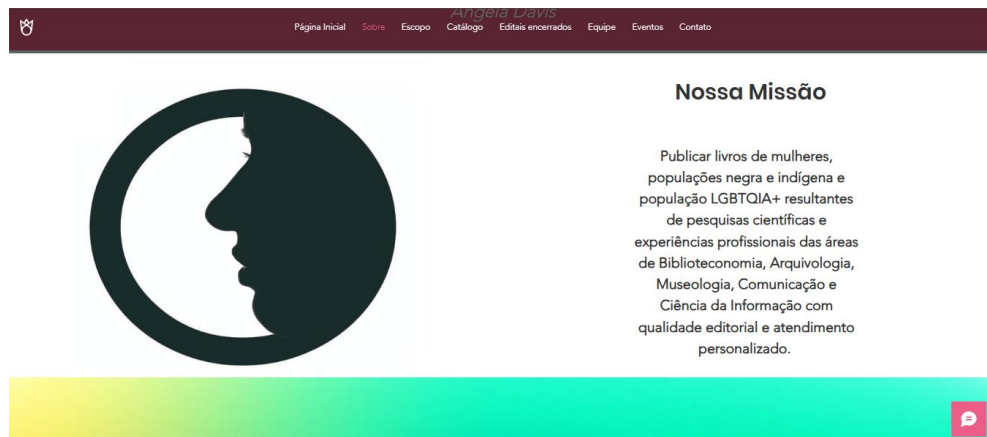
Figura 9 — Visão da página eletrônica da Base de Dados do ENANCIB.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Segundo Gabriel Júnior e Vogel (2022), a BENANCIB enfrentou alguns desafios ao longo de sua história, como a falta de recursos humanos, tecnológicos e a pandemia ocasionada pela COVID-19. Entre os anos de 2014 a 2016, a base de dados deixou de ser alimentada, impactando na coleta de dados que precisou ser interrompida. Porém, no mesmo ano, foi criada uma comissão vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF) para gerenciar a BENANCIB. Com auxílio de bolsistas e voluntários, a base foi atualizada com anais de 2014, 2015 e 2016. Devido aos problemas enfrentados anteriormente, os autores apontam que, como solução estratégica, firmou-se parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), garantindo, desta forma, a continuidade e preservação do BENANCIB,

O terceiro universo refere-se ao Selo Nyota, uma iniciativa de profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação com o objetivo de dar visibilidade e protagonismo à produção científica na área de Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia, História, Comunicação e Ciência da Informação voltada para mulheres, pessoas negras e indígenas e dentre outros grupos historicamente invisibilizados no ambiente acadêmico e científico. O selo é coordenado pela bibliotecária, professora Dra. Franciéle Carneiro Garcês da Silva da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pela licenciada em Biblioteconomia, professora Dra. Nathália Lima Romeiro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A Figura 10 apresenta a interface da página inicial do Selo Nyota, com destaque para a missão e objetivos do Selo Nyota.

Figura 10 — Missão do Selo Nyota.



Fonte: Selo Nyota (2025)

Figura 11 — Objetivos do Selo Nyota.



Fonte: Selo Nyota (2025)

Além das bases de dados elencadas e o Selo Nyota, para a realização da pesquisa utilizou-se a Plataforma Lattes para identificar a vinculação institucional dos pesquisadores, bem como na plataforma Sucupira para identificação do Qualis dos artigos.

6 PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da busca pelos descritores nos universos informacionais para estruturar a pesquisa. Importante destacar que, durante as buscas, alguns artigos foram recuperados por mais de um descritor e, nesse caso, foi considerado o descritor que mais se relaciona com o documento recuperado, de modo que pudesse evitar duplicidade na análise. Na BRAPCI, realizou-se a busca pelo termo “Candomblé” no campo “o que está procurando?”, resultando na recuperação de 33 documentos, dos quais três eram duplicatas, portanto, foram desconsiderados. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 11 documentos que continham o termo no título, resumo, objetivos ou palavras-chave foram selecionados, cuja primeira publicação foi realizada no ano de 2010 e a última em 2024. Na BENANCIB, foram recuperados oito trabalhos, dos quais sete foram selecionados para compor a pesquisa, que datam entre os anos de 2022 e 2024.

Com relação ao termo “Jurema”, na BRAPCI a busca resultou em 72 documentos. Após análise, foram selecionados dois trabalhos, publicados entre 2020 e 2021. Na BENANCIB foram recuperados 21 documentos, dos quais seis foram considerados, publicados entre os anos 2015 e 2019. Para o termo “Umbanda”, a BRAPCI recuperou 16 documentos que continham duas duplicatas. Ao final da triagem, três trabalhos foram considerados para a pesquisa, cuja primeira publicação deu-se no ano de 2018 e a última em 2024. Na BENANCIB, foram recuperados três documentos, sendo apenas um selecionado, com publicação inicial em 2010.

Em relação ao termo “Terreiro”, a BRAPCI recuperou 23 documentos e um duplicata. Após análise, quatro trabalhos foram selecionados, com publicações entre 2019 e 2023. Na BENANCIB, foram recuperados seis documentos, sendo um selecionado, publicado no ano de 2023. Para o termo “Religião afro-brasileira”, a busca na BRAPCI resultou em sete documentos. Porém, apenas um trabalho foi selecionado para compor a pesquisa, publicado em 2019. Na BENANCIB, a busca não recuperou nenhum resultado para esse descritor.

Por fim, para o termo “Matriz africana”, a busca na BRAPCI não retornou nenhum resultado. Na BENANCIB, foram encontrados cinco trabalhos, dos quais dois foram selecionados, publicados entre 2023 e 2024.

6.1 Publicações científicas sobre Religiões de Matrizes Africanas na Ciência da Informação

A seguir, será apresentado no Quadro 1 a quantidade total de trabalhos identificados nas bases de dados investigadas.

Quadro 1 — Panorama das publicações científicas sobre religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação por base de dados entre 2010 a 2024.

Termo de busca	BRAPCI	BENANCIB	Total recuperado	Total selecionados
Candomblé	33	8	41	18
Jurema	72	21	93	8
Umbanda	16	3	19	4
Terreiro	23	6	29	5
Religião afro-brasileira	7	0	7	1
Matriz Africana	0	5	5	2
Total:	151	43	194	38

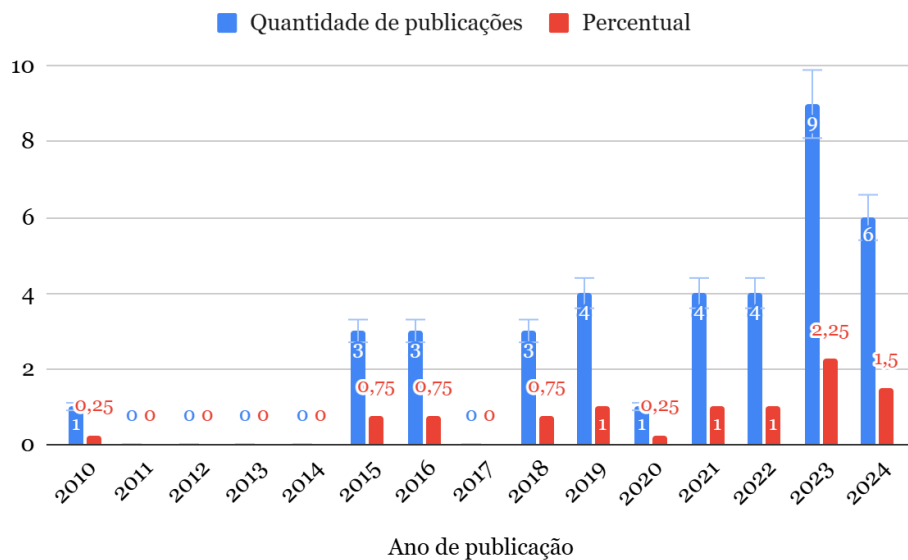
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A primeira publicação na BRAPCI sobre a temática data do ano de 2010, com intervalo entre 2011 e 2014 e, em seguida, em 2017. Houve crescimento em 2023, como será apresentado a seguir no Gráfico 1. Contudo, é importante ressaltar que o número de publicações recuperadas é relativamente reduzido, uma vez que, atualmente, a BRAPCI conta com um total de 56.479 artigos. Isso demonstra que a temática ainda não é tema central nas pesquisas da Ciência da Informação, com pouco pesquisadores dedicando-se ao tema. Segundo Amorim e Alves (2022), a Ciência da Informação, por ter a sua gênese no hemisfério norte, reflete realidades e contextos sociais distintos vivenciados por países localizados no sul global, marcados pela colonização. Essa realidade reflete na desvalorização ou apagamento de outras experiências, formas de ser e estar no mundo.

Nesse sentido, evidencia-se uma lacuna na área, desde a inserção de discussões sobre tais temáticas que se inicia nos processos formativos, como apontam Alencar e Olinto (2023), buscando a atualização dos componentes curriculares que equilibre a técnica e a articulação com o campo social, com uma formação crítico e reflexiva tendo em vista a conscientização dos discente para as necessidades/dificuldades informacionais dos diversos grupos sociais que compõe a sociedade brasileira, tendo em vista as desigualdades sociais no contexto brasileiro, bem como dos ambientes informacionais ao qual o profissional atua. Essa lacuna demonstra que a área carece de um comprometimento mais efetivo com a pluralidade de saberes existentes na sociedade brasileira, uma vez que reflete nas limitações epistemológicas na Ciência da Informação.

Alves e Cortês (2023) evidenciam a baixa produtividade de pesquisas voltadas para as relações étnico-raciais na Ciência da Informação. Os autores aprofundam o debate ao argumentarem que as produções de conhecimentos fora do eixo hegemônico (europeu e norte-americano) são subvalorizadas na área. Porém, apesar da tímida presença de publicações, o quantitativo recuperado revela o interesse emergente em pesquisas sobre religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação. Isso indica que o campo está em construção para o desenvolvimento de novas investigações.

Gráfico 1 — Produção científica por ano de publicação sobre religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme demonstra o Gráfico 1, o ano de 2023 concentrou maior quantitativo de publicações sobre religiões afro-brasileiras, contabilizando onze publicações (BRAPCI: seis

trabalhos; BENANCIB: cinco trabalhos), Em seguida, 2024 totalizou sete publicações (três na BRAPCI e quatro na BENANCIB), porém, observa um intervalo de publicações entre 2011 e 2014, o que revela que o tema é pouco explorado nas produções científicas da área e aponta para uma demanda por estudos para essa temática.

Esse crescimento pode ser justificado tanto pela inserção de estudos decoloniais e epistemologias afrocentradas³³ na Ciência da Informação para “[...] questionar os vestígios das relações de dominação Norte-Sul que perduram nos âmbitos ideológicos e epistemológicos[...]” (Landim; Jorente, 2022, p. 1). Quanto por outro aspecto elencado por Alves e Cortês (2022), são as políticas de ações afirmativas adotadas em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs), que ampliam a diversidade de vozes na academia e, por consequência, nas produções científicas.

Além disso, destaca-se a promoção de eventos acadêmicos na Ciência da Informação que são espaços que propiciam a discussão, reflexão e disseminação da informação e construção do conhecimento voltado para a temática das relações étnico-raciais. É o caso do Encontro Nacional de Bibliotecárias/os Negras/os e Antirracistas (ENBNA) e de outras iniciativas, como o surgimento do Grupo de Trabalho (GT) Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e o GT 12- Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades do ENANCIB.

6.2 Padrões temáticos da produção científica em Ciência da Informação

Buscamos identificar os padrões temáticos da produção científica na Ciência da Informação. Sendo assim, serão apresentadas as temáticas identificadas para cada descritor nos Quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

³³ Ver mais em: MAZAMA, Ama. Afrocentricidade como um novo paradigma. In: Nascimento, Elisa Larkin (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 4).

Quadro 2 — Temáticas predominantes – Candomblé.

Temáticas	Autor/a/es	Título	Base de dados	ANO
Informação e memória	Valdir de Lima Silva	Cultos afro-brasileiros na Paraíba: memória em construção	BRAPCI	2015
	Valdir de Lima Silva; Tadeu Rena Valente; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	Pai Erivaldo e o Candomblé de Ketu na Paraíba: memórias e identidades afro-brasileiras	BRAPCI	2020
	Fernando Corteze; Carlos Henrique Juvêncio	O fenômeno da internet na religião oral: a influência das mídias sociais no candomblé	BRAPCI	2022
	Dulce Edite Soares Loss; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Carlos Xavier de Azevedo Netto	Ilê Axé Omilodé: Memórias, Informações e Identidades em Construção	BENANCIB	2023
Organização e Representação da informação	Andréa Carvalho Oliveira	Direito à memória das comunidades tradicionais: organização de acervo nos terreiros de candomblé de Salvador, Bahia	BRAPCI	2010
	Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza; Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque; Marynice de Medeiros Matos Autran; Alexandre Pereira de Souza	Reflexões sobre Organização, Representação e Recuperação da Informação de Religiões de Matrizes Africana: uma análise dos periódicos Qualis A na Ciência da Informação	BRAPCI	2023
Mediação e cultura	Ingrid Paixão de Jesus; Raquel	Mediação Cultural e Mediação da	BRAPCI	2024

	do Rosário Santos	Leitura no Terreiro de Candomblé: o estudo de caso da Biblioteca Comunitária Raimundo Kasutemi		
	Ingrid Paixão de Jesus; Raquel do Rosário Santos	Atividades mediadoras na biblioteca comunitária em terreiro de Candomblé	BENANCIB	2023
	Dulce Edite Soares Loss; Carlos Xavier de Azevedo Netto	Informação e mediação cultural na linguagem musical do Candomblé	BENANCIB	2023
Informação e relações de gênero	Tania Maria Da Silva Correia; Dulce Edite Soares Loss; Edvaldo Carvalho Alves; Carlos Xavier De Azevedo Netto	Agbara Obinrin: candomblé, informação, relações de gênero	BENANCIB	2024
Informação, combate ao racismo religioso e desinformação	Robéria Nádia Araújo Nascimento	Representações místico-religiosas em Tenda dos Milagres: o viés do candomblé na ficção televisiva	BRAPCI	2015
Cultura material e documento	Fernando Corteze; Carlos Henrique Juvêncio	Religiões afro-brasileiras, produções documentais e arquivos pessoais	BRAPCI	2022
	Fernando Corteze; Carlos Henrique Juvêncio	O contraste entre a oralidade e a escrita nos terreiros de candomblé: os cadernos de fundamentos como parte da memória de uma religião	BRAPCI	2023
	Derek Warwick da Silva Tavares; Aline de Carvalho Souza	A informação nos artefatos religiosos: a quartinha nas águas de oxalá	BENANCIB	2024
	Dulce Edite Soares Loss;	Corpo no candomblé como	BENANCIB	2024

	Carlos Xavier de Azevedo Netto	documento na Ciência da Informação		
Universo Informacional	Ana Maria Ferreira da Silva; Luciana Ferreira da Costa; Alan Curcino Pedreira da Silva; Maria de Fátima Nunes	(In)Formação musical: proximidades antropológicas comunicacionais epistemológicas sobre o Catolicismo e o Candomblé	BRAPCI	2016
	Dulce Edite Soares Loss; Carlos Xavier de Azevedo Netto	Candomblé: Informação, Memória e Alimentação	BRAPCI	2023
	Dulce Edite Soares Loss; Carlos Xavier Soares Netto	Ounje Mimo: Informação e memória em um terreiro de Candomblé	BENANCIB	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para o descritor Candomblé, as categorias temáticas identificadas foram diversificadas. A categoria Informação e memória, concentrou três artigos publicados entre 2015 e 2022 na BRAPCI. Na BENANCIB foi identificado um trabalho para o ano de 2023. As pesquisas destacam sobretudo a atuação das lideranças religiosas tanto na transmissão oral da memória quanto em manterem viva as tradições e práticas religiosas; para Organização e Representação da informação, foram identificadas duas pesquisas na BRAPCI publicadas nos anos de 2010 e 2023. As discussões apontam para uma atuação colaborativa com participação das comunidades de terreiros na construção de instrumentos para organizar e descrever os conhecimentos produzidos por elas.

Quanto a Mediação e cultura, foi identificada uma pesquisa na BRAPCI publicada no ano de 2024 e na BENANCIB duas pesquisas publicadas em 2023. As publicações apresentam os terreiros como locais de produção e circulação de saberes e investigam as práticas de mediação da informação realizada nesses espaços; para Informação e relações de gênero, foi identificado um artigo na BRAPCI publicado em 2024. A pesquisa destaca a dimensão informacional e o protagonismo das mulheres de axé na transmissão da informação; quanto a categoria Informação,

combate ao racismo religioso e desinformação, foi identificado um artigo publicado em 2015 na BRAPCI e reflete sobre o aumento de casos de racismo religioso e desinformação nas redes sociais e chama atenção para o campo informacional em elaborar ações para combatê-los.

Para Cultura material e documento, foram localizados dois artigos na BRAPCI publicados nos anos de 2022 e 2023. Na BENANCIB foi identificada uma pesquisa publicada em 2024 e os estudos apresentam os objetos sagrados como fontes de informação; quanto a categoria Universo Informacional, foram identificados dois artigos publicados na BRAPCI nos anos 2016 e 2023 e uma pesquisa na BENANCIB publicada no ano de 2022. As pesquisas apresentam as religiões de matrizes africanas como constituídas por um universo informacional onde a informação é produzida, transmitida e apropriada.

Quadro 3 — Temáticas predominantes – Jurema.

Temáticas	Autor/a/es	Título	Base de dados	ANO
Informação e memória	Maria Nilza Barbosa Rosa; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	Memória e tradição: percorrendo os caminhos do culto da jurema na paraíba	BENANCIB	2015
	Maria Nilza Barbosa Rosas; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	A jurema sagrada: descortinando mistérios, reverenciando memórias.	BENANCIB	2016
Cultura material e documento	Carla Maria De Almeida; Carlos Xavier De Azevedo Netto	Cultura Material Como Documento: As Informações Constantes Nos Artefatos Religiosos Da Jurema	BRAPCI	2021
	Carla Maria Almeida; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	É na força da jurema e na força do manacá: a jurema a partir da ótica de José Simeão Leal	BENANCIB	2016

	Carla Maria de Almeida; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	Tanto cura com a casca da jurema como cura com a frô: a experiência das ervas e a conexão com o sagrado da jurema no arquivo José Simeão Leal	BENANCIB	2018
	Carla Maria de Almeida; Carlos Xavier de Azevedo Netto	Cultura Material e ‘coisas’ Sagradas: Reflexão Sobre A Memória Nos Artefatos Religiosos Da Jurema	BENANCIB	2018
Patrimônio cultural	Carla Maria de Almeida; Carlos Xavier de Azevedo Netto	Entre escombros e resistência: a memória da jurema em Alhandra/PB	BENANCIB	2019

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O descritor Jurema também contempla a complexidade informacional que envolve as religiões de matrizes africanas. Para a categoria Informação e memória foram identificadas duas pesquisas na BENANCIB publicadas em 2015 e 2016 e reforçam o papel da oralidade e das práticas religiosas na preservação da memória da Jurema; para Cultura material e documento, foi identificado um artigo na BRAPCI publicado em 2021 e duas pesquisas na BENANCIB publicados em 2016 e 2018 que reforçam o aspecto informacional dos objetos sagrados; para Patrimônio cultural foi identificada uma pesquisa publicada em 2018 na BENANCIB que discute a reivindicação e elaboração de políticas públicas patrimoniais para a proteção dos lugares de memória da Jurema.

Quadro 4 — Temáticas predominantes – Umbanda.

Temáticas	Autor/a/es	Título	Base de dados	ANO
Organização e Representação do conhecimento	Marcio Ferreira da Silva; Carlos Cândido de Almeida	Representação das religiões de influência africana na CDD uma análise crítica da umbanda no Brasil	BRAPCI	2018
	Marcos Luiz Cavalcanti De Miranda; Deniz Costa	Organização do conhecimento sobre umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográfico	BRAPCI	2019
Informação, combate ao racismo religioso e desinformação	Eliane Silva de Sousa; Ana Paula Meneses Alves	Competência em informação e Religious Literacy: uma breve análise sobre o processo de construção da intolerância e do racismo religioso no Brasil	BRAPCI	2024
	Daviane da Silva Ribeiro; Rodrigo Piquet Saboia de Mello	Algumas explanações iniciais sobre memória e informação na umbanda a partir do regime de informação	BENANCIB	2021
Universo Informacional	Estêvão Palitot; Rodrigo de Azeredo Grunewald	O país da Jurema Revisitando as fontes históricas a partir do ritual Atikum	BRAPCI	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O descritor Umbanda, foram identificadas as seguintes categorias temáticas: Organização e Representação do conhecimento com dois artigos publicados na BRAPCI nos anos de 2018 e 2019 que analisam criticamente a representação das religiões de matrizes africanas nos sistemas

de classificação e o seu impacto no reforço ao racismo religioso; Informação, combate ao racismo religioso e desinformação contendo um artigo publicado na BRAPCI no ano de 2024 e uma pesquisa na BENANCIB no ano de 2021 que refletem sobre a elaboração de ações em competência em Informação para o combate ao racismo religioso; Universo Informacional foi identificado um artigo publicado na BRAPCI em 2021 apresenta a complexidade das práticas ritualísticas da jurema e a dimensão informacional na produção e transmissão das informações.

Quadro 5 — Temáticas predominantes – Terreiro.

Temáticas	Autor/a/es	Título	Base de dados	ANO
Informação e memória	César Guimarães	Filmar os terreiros, ontem e hoje	BRAPCI	2019
Cultura material e documento	Marcilio Herculano Da Costa; Karina Ceci De Sousa Holmes; Bernardina Maria Juvenal Freire De Oliveira	As Paramentas Dos Orixás Como Evocadores Da Memória E Tradição Religiosa	BRAPCI	2022
	Thiago Daniel Da Silva; Carlos Xavier De Azevedo Netto; Bernardina Maria Juvenal Freire De Oliveira	A preservação da história e da cultura Xambá através dos lugares de memória do terreiro	BRAPCI	2023
Universo Informacional	Tadeu Rena Valente; Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira; Valdir de Lima Silva	Memórias: emaranhado de lembranças e esquecimentos no processo Infomemorial da Cozinha De Santo	BENANCIB	2021
Informação, combate ao racismo religioso e desinformação	Clovis Carvalho Britto	Memorial Ilê Axé Oyá Bagan: Informação étnico-racial e processo museológico comunitário no enfrentamento do racismo religioso	BRAPCI	2023

		no Distrito Federal		
--	--	---------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para o descritor Terreiro, foram identificados enquanto categorias temáticas Informação e memória, com uma pesquisa publicada na BRAPCI; Cultura material e documento, com duas pesquisas publicadas na BRAPCI em 2022 e 2023; Universo Informacional, com uma pesquisa identificada na BENANCIB no ano de 2021; Informação, combate ao racismo religioso e desinformação com um artigo publicado na BRAPCI em 2023. As pesquisas, além de destacarem os terreiros enquanto espaços de produção e circulação de saberes, discutem ações de combate ao racismo religioso.

Quadro 6 — Temáticas predominantes – Religiões afro-brasileiras.

Temáticas	Autor/a/es	Título	Base de dados	ANO
Patrimônio cultural	Clovis Carvalho Britto; Kellen Josephine Muniz de Lima	Sacrifício Ritual Nas Religiões Afrobrasileiras: Reflexões Sobre Patrimonialização, Memória e Anarquivamento	BRAPCI	2019

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em relação ao descritor Religião afro-brasileira, identificou-se a presença de uma categoria temática, Patrimônio cultural, com um artigo publicado na BRAPCI em 2019 que reflete sobre as tensões e lutas que envolvem a patrimonialização da cultura material e imaterial das religiões de matrizes africanas.

Quadro 7 — Temáticas predominantes – Matriz africana.

Temáticas	Autor/a/es	Título	Base de dados	ANO
Informação, combate ao racismo religioso e desinformação	Dulce Edite Soares Loss; Lucas Lima Santos; Geanne Lima Batista; Carlos Xavier de Azevedo Netto	Mídias sociais e intolerância religiosa: registros informacionais	BENANCIB	2023
	Andresa Paula Leal; José Antonio da Silva	Desinformação e intolerância religiosa: ódio em post da cantora Anitta	BENANCIB	2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Quanto ao descritor Matriz Africana, identificou-se uma categoria temática Informação, combate ao racismo religioso e desinformação com um artigo que aborda esse tema publicado na BRAPCI em 2023 e uma pesquisa publicada na BENANCIB em 2024. As pesquisas analisam o impacto das mídias sociais na potencialização do racismo religioso das desinformações e dos discursos de ódio contra as religiões de matrizes africanas que impõe para a Ciência da Informação tanto a discussão e reflexão quanto a pensar ações para o combate a desinformação, sobretudo contra as religiões de matrizes africana.

6.2.1 Análise das categorias temáticas identificadas

Começamos a análise pela categoria “Informação e Memória”. No contexto das religiões de matrizes africanas, ela assume caráter informacional, pois, além de preservar os saberes ancestrais, culturais e históricos, é um dos elementos fundamentais na formação da identidade dos adeptos dessa religião e proporciona a perpetuação das práticas religiosas. Logo, os trabalhos que abordam essa temática reafirmam o papel da memória na manutenção e transmissão de informações, com destaque para a dimensão informacional e cultural dessas religiões, assim como o papel do terreiro na preservação da mesma. Além disso, os artigos destacam a memória oral e as práticas culturais como fontes de informações, apontando que a informação está intrinsecamente relacionada aos processos sociais, culturais e históricos.

Essa categoria demonstra que nem toda informação se materializa em documentos escritos e, nesse contexto, a oralidade se destaca como fonte de informação. Como bem ressaltam Loss, Oliveira e Azevedo Netto (2023) no artigo “Ilê Axé Omilodé: Memórias, Informações e Identidades em Construção”, a relação entre memória e informação, se evidencia ao apresentar que a produção informacional ocorre quando as práticas e saberes são compartilhados e incorporados pela comunidade de terreiro. Isso demonstra que essas religiões não apenas preservam as tradições, como também fortalece o sentido de pertencimento entre os adeptos.

A preservação e disseminação de saberes nas comunidades de terreiro contrastam com a perspectiva eurocêntrica, que privilegia a escrita e a informação registrada. Como bem denuncia Hampté Bâ (2010), a supremacia da escrita como o único meio legítimo de transmissão de informação foi imposta pelo eurocentrismo, ao subjugar sociedades que organizam a produção, circulação e preservação do conhecimento por meio da oralidade.

Loss, Oliveira e Azevedo Netto (2023) destacam que os sujeitos que não dominam os sistemas tradicionais de leitura e escrita são igualmente detentores de conhecimentos:

As informações por intermédio da memória foram, e têm sido até os dias atuais, a fonte de conhecimento, ao culto dos ancestrais no Ilê Axé Omilodé sendo que a memória nesse âse ganha um papel central, “sabemos que minha mãe de santo é uma pessoa semianalfabeta, mas o que ela não sabe na escrita e na leitura, ela sabe nos entendimentos do sagrado, das ervas, e como ela sempre diz, está tudo na sua memória” (Iyá Egbé4 Alyne), tornando-se uma rica fonte de conhecimentos para todas as vivências dentro do terreiro, se tornando para o Ilê Axé, arquivos de memórias das gerações sucessivas (Loss; Oliveira; Azevedo Netto 2023, p. 6).

Dessa forma, é possível compreender os terreiros como espaços ricos e dinâmicos de produção e circulação de saberes. Essa perspectiva é apontada por Rosa e Oliveira (2015) no artigo “Memória e tradição: percorrendo os caminhos do culto da jurema na paraíba”, em que compreendem a dimensão informacional desses espaços sob a ótica da memória revelando que são lugares onde a informação é produzida, preservada, disseminada e apropriada.

Os artigos que abordam a temática da “Organização e representação da informação” refletem criticamente sobre os sistemas tradicionais de organização e representação do conhecimento, construídos em contextos eurocêntricos que perpetuam preconceitos, hierarquias e marginalização, ao não reconhecerem e respeitarem a complexidade dos sistemas de conhecimento que envolvem as religiões de matrizes africanas. Como assinalam Silva e Almeida (2018), apesar de a Umbanda possuir uma notação própria, os autores expõem que a hierarquização presente na Classificação Decimal de Dewey (CDD), a subordina à categoria “outras religiões”, o que reforça o estigma, desigualdade e racismo religioso.

Miranda e Costa (2019) na pesquisa “A organização do conhecimento sobre umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos”, reforçam que o campo da representação do conhecimento é influenciado por aspectos sociais, políticos e culturais da época em que se realiza a catalogação. Dessa forma, não há neutralidade, o que revela é a necessidade de revisão dos sistemas de classificação, bem como a proposição de metodologias específicas, com terminologias, taxonomias e sistemas de classificações que reconheçam e respeitem a complexidade desses saberes.

Souza *et al.* (2023) no artigo “Reflexões sobre Organização, Representação e Recuperação da Informação de Religiões de Matrizes Africanas: uma análise dos periódicos Qualis A na Ciência da Informação”, contribuem com a discussão ao apontarem como problemática o fato de esse tema ainda ser pouco explorado na Ciência da Informação e reforçam a necessidade de fomento a pesquisas sobre religiões de matrizes africanas na área.

As pesquisas relacionadas à “Mediação e cultura” apontam que tanto a mediação da informação quanto a mediação da leitura são instrumentos de fortalecimento da identidade, formação de pessoas leitoras críticas e emancipadas, além de se configurarem como uma ferramenta de resistência, de democratização do acesso à informação e promoção do empoderamento coletivo. Jesus e Santos (2024), no artigo “Mediação Cultural e Mediação da Leitura no Terreiro de Candomblé: o estudo de caso da Biblioteca Comunitária Raimundo Kasutemi”, apontam que as práticas de mediação desenvolvidas na Biblioteca, objeto da

pesquisa, contribuem para a luta contra o apagamento das culturas negras e fortalecem a identidade, a memória e resistência cultural.

Já a pesquisa empreendida por Loss e Azevedo Netto (2023b), intitulada “Informação e mediação cultural na linguagem musical do Candomblé”, amplia a discussão ao apresentar as informações sonoras, particularmente as informações presentes nas músicas litúrgicas, como instrumento de mediação informacional e cultural. A pesquisa aponta os Ogãs como responsáveis por realizar essa atividade mediadora, pois as informações musicais transmitem saberes ancestrais constituídos de ensinamentos e histórias vinculadas à divindade evocada. Dessa forma, ampliam a compreensão da mediação, levando em consideração o contexto das religiões de matrizes africanas.

Na temática referente ao “Patrimônio Cultural”, no que diz respeito a religiões afro-brasileiras, os trabalhos demonstram a relação entre cultura, objetos litúrgicos, os terreiros e práticas ritualísticas e o processo de patrimonialização. Contudo, destacam-se as tensões existentes no campo das políticas patrimoniais, que refletem processos de silenciamento, exclusão e anarquivamento, apresentados por Britto e Lima (2019) em “Sacrifício Ritual Nas Religiões Afrobrasileiras: Reflexões Sobre Patrimonialização, Memória e Anarquivamento”. A pesquisa contribui para os debates da Ciência da Informação e do campo do Patrimônio, ao apontar que a patrimonialização, além de ser um processo seletivo que estabelece quais bens são dignos de representar a cultura nacional, relaciona, esse silenciamento ao “medo do feitiço” (Britto e Lima, 2019, p. 445), expressando a conotação negativa que as religiões afro-brasileiras ainda possuem no imaginário social.

No artigo “Entre escombros e resistência: a memória da jurema em Alhandra/PB”, Almeida e Azevedo Netto (2019), traçam a relação entre memória, patrimônio e a cultura material, como signos que mediam significados. Ao investigarem o Sítio do Acais e o Templo Espírita de Jurema Mestra Jardecilha, instituições de referência e memória da Jurema, os autores denunciam que essa memória é ameaçada pela ausência de políticas públicas. Apesar de serem reconhecidos como patrimônio cultural, esses espaços encontram-se em deterioração, sendo que a preservação ocorre principalmente pelas forças empreendidas pela própria comunidade religiosa. Dessa forma, denunciam a falta de políticas públicas e a ausência de medidas de proteção efetiva desses lugares de memórias.

As pesquisas que abordam o tema “Informação e relações de gênero” refletem sobre a dimensão informacional das mulheres e seu protagonismo nas religiões de matrizes africanas, especialmente na preservação e transmissão de saberes ancestrais, bem como na resistência

cultural e religiosa. Além do mais, destaca-se o papel da informação como ferramenta de poder e transformação social ao fortalecer o empoderamento de mulheres negras de axé. Por exemplo, a pesquisa “Agbara Obinrin: candomblé, informação, relações de gênero”, por Correia *et al.* (2024), articula a relação entre gênero, informação e poder feminino, com foco em um terreiro de Candomblé. Dentre os autores, duas pessoas são iniciadas e ocupam cargos hierárquicos nas suas respectivas casas. Por tanto, esse fato fortalece a profundidade da análise. Ao apontarem na pesquisa que “[...] o papel das mulheres neste espaço destoa do termo ‘fragilidade feminina’[...]” Correia *et. al* (2024, p. 4), apresentam um contraste com a percepção eurocêntrica e patriarcal do feminino, ao demonstrar que as mulheres desempenham papéis fundamentais em igualdade com os homens.

No artigo em questão, os autores apresentam, de maneira sistemática, alguns títulos conferidos exclusivamente ao poder feminino, os quais, para além da execução de tarefas, abrangem a dimensão informacional da preservação e transmissão de saberes relacionados aos ritos, liturgias e entre outros elementos que compõe o universo dessas religiões. Para cada título conferido às mulheres, é descrito o caráter informacional, no qual o conhecimento é transmitido oralmente, por exemplo:

ÌYÁEGBÉ/BÀBÁEGBÉ: segunda pessoa na hierarquia de uma casa de àṣẹ, é a (o) conselheira (o) responsável pela manutenção da Ordem, Tradição e Hierarquia a eles (as) cabem às informações da agenda do terreiro e a árvore genealógica da casa. [...] ÌYÀJIBONAN/BÀBÁJIBONAN é a mãe ou pai /que cria os ìyàwós e são deste cargo as informações sobre ervas para determinados banhos, rezas, vestimentas, ritos a fazer ao adentrar uma casa de àṣẹ dentre outros [...] (Correia *et. al.*, 2024, p. 12).

Esse aspecto revela um complexo sistema hierárquico, cultural e informacional, no qual há critérios específicos para a distribuição de saberes, dependendo da função, da antiguidade na casa e da iniciação, demonstrando a organização da gestão do conhecimento nesses espaços. A pesquisa abre um leque de possibilidades de investigações sobre a articulação entre epistemologias afrocentradas, estudos de gênero e Ciência da Informação, enriquecendo a área com outros saberes oriundos das práticas e vivências nas religiões afro-brasileiras.

As pesquisas que abordam a relação entre “Informação, combate ao racismo religioso e desinformação”, reúnem trabalhos que discutem o papel estratégico da informação e exploram práticas informacionais para o enfrentamento do racismo religioso e desinformações contra as religiões afro-brasileiras. Os estudos destacam que o termo “intolerância religiosa” é considerado insuficiente para abranger as violências simbólicas e materiais infligidas às religiões de matrizes africanas. Portanto, “racismo religioso” é o conceito mais adequado.

No contexto das mídias sociais, devido ao seu alcance global, esses canais amplificam a disseminação de discursos de ódio e desinformação, principalmente por garantirem o anonimato de quem os pratica.

Em “Desinformação e intolerância religiosa: ódio em post da cantora Anitta”, Antonio e Silva (2024) analisam os dez primeiros comentários intolerantes a religiões de matrizes africanas em uma publicação realizada pela cantora Anitta, com a finalidade de divulgar o lançamento de seu clipe intitulado “Aceita”. Na pesquisa, é refletida a relação entre a desinformação e a intolerância religiosa, bem como o papel central que o ambiente virtual ocupa ao potencializar a disseminação da desinformação, do negacionismo, da pós-verdade e de discursos de ódio que associam essas práticas religiosas a representações estigmatizantes e negativas. Essa dinâmica reforça, dessa forma, a problemática histórica dos preconceitos e marginalização. O artigo denuncia que, embora haja legislações para o combate a tais práticas, estas se tornam insuficientes para enfrentar o preconceito no contexto digital.

No artigo “Competência em informação e Religious Literacy: uma breve análise sobre o processo de construção da intolerância e do racismo religioso no Brasil”, Sousa e Alves (2023) apresentam a Competência em Informação e *Religious Literacy* como ferramentas para o enfrentamento da desinformação e do racismo religioso. Para as autoras, a competência em informação capacita o indivíduo para que “[...] busque, localize e selecione corretamente, avalie criticamente e compartilhe a informação com responsabilidade, gerando novos conhecimentos e mudanças sociais” (Sousa; Alves, 2023, p. 12). Portanto, desempenha papel transformador no desenvolvimento de habilidades éticas na busca, avaliação e compartilhamento de informações.

Nesse sentido, no contexto das religiões de matrizes africanas, a Competência em Informação, ao estimular a análise e o compartilhamento de forma crítica, é essencial para promover o respeito à diversidade religiosa. Sousa e Alves (2023), ao destacarem em sua pesquisa que a Competência em Informação também se caracteriza como um processo de ensino e aprendizagem, evidenciam o papel do profissional da informação como educador, responsável pela formação de pessoas autônomas, críticas e comprometidas com o enfrentamento ao racismo religioso e com a construção de uma sociedade que respeite a diversidade.

As pesquisas relacionadas ao “Universo informacional” reúnem artigos que destacam as religiões de matrizes africanas como sistemas informacionais e memorialísticos complexos. A música e a alimentação, para além da função ritualística, constituem-se como mecanismos de produção, preservação e transmissão do conhecimento. Por exemplo, o artigo “Ounje Mimo:

Informação e memória em um terreiro de Candomblé”, de Loss e Azevedo Netto (2022), evidencia que o Candomblé é formado por um conjunto de elementos que se configuram como um sistema informacional e memorialístico, tais como os saberes e fazeres ritualísticos, os instrumentos musicais, as danças e a culinária.

Já o artigo “Candomblé: Informação, memória e alimentação” também escrito por Loss e Azevedo Netto (2023a), amplia a compreensão da alimentação sagrada como um sistema de informação, ao demonstrar que a informação vai para além dos registros documentais, sendo disseminada por meio da oralidade, da vivência e da prática. Além disso, a cozinha de terreiro é apresentada como um espaço de produção e disseminação de informação e memória.

As pesquisas relacionadas à “Cultura material como documento” compreendem os objetos litúrgicos como registros de informações. Essa categoria reúne trabalhos que refletem sobre pluralidade de meios de preservação e comunicação da informação. Levando em consideração que a tradição oral é intrínseca a essas religiões, constata-se a elaboração de registros que atuam como fontes de informação entre os adeptos, bem como documentar as informações produzidas nesses espaços. Um exemplo são os cadernos de fundamentos. Eles são apresentados no artigo “O contraste entre a oralidade e a escrita nos terreiros de candomblé: os cadernos de fundamentos como parte da memória de uma religião”, de Corteze e Juvêncio (2023). O estudo destaca que esses cadernos, que registram práticas e conhecimentos cotidianos dos adeptos, coexistem com a oralidade, preservando e organizando as práticas, os rituais e os conhecimentos específicos de cada terreiro. Portanto, essa perspectiva confere um olhar informacional a elementos relacionados a religiões de matrizes africanas, os quais, anteriormente, eram majoritariamente estudados por outras áreas do conhecimento, por exemplo, a Antropologia.

Outro exemplo é apresentado por Tavares e Sousa (2024), no artigo “A informação nos artefatos religiosos: a quartinha nas águas de Oxalá”, que amplia a noção de documento ao considerar a quartinha de Oxalá para além de um artefato utilizado em cerimônias religiosas como objeto ritualístico, mas também como portadora de informação e memória, que transmite conhecimento ancestrais.

Por fim, a análise das pesquisas revela a recorrência do termo “intolerância religiosa” em detrimento do termo “racismo religioso”, embora ambos apareçam em algumas produções. Isso pode estar associado a ampla difusão do termo “intolerância religiosa”, mas como aponta Nogueira (2020), esse termo é insuficiente para contemplar aspectos estruturais que atravessam

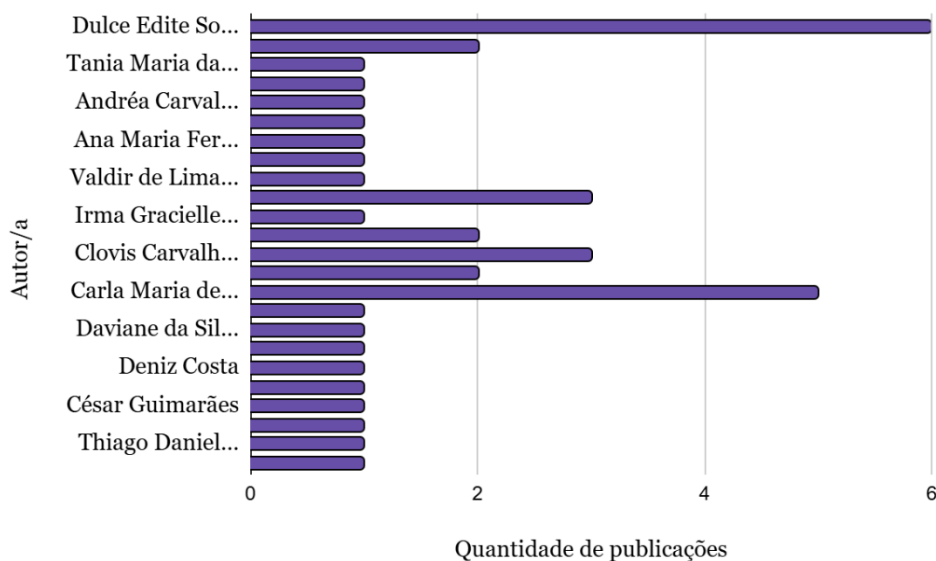
as religiões de matrizes africanas e tende a suavizar as violências sofridas por elas, uma vez que os ataques aos terreiros são atravessados pelas hierarquias raciais, culturais e sociais.

6.3 Produção Científica sobre a temática Religiões de Matrizes Africanas por Autor

A partir da análise dos documentos, identificamos os pesquisadores que mais publicaram sobre a temática, as instituições de ensino às quais estão vinculados e os periódicos que publicaram acerca da temática em questão com os respectivos Qualis. Além do mais, observou-se que nem todos os pesquisadores possuem graduação em Biblioteconomia, porém são pós-graduandos em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Em relação à autoria principal, como destacado no Gráfico 2, destacam-se: Dulce Edite Soares Loss com seis publicações; Carla Maria de Almeida, com cinco publicações; Fernando Corteze, com três publicações e Clovis Carvalho Britto com três publicações.

Gráfico 2 — Identificação dos pesquisadores que mais produzem sobre a temática Religiões de Matrizes Africanas.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Através da busca pelo currículo lattes, observou-se que a autora que mais publicou sobre religiões de matrizes africanas, foi Dulce Edite Soares Loss que possui graduação em História e atualmente é doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o que demonstra que os estudos em Ciência da Informação se inter-relacionam com outras áreas do conhecimento, principalmente no que se refere à memória, ao patrimônio, a cultura e às práticas religiosas.

Segundo informações retiradas do lattes, sua produção científica se concentra nos temas: candomblé, informação, memória, práticas educativas, cultura, saberes ancestrais e diversidade religiosa. A pesquisa pelo seu currículo lattes demonstra que ao longo dos anos, a pesquisadora tem se dedicado a pesquisar e produzir acerca da temática, e pelo seu histórico profissional identificado no lattes, atuou em projetos voltados para as relações étnico-raciais.

Em segundo lugar, a professora Carla Maria de Almeida é graduada em Arquivologia e História pela UFPB, professora do departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e conforme informações coletadas no lattes, além de integrar o Grupo de Pesquisa Memória, Cultura Material e Patrimônio, desenvolve pesquisas voltadas para memória, cultura material, patrimônio, cultura, religiões afro-ameríndias, arquivo pessoal e arquivos religiosos, segundo informações de seu currículo lattes, a pesquisadora coordenou um projeto que objetivava investigar as religiões mediúnicas na sociedade brasileira com atenção especial para o contexto paraibano.

Em terceiro lugar, Fernando Corteze de Souza Souza Bandeira é graduado em Arquivologia, mestrando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e atualmente com graduação em andamento em Biblioteconomia. Conforme informações coletadas em seu lattes, desenvolve pesquisas voltadas para as temáticas de memória, oralidade e produção documental nos espaços afro-religiosos, em especial terreiros de candomblé e umbanda. Por último, Clovis Carvalho Britto é Pós Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona e atualmente professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo informações coletadas no currículo lattes, lidera o Grupo de Pesquisa Museologia, Patrimônio e Memória, além de integrar o Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento, ambos da UnB. Apesar de suas produções estarem concentradas no campo da literatura, museus, patrimônio e teoria museológica, a sua produção científica sobre religiões de matrizes africanas ocorre de forma esporádica, sem construir uma linha contínua de investigação.

Souza e Costa (2023) evidenciam o baixo quantitativo de pesquisadores dedicados a pesquisar sobre a temática étnico-racial na Ciência da Informação e apontam como causa o conhecimento mínimo acerca das contribuições da população africana e afrodescendente na história e cultura brasileira, bem como a falta de conhecimento em políticas afirmativas relacionadas a temática étnico-racial, o que revela uma lacuna, além do epistemicídio, como enfatizam Silva, Garcês e Silva (2022), isso reflete o apagamento e/ou silenciamento das produções científicas sobre religiões de matrizes africanas, uma vez que está enraizado na

fomento de produções científicas que possibilite a consolidação de uma Ciência da Informação comprometida com a pluralidade de saberes.

Concordamos com Valério, Bernardino e Silva (2012), que revelam informações significativas sobre os debates da temática étnico-racial na Ciência da Informação e destacam o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB como protagonista, dentre os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil a desenvolver discussões sobre a temática, o que revela que a Ciência da Informação como um campo que lida com a mediação, produção acesso, organização e disseminação da informação, não deve deixar de se comprometer e refletir criticamente sobre o impacto das relações étnico-raciais na produção, disseminação, organização e acesso à informação. Almeida Júnior (2015) aponta que, devido ao fato de, historicamente, a tanto a Ciência da Informação quanto a Biblioteconomia tomarem atitudes conservadoras e se aproximarem dessa visão ao aliar-se a grupos sociais detentores do poder e dessa forma, negligenciando as demandas da população, sobretudo das camadas populares e grupos marginalizados, reforça a exclusão e apagamento da produção de conhecimentos não hegemônicos, como por exemplo, o conhecimento produzido pelas religiões de Matrizes Africanas.

Souza e Santos (2022, p. 142) apontam três causas para a pouca produção científica sobre a questão étnico-racial na área: “[...]da falta de envolvimento dos (as) bibliotecários (as), que exercem a profissão, nas questões sociais inerentes ao tema, pelos docentes dos cursos de Biblioteconomia, que poucas vezes trazem essa temática para debate em sala de aula e pelos discentes que não se permitem sair da ‘bolha’ em que são colocados”. Dessa forma, quanto aos mecanismos que podem ser adotados pelas instituições para estimular a pesquisa sobre a temática, visto que o estímulo deve ser proporcionado desde a sala de aula, logo, como caminhos possíveis, há instrumentos legais como a Lei 10.639/2003 e a existência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira que:

[...] procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Ressalta-se que o intuito

é ampliar de incluir no contexto acadêmico conteúdos que orientem para a diversidade social, cultural e racial que compõe a sociedade brasileira (Brasil, 2004, p. 10).

Isso perpassa pela própria atualização profissional do corpo docente quanto a temáticas voltadas à diversidade étnico-racial, promovendo em sala de aula o debate e reflexão. Silva, Garcês e Silva (2022) sugerem rotas para se pensar a reconfiguração de um currículo que abarque a diversidade epistemológica para reconhecer e valorizar as religiões de matrizes africanas como produtoras de conhecimento e apontam como estratégia a Afroperspectividade³⁴, uma educação antirracista, a partir da oferta de disciplinas, promoção de seminários, grupos de pesquisa e extensão e cursos de atualização profissional.

Outro mecanismo como enfrentamento ao epistemicídio é apontado por Alves e Côrtes (2023) para os autores, o enfrentamento ao epistemicídio e racismo perpassa pelo enriquecimento teórico e prático dos discentes, através da inclusão nas disciplinas de graduação e pós-graduação, além do reconhecimento de pesquisas publicadas nos GTs em eventos acadêmicos da área. Além do mais, os autores apontam que a existência ou ausência de políticas de ações afirmativas contribuem tanto para a diversificar epistemologias quanto para invisibilizar a inserção de temas que abordem a diversidade, como por exemplo temas relacionados a religiões de matrizes africanas e cultura afro-brasileira.

6.4 Produção científica sobre a temática de Religiões de Matrizes Africanas a partir dos periódicos

A partir da análise dos periódicos, foram identificadas quinze revistas que publicaram sobre o tema, conforme será demonstrado no Quadro 8, com destaque para as revistas “Comunicação & Informação”, “Revista Conhecimento em Ação” e “Informação & Informação”.

Quadro 8 — Relação dos periódicos que mais publicaram artigos relacionados à temática de Religiões de Matrizes Africanas.

Periódico	Qualis CAPES	N. de publicação	ISSN
Comunicação &	B2	2	2317-675X

³⁴ Sobre isso, Silva, Garcês e Silva (2022) propõe a articulação entre Quilombismo, de Abdias Nascimento, a Afrocentricidade, de Molefi Asante, e o Perspectivismo Ameríndio, de Eduardo Viveiros de Castro para o combate ao epistemicídio e a construção de currículos e práticas acadêmicas pautadas na diversidade epistemológica.

Informação			
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	B1	1	1981-0695
RACIn - Revista Analisando em Ciência da Informação	B3	1	2317-9708
Revista Conhecimento em Ação	B1	2	2525-7935
BIBLIOMAR	B2	1	2526-6160
Ágora: Arquivologia em debate	B1	1	0103-3557
CONCI: Convergências em Ciência da Informação	B3	1	2595-4768
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	B1	1	1983-5116
Informação & Informação	A2	3	1981-8920
Acervo: Revista do Arquivo Nacional	A1	1	2237-8723
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	A3	1	1980-6949
Ciência da Informação (Online)	A4	1	1518-8353
Perspectivas em Ciência da Informação	A2	1	1413-9936
Inclusão Social (Online)	A3	1	1808-8678
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	A4	1	1414-0594
Scire: representación y organización del	B1	1	1135-3716

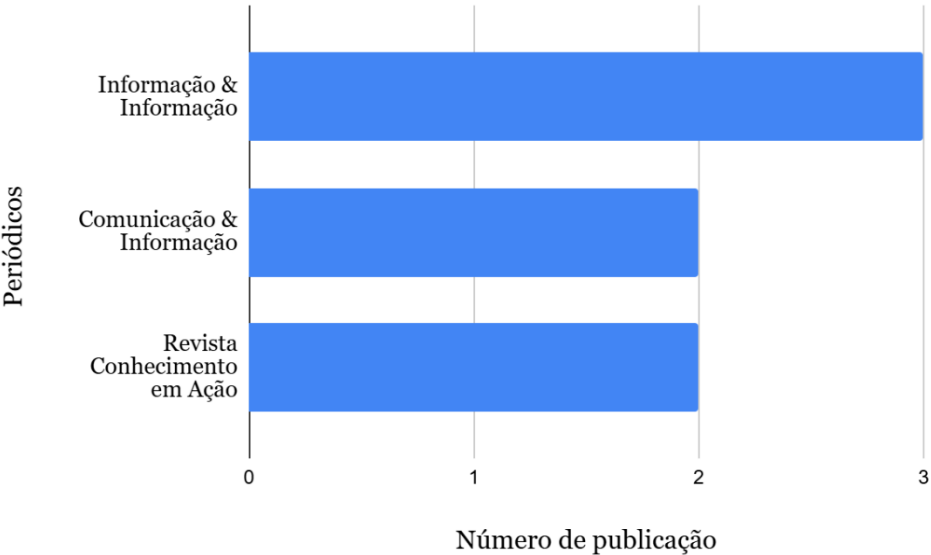
conocimiento			
--------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O quantitativo de artigos recuperados, apresentado no quadro oito, demonstra a pouca produção científica sobre a temática no sistema de comunicação científica da área. Além do mais, vale ressaltar que a Lei nº 10.639/2003, trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras, é um instrumento na luta contra o racismo e desinformação. Porém, em se tratando da Ciência da Informação, em especial a temática sobre religiões de matrizes africanas, observa-se a baixa produção científica. Como destacam Melo Filho e Silva Júnior (2018), destacam a produção de conhecimento científico que aborda a temática das questões étnico-raciais na perspectiva da valorização intelectual, cultural e desconstrução de estereótipos como instrumentos para o combate ao apagamento histórico vivenciado por esses grupos no âmbito acadêmico, científico, informacional e cultural.

Quanto aos periódicos que mais publicaram, serão apresentados no Gráfico 4, bem como a instituição à qual estão vinculados, para se compreender onde esse debate está sendo publicado com mais frequência.

Gráfico 4 — Periódicos que mais publicaram sobre a temática de Religiões de Matrizes Africanas.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No periódico de destaque, “Informação & Informação”, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) identificou-se três

publicações sobre as religiões de matrizes africanas: “Sacrifício ritual nas religiões afrobrasileiras: reflexões sobre patrimonialização, memória e anarquivamento”; “Cultura material como documento: as informações constantes nos artefatos religiosos da Jurema” e “A organização do conhecimento sobre umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos”. Apesar do pequeno quantitativo, a existência dessas produções revela o interesse de pesquisas na temática e em ampliar os debates em Ciência da Informação.

Em “Comunicação & Informação”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), contribui com dois artigos: “(In)Formação musical: proximidades antropológicas comunicacionais epistemológicas sobre o Catolicismo” e “Candomblé e Representações místico-religiosas em Tenda dos Milagres: o viés do candomblé na ficção televisiva”. Essas produções ampliam os horizontes na abordagem das religiões afro-brasileiras na Ciência da Informação.

Por último, a “Revista Conhecimento em Ação”, vinculada ao curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram identificados dois artigos: “O fenômeno da internet na religião oral: a influência das mídias sociais no candomblé” e “Mediação Cultural e Mediação da Leitura no Terreiro de Candomblé: o estudo de caso da Biblioteca Comunitária Raimundo Kasutemi”. Esse periódico se constitui como um espaço que oportuniza discussões sobre religiões afro-brasileiras no campo informacional, por fomentar análises e reflexões críticas acerca da produção, organização e mediação da informação e do conhecimento técnico-científico. Dessa forma, amplia-se a produção de novos saberes na Ciência da Informação, ao oportunizar a inserção de novas perspectivas, sobretudo aquelas historicamente marginalizadas, como por exemplo, as das comunidades de terreiros.

Identificar as categorias temáticas, os pesquisadores com suas instituições de vínculos e os periódicos com seus respectivos Qualis, revelou a interdisciplinaridade da Ciência da Informação e as diversas abordagens de pesquisas sobre as religiões de matrizes africanas. Evidenciou a receptividade de algumas revistas para essa temática.

Porém, observou-se que o tema ainda é emergente. Para o desenvolvimento de uma produção científica mais significativa sobre a temática, como apontam Melo Filho e Silva Júnior (2018), apontam algumas estratégias específicas, por exemplo: incentivar a criação de novas habilidades nos pesquisadores, que envolve uma formação que possibilite a análise e

reflexão crítica; adotar metodologias de ensino que proporcionem a compreensão do impacto do racismo no silenciamento de determinados saberes, tanto na esfera social, quanto científica e acadêmica. Destaca-se o impacto desse silenciamento na representação de comunidades de terreiros, na formação de acervos e na organização da informação. Além disso, os autores compreendem que a produção científica é um ato político, que deve estar comprometida com a diversidade epistêmica.

Outra estratégia recomendada por Melo Filho e Silva Júnior (2018) é desenvolver abordagens metodológicas na Ciência da Informação pautadas na valorização das memórias, vozes e saberes dessas comunidades com a adoção de teorias que possam se tornar referenciais e coadunem com as demandas voltadas para a diversidade.

Portanto, embora incipiente, a existência da produção científica sobre religiões afro-brasileiras na Ciência da Informação revela que essa temática já é objeto de estudo. Mesmo havendo um considerável intervalo de tempo entre as publicações, constata-se a necessidade de avançar nas discussões sobre as questões étnico-raciais e a pluralidade epistemológica. Como sugerem Alves e Côrtes (2023), apontam para o estímulo e acompanhamento dessas discussões desde a graduação, com vistas ao enfrentamento do racismo e do epistemicídio presente nas instituições de ensino. Assim, será possível transformar a Ciência da Informação em um espaço plural, onde, por exemplo, as religiões de matrizes africanas também sejam reconhecidas e legitimadas como produtoras de conhecimento.

O Selo Nyota, idealizado e coordenado por profissionais da Biblioteconomia, surge no campo da comunicação científica como uma proposta contra-hegemônica, com o objetivo de trazer visibilidade a produções científicas de grupos sociais historicamente marginalizados e silenciados no campo científico. Tendo em vista que a produção, organização e disseminação do conhecimento não são neutras, pois refletem o contexto social, político e econômico, o Selo Nyota configura-se como uma iniciativa que busca romper com práticas editoriais que silenciam vozes dissidentes.

Foram identificadas pesquisas voltadas exclusivamente para as religiões afro-brasileiras, que articulam a memória, organização e representação do conhecimento, além da mediação com o campo informacional. Um exemplo, é o livro “Repensar o sagrado: as tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional”, organizado por Diogo Jorge de Melo, Luane Bento dos Santos, Nathália Lima Romeiro, Thayron Rodrigues Rangel, publicado em 2021.

Apesar de a sociedade brasileira ser formada por uma diversidade religiosa, essa diversidade não se traduz em respeito, considerando os casos de racismo religioso que perduram até os dias atuais. Diante desse contexto, a obra propõe uma reflexão crítica sobre a diversidade religiosa, ao trazer para o centro do debate a produção de conhecimento, em especial as religiões de matrizes africanas, evidenciando-as como produtoras e disseminadoras do conhecimento, como herança ancestral.

A obra amplia seu escopo ao integrar contribuições de pesquisadores e pesquisadoras, por exemplo, da Antropologia, História, Sociologia e outras áreas das ciências humanas e sociais, comprometidos com o combate ao racismo e à discriminação racial, de gênero e de sexualidade e acreditam que o conhecimento é instrumento de transformação social.

A Partir do levantamento realizado, foram identificadas sete pesquisas que abordam, como categorias temáticas: Organização e representação do conhecimento; Patrimônio cultural; Universo informacional; Informação e relações de gênero; Informação e memória e Mediação e cultura. Isso demonstra a relevância informacional das práticas religiosas ao articularem com temas da Ciência da Informação.

Quadro 9 — Identificação dos pesquisadores, temática estudada e instituição de vínculo.

Autores dos capítulos	Capítulo	Temática	Instituição de vínculo
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda; Deniz Costa; Fabio Gomes da Silva	A organização do conhecimento religioso: análise da representação do candomblé, do islamismo e da umbanda em sistemas de organização do conhecimento	Organização e representação do conhecimento	UNIRIO; UNIRIO; UNIRIO
Luciane Barbosa de Souza	A salvaguarda dos lugares sagrados: ações afirmativas para a valorização da memória e do patrimônio cultural afro-brasileiro	Patrimônio cultural	UFRRJ
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	As religiões de matrizes africanas na library of congress	Organização e representação do conhecimento	UNIRIO

	subject headings: uma abordagem aos estudos culturais		
Jorge Luiz Gomes Junior	Narrativas orais, memórias e saberes: um diálogo entre o candomblé e as epistemologias do sul	Universo informacional	UFF
Cristiano Sant’anna; Isadora Souza Silva	O reflexo do abebê - o feminino do candomblé transbordando nas redes sociais	Informação e relações de gênero	UERJ; UERJ
Tássio Ferreira	Kilombo contemporâneo: unzô ia kisimbi ria maza nzambi	Informação e memória	UFSB
Rennan Elias de Oliveira Carmo	Macumbarias nos carnavaismos: disseminação de narrativas pretas	Informação e memória	UFRJ

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Outro exemplo é o livro “Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações”, organizado por Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima, publicado em 2019. Tendo como eixo central a escrevivência enquanto instrumento de resistência e construção de saberes, o objetivo da obra é trazer as experiências, reflexões e práticas de profissionais da Biblioteconomia. Dessa forma, a obra se propõe a ser um projeto de transformação informacional e social, além de promover o empoderamento e combater o racismo epistêmico, valorizando a inclusão de culturas de matrizes africanas nos contextos informacionais e acadêmicos. No livro em questão, foram identificadas duas pesquisas que têm como categorias temáticas a “Mediação e Cultura” e “Informação e relações de gênero”.

Quadro 10 — Identificação dos pesquisadores, temática estudada e instituição de vínculo.

Autores dos	Capítulo	Categoria temática	Instituição de
--------------------	-----------------	---------------------------	-----------------------

capítulos			vínculo
Rosevânia Machado; Leyde Klebia Rodrigues da Silva	Percursos de um jogo de trilha griô: Compreendendo a rede de transmissão oral das mestras e mestres griôs de terreiros de candomblé e de comunidades tradicionais da cidade de Salvador/BA	Mediação e cultura	UFBA; UFBA
Juliana Santos Conceição; Leidiane Santos dos Reis; Nídia Maria Lienert Lubisco	Empoderamento da mulher negra de axé por meio da informação: um estudo em terreiro de candomblé	Informação e relações de gênero	UFBA; UNIFAC; UFBA

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Por fim, destaca-se o livro “Epistemologias negras: Relações raciais na Biblioteconomia”, organizado por Danielle Barroso, Elisângela Gomes, Erinaldo Dias Valério, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima, publicado em 2019. Ao problematizar o modelo acadêmico hegemônico que silencia outras formas de produção de saberes, a publicação objetiva trazer para o centro a discussão de uma ciência inclusiva e plural, que valoriza a ancestralidade e saberes historicamente desvalorizados, sobretudo aqueles pautados na oralidade, dessa forma, dessa forma, combatendo, o epistemicídio. Foi identificado um trabalho relacionado à categoria temática “Organização e representação do conhecimento”.

Quadro 11- Identificação dos pesquisadores, temática estudada e instituição de vínculo.

Autores dos capítulos	Capítulo	Categoria temática	Instituição de vínculo
Marcio Ferreira da Silva	Representação da informação do povo negro: reflexões críticas da umbanda no âmbito dos sistemas de organização do conhecimento	Organização e representação do conhecimento	UFMA

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

As análises possibilitaram traçar um panorama das produções científicas relacionadas às religiões de matrizes africanas na Ciência da Informação. A partir do levantamento, identificamos que as produções relacionadas a essa temática ainda são incipientes, o que revela uma lacuna na produção científica na área. Como apontam Alves e Cortês (2022), a Ciência da Informação, por inserir-se no campo das Ciências Sociais Aplicadas, deve se ater às demandas e realidades da sociedade brasileira. Isso significa o comprometimento com a compreensão e atuação sobre as diversas formas de produção, circulação e apropriação da informação, bem como os desafios do acesso a ela, por grupos parte de sociais atravessados pela desigualdade, exclusão e vulnerabilidades sociais. Além disso, implica fomentar a criação de espaços acadêmicos e científicos onde grupos historicamente marginalizados e silenciados possam divulgar suas experiências e pesquisas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa respondeu aos objetivos propostos, que teve como objetivo geral mapear a produção de conhecimento na Ciência da Informação relacionada a religiões de matrizes africanas. Para isso, apresentou o panorama de publicações científicas, analisou os padrões temáticos e identificou os pesquisadores, as instituições às quais estão vinculados e os periódicos que publicaram essas produções, tendo como fontes de informação a BRAPCI, BENANCIB e o Selo Nyota. Os resultados evidenciam a existência de produções científicas, porém ainda incipientes, o que aponta para esforços de construção de uma Ciência da Informação plural, comprometida com as diversas formas de produção e circulação de saberes de grupos historicamente marginalizados. Quanto às categorias temáticas, os trabalhos abordam a relação entre:

- a) Informação e memória;
- b) Organização e representação da informação;
- c) Mediação e cultura; Patrimônio cultural;
- d) Informação e relações de gênero; Informação,
- e) Combate ao racismo religioso e desinformação;
- f) Cultura Material e documento;
- g) Universo informacional.

Na BRAPCI, a primeira publicação identificada data de 2010, com intervalos entre os anos de 2011 a 2014 e, em seguida, em 2017. Observamos o crescimento em 2023 com um quantitativo de nove produções. Na BENANCIB, os trabalhos identificados concentram-se entre 2022 e 2024. Com relação à autoria, destacam-se os pesquisadores e pesquisadoras Dulce Edite Soares Loss, Carla Maria de Almeida; Fernando Corteze e Clovis Carvalho Britto. Ressalta-se que todos estão vinculados a universidades federais, sendo a Universidade Federal da Paraíba instituição com maior quantitativo de produção. Quanto aos periódicos, “Informação & Informação” publicou três artigos, ‘Comunicação & Informação’, publicou dois artigos e, por último, a “Revista Conhecimento em Ação” com dois artigos publicados. Esse panorama revela que a produção científica ocorre de forma pontual.

O Selo Nyota emerge no campo da comunicação científica e editorial como uma proposta contra-hegemônica. Foram identificados 10 capítulos de livros distribuídos em três obras: Repensar o sagrado: as tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional

(2021); Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações (2019); Epistemologias negras: Relações raciais na Biblioteconomia (2019).

Como toda pesquisa possui suas limitações, espera-se que este estudo sirva de subsídio para outras investigações. Recomenda-se, para pesquisas futuras, mapear outros tipos de documentos, como monografias, teses e dissertações. Sugere-se investigar ações de mediação da leitura e mediação da informação em unidades de informação com vistas ao combate ao racismo religioso, investigar práticas informacionais em terreiros e a presença ou ausência da temática nos acervos das bibliotecas, investigar fontes informacionais que revelam de que forma o Estado reconhece e registra os saberes produzidos em terreiros, além de práticas de que promovam a competência em informação para o combate ao racismo religioso.

Por fim, reafirma-se o papel social e ético de uma Ciência da Informação plural e inclusiva, na luta contra o racismo religioso e promoção de práticas informacionais que respeitem e valorizem esses saberes, ao integrá-los em suas agendas de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Martina; LIMA, Conceição de Maria Teixeira; ZALIS, Lior Zisman. Morada dos Léguas, terra de encantaria: religião e cidade em Codó (Maranhão). **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 49, n. 1, p. 172-190, jan/abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/54506>. Acesso em: 7 mar. 2025.
- AHUALLI, Patrícia Maria de Lira; ABREU, Natasha Lira de. O reinventar dos movimentos de terreiro: o ontem, o hoje e o amanhã. **Revista Calundu**, Brasília, v. 3, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/25239>. Acesso em 12 jun. 2025.
- ALENCAR, Maria da Glória; OLINTO, Gilda. Biblioteconomia Social na formação do Bibliotecário: reflexões e análise de projetos pedagógicos no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 28, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/43260>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- ALMEIDA, Carla Maria de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Entre escombros e resistência: a memória da jurema em alhandra/PB. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-20. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1095>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; ANDRADE, Wendia Oliveira de; SOUZA, Edivânio Duarte de. Colonialidade de saberes na Ciência da Informação brasileira: o epistemicídio nas publicações científicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 17, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/667>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Epistemicídio negro na Ciência da Informação: uma discussão inicial. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2022. p. 1-16. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1979/1255>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/226383>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; ANDRADE, Wendia Oliveira de; SOUZA, Edivânio Duarte de. Colonialidade do saber e epistemicídio na Ciência da Informação: descortinando a produção nacional. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 23., 2023,

Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: UFS, 2023. p. 1-15. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/v/257867>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ALVES, Luiz Gustavo Guimarães Aguiar. Da Coleção Magia Negra ao Acervo Nosso Sagrado: nuances entre o saque, o tombamento e a reparação. **AbeÁfrica**: revista da associação brasileira de estudos africanos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 228-261, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/56982>. Acesso em 26 fev. 2025.

AMORIM, Igor Soares; ALVES, Ueliton dos Santos. Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/40490>. Acesso em 24 jun. 2025.

ANTONIO, Andressa Paula Leal; SILVA, José Antonio da. Desinformação e intolerância religiosa: ódio em post da cantora Anitta. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2024. p. 1-17. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342049>. Acesso em 16 jun. 2025.

ARAÚJO, Maurício Azevedo de. Entrando em cena, reescrevendo o roteiro e instituindo direitos: a luta por reconhecimento das comunidades religiosas de matriz africana. In: HEIM, Bruno Barbosa; ARAÚJO, Maurício Azevedo de; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro (org.). **Direitos dos povos de terreiro**. Salvador: EDUNEB, 2018, p.43-87. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/c2df10f3-19b8-4e10-985c-79bdaf708d67/content>. Acesso em: 04 jun. 2025.

ASSOMPÇÃO, Danielle da Silva. Alteridade e comunidades de terreiro. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 41-42, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/166/136>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BÂ, Amadou Hampâté. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARBALHO, Celia; SOUZA, Cleiton Mota de; SIMONETT, Paulo Alexandre do Couto; PEREIRA, Sammy Aquino. Os saberes tradicionais, produção científica & tecnológica: um ensaio a partir da Mandioca (Manihot Esculenta). **Informação e Informação**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 34-54, jul./set. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/223912>. Acesso em 14 jun. 2025.

BARRETO JUNIOR, Jurandir Antonio Sá. Discriminação Legal às Religiões de Matrizes Africanas (1889-1988). **Em favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 4, n.3, p. 115-128, set./ dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5051/3345>. Acesso em 28 fev. 2025.

BARROS, Leonardo Patrício de. **Racismo religioso: uma outra face do racismo na formação da sociedade brasileira**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/18514/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Leonardo%20Patr%c3%adicio%20de%20Barros%20-%202022%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BASTOS, Flávia Maria. **Organização do conhecimento em Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações**: análise da aplicabilidade das teorias macroestruturais para categorização de áreas de assunto. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ff1ed569-8ea6-43be-9530-1ced9b312a0c/content>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016a. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002**. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-norma-pl.html>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.278, de 29 de novembro de 2024. Institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: ano 162, n. 230, p. 1-334. 29 nov. 2024. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/11/2024&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=334>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: n. 25, p. 24056. 30 nov. 1937. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília DF, ano 144, n. 28, p. 1-376. 8 fev. 2007a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/02/2007&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=376>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: **Coleção de Leis do Brasil**, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-norma-pe.html.htm>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 8, p. 1-56. 9 de jan. 2008. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/01/2003>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 8, p. 1-3. 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 249, p. 1-212. 21 jan. 2007b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/12/2007&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=212>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.519, de 5 de janeiro de 2023**. Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114519.htm. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 489, de 19 de novembro de 2015. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: ano 152, n. 222, p. 1-140. 23 de novembro de 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/11/2015&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=140>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 188, de 18 de maio de 2016b. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: ano 153, n. 96, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF: MEC, 2004. p. 1-37. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013 - 2015)**. Brasília, DF: SEPIR, 2013. 62 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/plano_nacional_desen_sustentavel_povos_comunidades_trad_matriz_africana.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 3316- 3330. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102819>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRITTO, Clovis Carvalho; LIMA, Kellen Josephine Muniz de. Sacrifício Ritual Nas Religiões Afrobrasileiras: Reflexões Sobre Patrimonialização, Memória e Anarquivamento. **Informação e Informação**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 433–451, set./dez. 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/35621/pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BUFREM, Leilah Santiago; COSTA, Francisco Daniel de Oliveira; GABRIEL JUNIOR, René Faustino; PINTO, José Simão de Paula. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 22-41, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/DHV9RQMtPKMrRRrdDMzMVvh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2025.

CALVO, Andréa. O terreiro de candomblé como espaço de construção do sagrado e de materialização da memória ancestral. **REVER**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 253-270, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/45172>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CAMPELLO, Bernadete. **Fontes de informação I**. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018. 156 p. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/00152007052021Aula_01.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

CARDOSO, Francilene. **O negro na biblioteca**: Mediação da Informação para a construção da identidade negra. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2015, 114 p.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CORREIA, Tania Maria Da Silva; LOSS, Dulce Edite Soares; ALVES, Edvaldo Carvalho; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Agbara Obinrin: candomblé, informação, relações de gênero. *In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2024. p. 1-16. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2455>. Acesso em 15 jun.

2025

CORTEZE; Fernando, JUVÊNCIO, Carlos Henrique. O contraste entre a oralidade e a escrita nos terreiros de candomblé: os cadernos de fundamentos como parte da memória de uma religião. **Ágora**, Florianópolis, v. 33, n. 67, p. 1-22, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1152/1086>. Acesso em 15 jun. 2025.

COSTA, Fernanda Carla da Silva; MELO, Daniela Alves de. Racismo é (só) falta de informação? **Folha de Rosto**: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/160797>. Acesso em: 06 jun. 2025.

CUERVAS-CERVERO, Aurora; MARQUES, Márcia; PAIXÃO, Pablo Boaventura Sales. A alfabetização que precisamos: informação e comunicação para a cidadania. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n.2, p. 35-48, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16619/11489>. Acesso em: 21 mar. 2025.

DAIBERT JR, Robert. Eu chamo de outra maneira: a vingança das religiões ancestrais na África Insubmissa de Achille Mbembe. **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 7 - 22, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/34286/24122>. Acesso em 20 fev. 2025.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p.105 -125, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22862/18446>. Acesso em: 14 mar. 2025.

DORSA, Arlinda Cantero. A produção científica: esforços docentes e discentes vividos e sentidos. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 697-698, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/JJBzrtqMkG8TpPgjpYRbmDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DOURADDO, Rafael; SOUSA, Patrício Pereira Alves de. Comunidades tradicionais de terreiros: espaços de geoancestralidades, re-existências e memórias. In: Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Sudeste, 5., 2023, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, 2023. p. 1-19. Disponível em: <https://www.copenesudeste2023.abpn.org.br/anais/trabalhos/lista#R>. Acesso em: 15 jun. 2025.

EVANGELISTA, Lázaro de Oliveira. **Religião de matriz africana/afro-brasileira**: lócus de resistência, acolhimento e educação. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/200101/001102404.pdf>. Acesso em 04 mar. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ikaro Grangeiro. O racismo científico e seu contágio no Código Criminal brasileiro de 1830. **Revista Brasileira de História do Direito**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 22-37, jan./jul. 2024. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/historiadireito/article/view/10474>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Maranhão encantado**: encantaria maranhense e outras histórias. São Luís: UEMA, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. Pureza Nagô e nações africanas no Tambor de Mina do Maranhão. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 75-94, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669436/28738>. Acesso em: 7 mar. 2025.

FIGUEIREDO, Nestor. Sobre a definição de religião: historiografia, críticas e possibilidades. **REVER**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 271- 295, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/45173/29878>. Acesso em 22 fev. 2025.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 30-46, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/34154>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GABRIEL JÚNIOR, Rene Faustino; VOGEL, Michely Jabala Mamede. BRAPCI-BENANCIB: base de dados completa de textos do Enancib. *In*: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 8., 2022, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: UFAL, 2022. p. 1-7. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257193/001148217.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GAIA, Ronan da Silva Parreira; VITÓRIA, Alice da Silva. Orixás, Inquices e Voduns: as nomenclaturas e etnias dos sagrados nos candomblés Ketu, Bantu e Jeje. **Revista Calundu**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 45-63, jan./ jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/29679>. Acesso em: 15 jun. 2025

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, 200 p. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2025.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GIUMBELLI, Emerson. O “Baixo Espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 247-281, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/mRXsmGkqyp5qZjVVSzKztGpx/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Como%20vimos%2C%20essa%20distin%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9,peritos%2C%20causar%20mal%20a%20outrem>. Acesso em: 04 mar. 2025.

GOMES, Elisângela. Discursos insubmissos na diáspora negra. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. Disponível em: <https://www.acbsc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/LIVRO-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GOMES, Marcela de Andrade. CRAS e intervenção psicopolítica: Os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 20, n.47, p. 87-101. 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n47/v20n47a08.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-leria-gonzales1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-leria-gonzales1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

HONAISSER, Fernando Alves. **Terreiros: memórias e representações no espaço sagrado**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5452/1/Terreiros%20mem%c3%b3rias%20e%20representa%c3%a7%c3%b5es%20no%20espa%c3%a7o%20sagrado.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 10 mar. 2025.

JARDIM, Hélen de Oliveira Soares; VOSS, Dulce Mari da Silva. Patrimônio negro umbandista dos pampas: decolonialidade e educação antirracista. **RELACult: Revista Latino - Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 3, p. 1-23, set./ dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2261/1514>. Acesso em: 14 jan. 2025.

JESUS, Ingrid Paixão de; SANTOS, Raquel do Rosário. Mediação Cultural e Mediação da Leitura no Terreiro de Candomblé: o estudo de caso da Biblioteca Comunitária Raimundo Kasutemi. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-23, jun./ out. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/65958>. Acesso em: 15 jun. 2025.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; GABRIEL JÚNIOR, René Faustino; KLUCK, Cláudia Regina; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. **Socialização do saber e produção científica do Ensino Religioso**. Porto Alegre: Editora Fi. 2017. 338 p. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179211/001059844.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

LADIM, Laís Alpi; JORENTE, Maria José Vicentini. Estudos decoloniais relacionados às tic na Ciência da Informação: um panorama a partir da BRAPCI. **Revista EDICIC**, San Jose, v.2, n.4, p.1-12, dez. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/258906>. Acesso em: 22 jul. 2025.

LE COADIC. Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. 115 p. Disponível em: <https://bibliotextos.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/07/a-cic3aancia-da-informac3a7c3a3o-le-coadic.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LEMOS, André; OLIVEIRA, Frederico. Fake news e cadeias de referência. A desinformação sobre Covid-19 e o projeto de verificação do Facebook. **Fronteiras - estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 23 n. 2. p. 73-88, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/22526/60748720> Acesso em: 15 jul. 2025.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio cultural afro-brasileiro**: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Alessandra%20Rodrigues%20Lima.pdf>. Acesso em 14 jan. 2025.

LIMA, Izabel França de; SANTANA, Sergio Rodrigues de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Memória da população negra e informação étnico-racial: percebendo limites. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 4812- 4827. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/189805>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LOSS, Dulce Edite Soares; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Candomblé: Informação, memória e alimentação. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 16, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/615/559>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LOSS, Dulce Edite Soares; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e mediação cultural na linguagem musical do Candomblé. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: UFS, 2023. p. 1-16. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/258365>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LOSS, Dulce Edite Soares; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Ounje Mimo: Informação e memória em um terreiro de Candomblé. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2022. p. 1-15. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/202249>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LOSS, Dulce Edite Soares; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Ilê Axé Omilodé: Memórias, Informações e Identidades em Construção. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 23., 2023,

Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: UFS, 2023. p. 1-15. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1324/1252>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. Automação de Bibliotecas: análise da produção via Biblioinfo (1986-1994). **Revista ACB**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 51-63, ago. 1997. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/323/377>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MACHADO, Veridiana Silva. A vivência religiosa no Candomblé e a concepção junguiana do religare. **SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 30-43, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5468738>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MARANHÃO. Decreto Lei nº 37.761, de 28 de junho de 2022. Estabelece a Política Estadual de Proteção aos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afro-brasileiros. **Diário Oficial**: São Luís, ano 116, n. 120, p.1-92, 28 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/download.php?arqv=1&arq=EX20220628>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MARANHÃO. **Lei nº 11.399, de 28 de dezembro de 2020**. Institui o Estatuto de Igualdade Racial. São Luís: Assembleia Legislativa, [2020]. Disponível em: https://arquivos.al.ma.leg.br:8443/ged/legislacao/LEI_11399. Acesso em: 13 jul. 2025.

MARIM, Caroline Izidoro; PINTO, Arthur da Silva. As Religiões Afro-brasileiras enquanto Objeto de Resistência. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, ano 28, n. 96, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/47212/pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MELO, Débora, de Jesus Lima. Os (des)conhecimentos sobre as culturas africanas: eurocentrismo e descolonização do saber. **Revista Fórum Identidade**, Itabaiana, ano 9, v. 17, n. 17, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/4735>. Acesos em: 22 jul. 2025.

MELO FILHO, Edilson Targino de; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. A produção científica sobre estudos etnico-raciais nas Ciências Sociais Aplicadas: revisão sistemática de literatura. In: SILVA, Franciële Carneiro Garcês; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 397-418. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

MIRANDA, Eloyna Augusta Mesquita. **As religiões de matriz africana e o racismo religioso no Brasil**: os velhos e os novos agentes da perseguição ao Candomblé na Bahia. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29895>. Acesso em 12 jun. 2025.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de, COSTA, Deniz Costa. A organização do conhecimento sobre umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 154-182, set./dez. 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38731/pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Arte afro-brasileira: o que é afinal? **Paralaxe**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 5-23, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/paralaxe/article/view/46601>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 33, p. 109-117, 1990. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/111217>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Disponível em: https://www.google.com/search?q=About+https://we.riseup.net/assets/432688/docslide.com.br%2Brediscutindo-a-mesticagem-no-brasilkabengele-munanga.pdf&tbm=ilp&ctx=atr&sa=X&ved=2ahUKEwi_k4yn386OAxUNALkGHcOyGIUQv5AHegQIABAD. Acesso em: 21 jul. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: <https://inegalagoas.org/wp-content/uploads/2020/06/o-genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento-pc3a1ginas-1-39.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

NASCIMENTO, Alex Sandro M. do. O papel dos ancestrais nas religiões de matriz africana. **Revista Unitas**, Vitória, v. 1, n. 12, p. 312- 332, fev. 2024. Disponível em: <https://revista.fuv.edu.br/index.php/unitas/article/view/2781>. Acesso em: 11 mar. 2025.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008, 267 p. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 1) Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-matriz-africana-no-mundo-colec3a7c3a3o-sankofa.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NASCIMENTO, Ísis Carvalho Pinto do. **Expressões do racismo religioso**: apontamentos para o Serviço Social. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/22299/1/INascimento.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2020. 160 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Intolerancia_Religiosa_Feminismos_Plurais_Sidnei_Nogueira.pdf?1599239392. Acesso em: 03 mar. 2025.

OLIVEIRA, Alan Santos de. **Sankofa**: a circulação dos provérbios africanos – oralidade, escrita, imagens e imaginários. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:

<https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Alan-Santos-DISSERTACAO.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, set. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/90559>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Hercília Jeane dos Santos Alves; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Produção de conhecimento das mestras do Tambor de Crioula de São Luís do Maranhão. 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2024. p. 1-16. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342078>. Acesso em 16 jun. 2025.

OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. **A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileiras no Estado Novo (1937-1945)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1903.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

OLIVEIRA, Rachel de Souza da Costa e. **Intolerância religiosa na escola: uma reflexão sobre estratégias de resistência à discriminação religiosa a partir de relatos de memórias de adeptos da Umbanda**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24167/24167.PDF>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PALMA, Rogerio da; TRUZZI, Oswaldo. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no pós-abolição, **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 311-340, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/SHR8Z49fsxtYRxZZN5swFhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PALMA, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da; PORTUGAL, Heloisa Helena de Almeida; BARBOSA, Cassiano Buzo. Estigmatização, dominação simbólica e identidade negra no brasil: entre o processo civilizador e a exclusão estrutural. **Seven Editora**, [S. l.], p. 637–655, 2025. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/6903/12413>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. Tradição oral e memória dos povos de religiões afro-brasileiras: possibilidades de pesquisa em história. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 08, n. 04, p. 79-92, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/9892/7601>. Acesso em: 14 mar. 2025.

POLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PRANDI, Reginaldo. O Candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 43-179, out. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BZgDYKY47Nn3gdPDwRTzCLf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/g35m5TSrGjDp9HxYGjBqNGg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina. Disponível em: <https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

RAMOS, Rodrigo Maciel. A ancestralidade: construção e aquisição de identidades africanas no Brasil realizadas a partir da cultura do Candomblé. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 16, n. 2, p. 3-16, jun, 2021. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e4051. Acesso em: 11 mar. 2025.

RIBEIRO, Katiúscia; MOREIRA JUNIOR, Valter Duarte. Análises e reflexões afrocêntricas acerca da educação filosófica. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Brasília, DF, n. 31, p. 87-10, maio/out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28258>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ROCHA, José Geraldo da; SILVA, Cristina da Conceição. A transmissão do conhecimento nas culturas populares de matrizes africanas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros**, Curitiba, v. 7, n. 15, p. 240-254, nov., 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/123>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ROSAS, Maria Nilza Barbosa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Memória e tradição: percorrendo os caminhos de culto da Jurema na Paraíba. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-18. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/188479>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SÁ, Camila; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Afrocentricidade, memória e informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-22, nov. 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5731/5384>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SANTANA, Sérgio Rodrigues de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA, Izabel França de. Informação étnico-racial na memória da produção científica do Grupo Nepiere. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2016. p.1-20. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/191475>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dar, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima Santos; PAJEÚ, Hélio Márcio. Entendendo a desinformação: algumas determinações e uma proposta de conceituação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 29, p. 1-19, mar. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/95042/55325>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SCHNEIDER NETO, Emanuel José; ALMEIDA, Flávio Aparecido de; SANTOS, Feiruque de Jesus dos. Decolonialidade e religiões afro brasileiras: resistência, epistemologias e práticas emancipatórias. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). **Decolonialidade: aspectos contemporâneos fundamentais**. Guarujá: Científica Digital, 2024, p. 97-111. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/241218487.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SERRA, Déborah Arruda; LIMA, Greilson José de. Patrimônio, memória e os tesouros do sagrado: o que contam os museus sobre as religiões afro-brasileiras no Maranhão. In: Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Escravidão e Diáspora Africana no século XIX, 4., 2015, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Editora UEMA, 2015. p. 1-11. Disponível em: <https://nemouema.com/wp-content/uploads/2018/03/dc3a9borah-arruda-serra.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SILVA NETO, José Pedro da. Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: visgo para combater o racismo. **PERSEU: História, Memória e Política**, São Paulo, ano 12, n. 17, p. 91-120, 2019. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/300>. Acesso em 14 jan. 2025.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCÊS, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/198025>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da. VALÉRIO, Erinaldo Dias. Mapeamento das produções científicas etnico-raciais indexadas na Brapci. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 203-222, jul./set. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/47272>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVA, Márcia; Maria da; SALDANHA, Dinah Cristina Pereira da Silva; GALDINO FILHO, Max Flávio da Silva. Povos de matriz africana e comunidades tradicionais: resistência no terreiro da casa grande ao terreiro de umbanda. **RESC: Revista de Estudos SocioCulturais**, Mossoró, RN, v. 2., n. 3, p. 113-122. mar./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RESC/article/view/4026/3147>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SILVA, Marcio Ferreira da; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Representação das religiões de influência africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil. **Scire: Representación y organización del conocimiento**, Zaragoza, v. 24, n. 2, p. 63-68, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4532/3923>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVEIRA, Hendrix. Pensando afroteologicamente as religiões de matriz africana. **Cadernos da ESTEF**, [s. l.], n. 55, p. 89-102, 2016. Disponível em:

<https://cadernosdaestef.wordpress.com/2016/06/30/pensando-afroteologicamente-as-religioes-de-matriz-africana/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SOUSA, Ana Clara Rodrigues Reis de; CAETANO, Gabriel Fernandes. Colonialismo e racismo religioso: as bases históricas da discriminação contra religiões afro-brasileiras sob a perspectiva pós-colonial e decolonial. **Revista tópicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 1-32, 2024. Disponível em: <https://zenodo.org/records/14202113>. Acesso em 04 mar. 2025.

SOUSA, Eliane Silva de; ALVES, Ana Paula Meneses. Competência em informação e Religious Literacy: uma breve análise sobre o processo de construção da intolerância e do racismo religioso no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2064>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, Irma Gracielle Carvalho de Oliveira; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; AUTRAN, Marynice de Medeiros Matos; SOUZA, Alexandre Pereira de Souza. Reflexões sobre organização, representação e recuperação da informação de religiões de matrizes africanas: uma análise dos periódicos Qualis A na Ciência da Informação. **CONCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 6, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/18999/14864>. Acesso em 16 jun. 2025.

SOUZA, Luciane Barbosa de. A proteção do patrimônio cultural dos terreiros de candomblé no Rio Janeiro. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 95-106, jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/497>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, Mirele da Costa; COSTA, Renata Ferreira. Biblioteconomia negra no Brasil: a contribuição do GT-12 no ENANCIB para a valorização e visibilidade da cultura afro-brasileira no âmbito da Ciência da Informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: UFS, 2023. p. 1-12. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/258186>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, Mirele; SANTOS, Fernando Bittencourt dos. A Biblioteconomia Negra no Brasil: levantamento bibliográfico na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 21, n. 2, p. 141-164, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/v/305107>. Acesso em: 10 jul. 2025.

TARGINO, Maria das Graças. Produção intelectual, produção científica, produção acadêmica: facetas de uma mesma moeda? In: CURTY, Renata Gonçalves (org.). **Produção intelectual no ambiente acadêmico**. Londrina: UEL/CIN, 2010. p. 31-45. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoinformacao/pages/arquivos/Producao_Intelectual.pdf. Acesso em: 06 jun. 2025.

TAVARES, Denise Cerveira. Religiões de origem africana no Maranhão: Rituais Culturais Gastronômicos. **Revista Historiador**, Porto Alegre, n. 13, p. 44-56, dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/224>. Acesso em 6 de mar. 2025.

TAVARES, Derek Warwick da Silva; SOUSA, Aline de Carvalho. A informação nos artefatos religiosos: a quartinha nas águas de Oxalá. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2024. p. 1-15.

Disponível em:

<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2576/1699>. Acesso em 16 jun. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987, 175 p.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; BERNADINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. A produção científica sobre os (as) negros (as) nos enancibs sob um olhar cientométrico.

Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 151-169, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12247>. Acesso em: 28 maio 2025.

VELASCO, Valquíria Cristina Rodrigues. **A Geografia da repressão**: experiências, processos e religiosidades no Rio de Janeiro (1890 – 1929). 2019. Dissertação (Mestrado em História Comparada) — Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7628790. Acesso em 06 mar. 2025.

VIEIRA, Carolina Ferreira. **Umbanda**: estrutura e rituais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/bach/wp-content/uploads/sites/537/2016/10/CAROLINA-FERREIRA-VIEIRA-sda.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

WAGNER, Daize Fernanda. A convenção 169 da OIT e o controle de convencionalidade nos tribunais da Região Norte do Brasil. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 18–37, 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/6438>. Acesso em 27 jun. 2025.